

# Um patrimônio de origem medieval no Brasil

Guia classificatório  
dos incunábulos  
da Fundação  
Biblioteca Nacional

**Kátia Brasilino Michelan**



# Um patrimônio de origem medieval no Brasil

Guia classificatório  
dos incunábulos  
da Fundação  
Biblioteca Nacional



COLEÇÃO RODOLFO GARCIA  
Volume 45

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República | **Jair Bolsonaro**  
Ministro do Turismo | **Gilson Machado**  
Secretário Especial da Cultura | **Mario Frias**

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente | **Rafael Nogueira**  
Diretora Executiva | **Maria Eduarda Marques**  
Centro de Pesquisa e Editoração | **Luiz Carlos Ramiro Júnior**  
Coordenação de Editoração | **Claudio Cesar Ramalho Giolito**  
Centro de Coleções e Serviços aos Leitores | **Maria José Fernandes**  
Coordenadoria de Acervo Especial | **Mônica Carneiro Alves**



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA  
MINISTÉRIO DO TURISMO



# Um patrimônio de origem medieval no Brasil

Guia classificatório  
dos incunábulos  
da Fundação  
Biblioteca Nacional

**Kátia Brasilino Michelan**



Coordenação de Editoração  
Av. Rio Branco, 219, 5º andar  
20040-008 – Rio de Janeiro/RJ  
editoracao@bn.gov.br | www.bn.gov.br

Editor | **Daniel André Pacheco Fernandes**  
Produção Editorial | **Claudio Cesar Ramalho Giolito, Paula Rocha Machado**  
Preparação de Originais e Revisão | **Francisco Madureira, Paula Rocha Machado**  
Revisão de Provas | **Paula Rocha Machado**  
Projeto Gráfico, Diagramação e Tratamento de Imagens | **Eliane Alves**  
Assistente Editorial | **Taiyo Jean Omura**

---

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

M623p

Michelan, Kátia Brasilino, 1984-

Um patrimônio de origem medieval no Brasil : guia classificatório dos incunábulos da Fundação Biblioteca Nacional / Kátia Brasilino Michelan. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2022.

216 p. : il. ; 23 cm. – (Coleção Rodolfo Garcia ; 45)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5940-003-4

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Catálogos. 2. Incunábulos – Bibliografia – Catálogos. I. Biblioteca Nacional (Brasil) II. Título. III. Série.

CDD- 011.42

---

Ficha Catalográfica elaborada pela Divisão de Ampliação de Acervo, do Centro de Processamento e Preservação da Fundação Biblioteca Nacional.

Apresentação

**7**

Introdução

**11**

Textos da Antiguidade Clássica greco-romana

**25**

Textos religiosos cristãos

**69**

Textos laicos e/ou em vernáculo

**151**

Outros exemplares de incunábulos da  
Fundação Biblioteca Nacional

**195**

Gráfico das aquisições de incunábulos da  
Fundação Biblioteca Nacional

**199**

Referências

**201**

GECORGI MERVLAE

Georgius Merula Alexandrinus Sarcophagus Domitio Sinarum Patre Meteto Salutate.

Xponenti mihi fupore anno discipulis nostris edidit epistola... Tū tū cū... Res agitur p... resus qdū... mōmēt erat... cur regno... Tū tū cū... resus qdū... mōmēt erat... cur regno... Tū tū cū... resus qdū... mōmēt erat... cur regno...

Prole-  
mxi  
Aulicus

Prole... Aulicus... hoc cū Alexandri... re... mōmēt erat... cur regno... Tū tū cū... resus qdū... mōmēt erat... cur regno... Tū tū cū... resus qdū... mōmēt erat... cur regno...

CÍCERO. Ad familiares. p. 3.

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1919/bndigital1919.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1919/bndigital1919.pdf).

# Apresentação

*Daniel André Pacheco Fernandes\**

É com verdadeiro contentamento que tenho a oportunidade de apresentar este Catálogo de Incunábulos enquanto se aproximam as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil. Desde a chegada da família real, o Brasil, em cuja capital se encontrava fixada a sede da monarquia portuguesa, caminhou a passos largos para a emancipação política, pelo alento indireto que a estada da corte imprimiu a tal processo.

Chegando aqui, em 1808, d. João, ainda como príncipe regente, abriu imediatamente os nossos portos às nações, instalou definitivamente o governo e espalhou pela capital os tesouros que trouxe de Lisboa, tais como a Biblioteca Real e seus preciosos incunábulos, os primeiros livros impressos. Fomos, neste sentido, providencialmente beneficiados pela herança da coleção de incunábulos raríssimos, trazida de Portugal pela família real. Raríssimos não somente pela sua antiguidade (século XV) e por representarem os primórdios da imprensa do tempo de Gutenberg, como ainda pela maravilha das iluminuras decorativas, tão ao gosto dos medievais.

Por isso mesmo, muitos incunábulos são considerados monumentos prototipográficos de beleza incomparável. Na história da imprensa, só em casos isolados a obra do antigo impressor mereceu um interesse particularmente histórico ou estético. Os incunábulos, por outro lado, nos oferecem não apenas uma grande visão do desenvolvimento da imprensa naqueles tempos, mas também formam a única tradição de produções da Idade Média, associada à estética do livro. Sob esse aspecto, essas preciosidades constituem para o bibliófilo matéria de uma significação especial. Eles são importantes por variadas razões, desde a da antiguidade e da raridade, até a da beleza gráfica e estética.

Os incunábulos são, na maioria, impressos sobre o papel, poucos e por razões especiais sobre pergaminho. O papel largamente fabricado à mão é

---

\* Daniel André Pacheco Fernandes é Assessor de Gabinete da Fundação Biblioteca Nacional e professor de História e Filosofia.

consistente, de cor cinza-amarelado, quase sempre com filigrana. O formato é grande, mais frequentemente in-quarto<sup>1</sup>; os caracteres tipográficos são góticos, com exceção da Itália, onde os tipos romanos tiveram aceitação precoce; e a composição divide o texto nas clássicas duas colunas, deixando margens enormes para receberem glosas e decoração acrescentada à mão. São marcados pela beleza da sua realização gráfica, decoração, encadernação e, inclusive, pelo gosto pessoal. Somente a partir de 1500 começam a adotar o seu padrão visual mais moderno. Contudo, diz-se que o termo incunábulo (berço, em alusão ao estado inicial da imprensa) é um tanto restritivo porque no ano de 1500 não ocorreu nada de especial que distinga os livros produzidos imediatamente antes daqueles realizados imediatamente depois.

Querelas terminológicas à parte, a Biblioteca Nacional orgulha-se de contar, entre os seus cimélios de excepcional valor, com cerca de 216 incunábulos, provenientes tanto da Real Biblioteca Portuguesa, como de doações e compras. Guarda entre seus mais preciosos tesouros desse gênero, a Bíblia, chamada de Mogúncia, impressa em 1462 por Fust e Schoeffer, antigos sócios de Gutenberg na nova arte. Trata-se da primeira obra impressa na qual aparecem a data, lugar e nome dos impressores, no colofão, nota final que fornece referências sobre a obra e indicações relativas a sua autoria, transcrição, impressão, lugar e data de sua feitura. A Bíblia de Mogúncia foi publicada na mesma cidade em que o pioneiro Gutenberg inventou a imprensa com tipos móveis. Seu papel não está hoje ainda bem definido, não obstante ter-se-lhe atribuído desde há muito tempo esta descoberta. No entanto, ninguém lhe pode retirar o mérito da invenção do prelo bipaginal que passou a ser utilizado, a partir de então, por todos os impressores.

Ao revelar ao público interessado a riqueza de uma coleção tão significativa de impressos do século XV, a Fundação Biblioteca Nacional brinda os pesquisadores interessados com um catálogo bastante incomum. Incomum porque a pesquisadora Kátia Michelan soube traçar cuidadosamente o panorama histórico da transição dos livros manuscritos para os livros impressos, destacando a importância histórico-cultural dos incunábulos, além de elaborar uma breve nota histórica para cada um dos 216 títulos que fazem parte do

---

1. Formato in-quarto diz-se do formato em que a folha é dobrada em quatro, o que dá oito páginas. Se o papel for dobrado ao meio por uma dobra, resultará em duas folhas (chamado in-fólio) que, quando impressas frente e verso, constituirão quatro páginas do livro. Se esta última folha for novamente dobrada ao meio, agora com dobras cruzadas, resultará em quatro folhas (in-quarto), ou seja oito páginas de livro. Com uma nova dobra teremos o in-oitavo: três dobras, oito folhas e 16 páginas de livro; e assim sucessivamente.

acervo da instituição. Os títulos da coleção são, em maior parte, obras de autores clássicos, como Sêneca, Cícero, Aristóteles, entre outros; textos religiosos, como bíblias e missais e alguma literatura vernácula e secular.

**Ante**

res difficiles aut sa-  
lomon Ec. 1. 7 cui  
intelligat eas esse  
difficiles subdit: n̄  
p̄t eas h̄o explica-  
re sermone. 2. Igit̄  
distinctione rez pt

accipi distinctio officiali quoniam. Res  
autē p̄t sui distinctione diuidi p̄t est i re  
creata 7 increata. siue in re a se 7 in rez  
alio habentē esse. siue in re nēcliam 7  
rē possibilē. siue in re finita 7 infinita.  
Res autē in causata infinita 7 necessaria  
deus est. Res autē creata. De vtraq̄  
re p̄p̄tite sunt alique q̄nes. Item in  
diuina res accipit cōtialiter 7 notāli-  
ter: ita illud Aug. 1. de doc. xp̄ana c.  
2. res quib̄ fruendū est si p̄ silius 7 spl̄-  
san. eadē 7 trinitas vna quedā sūma  
res cōs oibus fruētibz ea. In h̄ par-  
te auctozitatis accipit res personalē. In  
2. cōtialit. fuerunt igit̄ aliq̄ questia i  
diuina de cōt. ali. aliq̄ d̄ notōnali siue  
personali. vnicū at̄ questia erat o.  
ne cōtialit ad notōnali. Illud vnicū  
p̄ponit vtpote ex cu' solone parebit o:  
do procedendū circa alia questia.

Est igitur prima questio.

**Trum in di**

uinis cōtialia sunt imedia-  
tōia cōtē diuine. vel notī  
onalia: q̄ notōalia. p̄bat. que cōstituit  
supposita altuius nature. sunt imedia-  
tōia ipsi nature q̄ 1. que sunt. p̄p̄tē-  
tes nature. notōnalia at̄ in diuina cōt-  
eunt supposita nature diuine. cōtial-  
ita nō. sed sunt quasi p̄p̄tētes illius  
n. 7 igit̄ rē. p̄ba ma. nā imediare se  
rya. sūt. suppo. p̄p̄tum. q̄ de illo vī  
in p̄t modo dicendi per se. nō autē de  
aliqua p̄p̄tēte. nec ecōuerso. sed ran-  
tū 2. igit̄ ad quod suppositū constituit

formali: imediarus se h̄ ad naturā q̄  
p̄p̄tētes aliqua. p̄batio minoris. cōt-  
tialia sunt cōia tribus personis 7 per cō-  
sequē per nullū cōtialē cōstituit sup-  
positū. Igit̄ per notōale s̄ cōtialia. p̄-  
p̄tētes nat̄ ure s̄ dama. c. 3. si bonū  
inquit si iustū s̄ sapēs si q̄cūq̄ aliud  
dicat nō naturā dicit̄. sed que circa  
naturā. Et Aug. 15. 6. tri. c. 5. vel. 9. Si  
dicat̄ et̄nus imortalis iustus bonus be-  
atus spiritus: hōm̄ omnū nouissimū  
q̄d potui videt̄ significare s̄bam. cetera  
vero hui' s̄be qualitates. Ad oppositū  
ip̄t cōtē imediarosa sunt. que sunt  
perfectioes simp̄t. quā que nō sūt hu-  
i' modī. cōtialia sunt perfectioes sim-  
pliciter: notōalia nō. s̄ 7 c. p. a ma. p̄mē  
perfectioes imediarosa s̄ 7 que magis  
habēt ratios perfectiois simplici. cōt-  
tialia autē diuina s̄ prima perfectio. p̄sō-  
tiones autē simp̄t habēt magis rētem  
perfectiois q̄ illa que nō sunt perfectio-  
nes simp̄t. p̄ba m̄nētia. Inf. mono-  
is. cōt. ale ē in q̄: mel' s̄ q̄ nō s̄ 7 s̄  
tale nō q̄cūq̄ simp̄t. notōale nō est h̄ q̄  
cū q̄ 7 p̄. careat aliq̄ notōali: carez aliq̄  
q̄d cōt. i. s̄ mel' s̄ q̄ nō s̄ 7 s̄ ita q̄  
p̄. nā nō cōt simplici perfecta q̄ est  
inconueniētia. Respon' p̄ ad intel' c̄  
questiois sunt aliqua necessaria f̄  
tenda. s̄do questio solūenda. 3. sic rā  
solūtionem quēstionis dubia occurrēt  
sic excludenda.

**De primo hic que**

rit̄ re ordie imediaroio istoz; quoz  
essentialis 7 notionalis. in compatione  
ad cōtialz diuina. videat ergo primo in  
cōt. istoz; quoz; terminoz; qui  
ponuntur in titū. cōtial essentialē no-  
tionale 7 imediarus. De pmo in  
necessario est aliqua entitas rea: siue er-  
nā rei. 7 hoc in existētia actuali. alioqui  
nihil cōt̄ ibi reale in actu. Illa cōtial re  
alio actuali siue ponatur vna siue po-  
natur aliquo\* distinctio rei vel rationis  
R 2



# Introdução

## *Um patrimônio de origem medieval no Brasil: guia classificatório dos incunábulos da Fundação Biblioteca Nacional*

O fim do século XV e o início do século XVI testemunharam o advento de uma das mais importantes mudanças no universo da leitura: a invenção da imprensa de tipos móveis, que paulatinamente substituiu o texto manuscrito. É atribuído a Johannes Gutenberg o feito de fabricar mecanicamente a chamada *Bíblia de 42 linhas*, tida como o livro inaugural dos tipos impressos, por volta de 1452, na cidade de Mogúncia, atual Mainz, na Alemanha. A meta desse primeiro impressor era criar uma impressão com letras tão belas quanto as manuscritas. Desse primeiro livro, teriam sido impressas aproximadamente 180 cópias, sendo 45 em pergaminho e 135 em papel. Contudo, as impressões foram ilustradas à mão (de maneira bastante luxuosa ou mais sóbria), fazendo com que cada cópia se tornasse única. Os caracteres metálicos móveis eram uma técnica conhecida na China desde o século XV, porém, na Europa, com Gutenberg, eles teriam sido aperfeiçoados em sua composição, sendo fabricados com uma liga de chumbo, estanho e antimônio.<sup>2</sup> Tal prática expandiu a técnica e impactou a produção de livros no Ocidente, sendo, por conta disso, a oficina Gutenberg apontada como precursora.

Os livros impressos em sequência da referida *Bíblia* receberam, posteriormente, o nome de “incunábulos”, palavra de origem latina que significa berço. Assim, foram chamados de incunábulos os livros impressos até mais ou menos 1500. É preciso ter em mente, todavia, que tal recorte é arbitrário e não contempla temporalmente as características desse tipo de escrito. Isso porque, como ressalta José Martínez de Sousa, no ano de 1500 não ocorreu nenhuma mudança significativa que distinguisse os livros produzidos antes e depois

---

2. BUESCU, A. I. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem. *Penélope: Estudos*, n. 21, 1999, p. 13. Disponível em: [http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope\\_21/21\\_04\\_ABuescu.pdf](http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_21/21_04_ABuescu.pdf). Acesso em: 10 abr. 2015.

do citado ano. Ademais, no decorrer do século XVI, muitos livros impressos continuavam a apresentar características incunabulares, ao mesmo tempo que algumas tipografias do Quatrocentos já revelavam — principalmente a partir de 1480 — uma produção bastante “industrializada”. Ana Virginia Pinheiro, pesquisadora e servidora da Fundação Biblioteca Nacional, exemplifica<sup>3</sup> que nas oficinas venezianas de Aldo Manuzio eram produzidas obras que não representavam o período inicial da tipografia, pois tinham características mais “modernizadas”. Por outro lado, depois de 1500, muitos livros foram confeccionados por tipografias que eram tão artesanais quanto as anteriores, sendo fabricados por elas semelhantes aos textos que passaram a ser chamados de incunábulo. Acerca da nomenclatura, Ana Virginia Pinheiro esclarece, ainda, que a primeira vez em que se usou a palavra incunábulo com relação à tipografia foi em um folheto de Bernhard von Mallinckrodt, intitulado *De ortu et progressu artis typographicae*, publicado em Colônia em 1639. Já o ano limite de 1500 para considerar um livro como incunábulo foi proposto, em 1653, pelo jesuíta francês Philippe Labbé em sua *Nova bibliotheca librorum manuscriptorum*.<sup>4</sup> Portanto, a noção do que é um incunábulo só foi formulada no século XVII, em uma visão retrospectiva da produção livresca.

A grande particularidade dos incunábulo, como o caso citado de Gutenberg, é que eles buscaram dar continuidade às produções dos escribas.<sup>5</sup> Assim, imitavam o formato e o conteúdo dos manuscritos.<sup>6</sup> O setor de obras raras da Fundação Biblioteca Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, possui, segundo o levantamento de 1998, 216 exemplares de incunábulo, sendo 193 títulos diferentes.<sup>7</sup> O mais antigo é uma edição da *Bíblia de Mogúncia*, impressa por Fust e Schoeffer, em 1462, da qual existem menos de

3. PINHEIRO, Ana Virginia. Glossário de codicologia e documentação. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 170-171, 1995. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_115\\_1995.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

4. *Ibid.*, p. 170-171.

5. De maneira geral, a característica típica do incunábulo é a ausência de portada, estando a identificação do texto e da impressão acantonadas ao final do livro, no colofão. O incunábulo, apesar de impresso, tem ainda as letras capitulares manuscritas, está foliado (numerado por fólhos) e não paginado, possui formato grande, uma mancha gráfica compacta, com frequente recurso a abreviaturas, não tem o texto articulado em subdivisões (capítulos, partes...) e apresenta imperfeições técnicas relativas à tinta e ao papel. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/incunabulo/>. Acesso em: 20 maio 2019.

6. Cf BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. *Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional* – CPBN: séculos XV e XVI. Rio de Janeiro: FBN, 2000.

7. Tal numeração levou em conta o título das obras, mesmo que os exemplares fossem de impressões de diferentes tipografias.

50 exemplares no mundo. Trata-se de publicações de autores clássicos, como Sêneca, Cícero e Aristóteles; conteúdos religiosos, como bíblias e missais; e literatura vernácula, como obras de astronomia e textos pedagógicos de monarcas. Em suma, são livros escritos, em grande parte, em latim, com motivos religiosos ou clássicos. Estes, como os manuscritos, foram compostos, em sua maioria, com letras góticas e com várias iluminuras. Possuem as inscrições *incipit* (inscrição que significa “aqui começa”), *explicit* (informação no fim dos livros, que, por vezes, apresenta o autor e o título da obra e que significa “aqui termina”) e colofão (“traço final”, que indica o local, o impressor e a data de publicação). O acervo da Biblioteca Nacional é composto tanto por textos compactos quanto por grandes formatos (in-fólio), ambos com largo uso de abreviaturas e de xilogravuras e com os conteúdos dispostos em duas colunas. Tais obras, majoritariamente, não são paginadas e não trazem folha de “efeito do tempo”.<sup>8</sup>

Para entender melhor o contexto de produção dos incunábulo e a importância do advento da imprensa, vale lembrar que os textos manuscritos eram confeccionados tanto como peças soltas quanto organizados em formato de livro e demandavam altos custos de produção. Tais manuscritos possuíam como suporte material principalmente o pergaminho — material amplamente difundido desde o século V.<sup>9</sup> O pergaminho provinha da pele do carneiro ou da cabra. De uma pele, cortavam-se, geralmente, 16 folhas. O trabalho para preparar a pele não era simples; depois de colocada em solução de cal (para tirar a gordura), devia ser secada, esfregada e polida.<sup>10</sup> Desse modo, a dificuldade de preparo e de quantidade do suporte material era o primeiro fator que agregava valor material à produção do livro. A escassez de pergaminho era tamanha que, muitas vezes, os copistas usavam técnicas de abreviaturas, que possibilitavam escrever mais em pouco espaço — motivo de reclamação dos leitores do século XVI, que não conseguiam compreender o significado das abreviaturas mais antigas.<sup>11</sup>

---

8. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. *Critérios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional* – CPBN: séculos XV e XVI. Rio de Janeiro: FBN, 2000.

9. Algumas das reflexões que seguem foram realizadas no âmbito do seguinte livro: MICHELAN, K. B. *Um rei em três versões: a construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 23-51.

10. SARAIVA, A. J. *História da cultura em Portugal*, v. I. Lisboa: Jornal do Foro, 1950. p. 76.

11. Cf. MARQUES, O. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá Costa, 1971. p. 175.

O que aumentava ainda mais os custos de produção livresca manuscrita era que, além do preparo do suporte e das habilidades dos copistas e escritores, um texto manuscrito requeria um artista engenhoso que

depois de riscar com um lápis aquilo a que chamamos de mancha (o espaço destinado às letras) e as linhas, tomando o raspador numa mão e a pena de ave na outra, traçava minuciosamente os caracteres, deixando em claro as iniciais e o espaço para as decorações. Outro artista vinha encher esses espaços em branco desenhando grandes iniciais muito enfeitadas a vermelho, azul, verde, por vezes ouro e prata; outro ainda pintava ornamentações, em certos casos pequenos quadros do assunto relacionado com o texto.<sup>12</sup>

A sofisticação devia-se ao fato de que, nos tempos anteriores à consolidação da imprensa, os livros eram considerados muito mais artigos de luxo do que veículos de saber. Por eles eram pagos altos valores, “de forma que só as instituições poderosas ou altas personalidades logravam organizar livrarias”.<sup>13</sup> Uma prática muito comum nas bibliotecas medievais era prender os livros com correntes para evitar furtos. Alguns livros tinham fechaduras nas capas e, comumente, eram guardados em locais apontados como seguros.<sup>14</sup> O custo do trabalho habilidoso e a referida escassez de material fizeram com que o livro fosse considerado “um objeto de alto valor material, a que se emprestava o requinte próprio da obra de arte, graças à conjugação de esforços entre copistas, calígrafos e iluminadores”.<sup>15</sup>

Determinar o custo que tinha o livro para a época é, contudo, bastante complicado. Seu preço era bastante variado, sendo os mais caros, em geral, grandes Bíblias e volumes glosados. Esses belos manuscritos preservados em certas bibliotecas particulares, no entanto, destinavam-se mais ao prestígio de seus destinatários do que à leitura propriamente dita. Para se ter uma ideia dos custos dos livros, a consideração de José Saraiva, em *A história da cultura em Portugal*, é bastante elucidativa:

---

12. Ibid., p. 76.

13. SAMPAIO, A. F. de. *História da literatura portuguesa ilustrada*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Gráfica Editorial, 1929. s. p.

14. BRAGA, T. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. 4 v. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1892-1902. p. 199.

15. ANSELMO, A. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997. p. 12.

um bispo do Porto em 1269 deixou ao tesoureiro do cabido 50 maravedis para comprar um Código legal, e outros 50 maravedis a um sobrinho para comprar umas Decretais. Para dar uma ideia destes preços lembramos que, segundo uma lei de tabelamento promulgada dezesseis anos antes, 1 maravedi era o preço de quatro carneiros vivos, ou um porco grande; 3 maravedis era o preço de um boi dos melhores. Assim cada um dos livros a que se refere o testamento do citado bispo valia tanto aproximadamente como 17 bois; ou 50 porcos; 200 carneiros.<sup>16</sup>

Embora o relato descrito seja do século XIII, deve-se levar em conta que o valor do livro continuou sendo oneroso até que os preços comesçassem a cair, paulatinamente, a partir do início do século XVI. Nesse sentido, a invenção da imprensa possibilitou a facilitação da circulação e do manuseio, bem como barateou os custos da produção dos livros, graças ao principal material utilizado nas impressões: o papel. Para a historiadora portuguesa Isabel Buescu, sem o papel não teria sido viável a aparição e a difusão da imprensa, pois o pergaminho, suporte por excelência da escrita manuscrita, não era adaptável à impressão.<sup>17</sup>

No fim do século XIV e durante o século XV, o uso do papel expandiu-se consideravelmente — até mesmo no tipo manuscrito, mas, apesar das potencialidades do papel em algodão, o pergaminho, por sua durabilidade maior, não deixou de ser utilizado durante um bom tempo. Não são raros os casos de incunábulos produzidos em pergaminho, pois “o seu aspecto algodado e fungível” do papel “relegava-o para a conservação de textos de importância secundária”.<sup>18</sup> Deve-se ter em mente que os incunábulos circulavam entre os restritos canais dos manuscritos e tentavam manter a aparência dos manuscritos, mas com a novidade de conseguir reproduzir um número maior de cópias num período mais curto.<sup>19</sup> Ou melhor: de início, as obras impressas não tinham como objetivo substituir o tipo manuscrito, mas produzir uma quantidade maior de texto com os mesmos padrões estéticos e escritos dos manuscritos, a saber: a letra, as iluminuras e a organização do texto, entre outros.

---

16. Cf. SARAIVA, A. J. op. cit., p. 79.

17. BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

18. ANSELMO, A. op. cit., p. 11.

19. Para saber mais acerca do tema, ver: PINHEIRO, M. C. B. S. G. *O espaço, a matéria e o desenho. Os suportes do desenho*. [Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Prática e Teoria do Desenho – Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto], 2007. p. 44. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7308/2/Maria%20Pinheiro%20%20Dissertao%20MPTD%202007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

Mesmo pesquisadores como Elizabeth Eisenstein, que chega a considerar as transformações decorrentes da invenção técnica da impressão como “revolução cultural”, chamam a atenção para o fato de que a mudança de “transmissão mediante cópia manual e mediante cópia impressa não pode ser percebida sem a travessia mental de vários séculos”.<sup>20</sup> O pesquisador da história da leitura Roger Chartier, nesse sentido, defende que é errôneo considerar, como fazem muitos historiadores ocidentais, apenas pelos padrões gutenberguianos, “a relação entre impressão, publicação e leitura”, pois a invenção de Gutenberg não resultou necessariamente na “criação de um grande conjunto de leitores”.<sup>21</sup> Para ele, embora ela seja de “fundamental importância, não é a única técnica capaz de assegurar a disseminação em grande escala de textos impressos”.<sup>22</sup>

No que diz respeito aos aspectos formais, portanto, pode-se dizer que não houve uma modificação considerável entre manuscritos e incunábulos, pois, “quando se coloca uma cópia manuscrita tardia de um dado texto ao lado de uma das primeiras versões impressas, a tendência é achar que não houve mudança alguma, muito menos uma mudança abrupta ou revolucionária”.<sup>23</sup> Ou seja, os primeiros impressos procuraram copiar um determinado manuscrito da forma mais fiel possível. O texto impresso em seus primórdios, portanto, não fez mais do que fixar e difundir um modelo já existente na cultura manuscrita, tendo a cópia manual sobrevivido fortemente até o século XVIII, “embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra”.<sup>24</sup> A grande contribuição da imprensa foi a reprodução de cópias idênticas de um mesmo texto, algo impossível no tempo dos copistas, pois nem mesmo o próprio autor podia repetir o texto exatamente igual, quanto mais punhos diferentes. O conteúdo do texto manuscrito estava, nesse sentido, muito mais sujeito a ser modificado e manipulado, suscetibilidade que foi, a propósito, um de seus atributos fundamentais. A lógica da mutabilidade inerente ao texto manuscrito mantém-se por um bom tempo na medida em que, em certos textos — como comunhão pascal, bulas, indulgências, letras de câmbio, cartas de censo, entre outras escrituras de uso massivo —, quando impressos, eram

---

20. EISENSTEIN, E. *A revolução da cultura impressa*. Os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998. p. 12.

21. CHARTIER, R. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 19.

22. *Ibid.*, p. 20.

23. EISENSTEIN, E. *op. cit.*, p. 36.

24. *Ibid.*, p. 9.

deixados pequenos espaços em branco para que fossem preenchidos à mão e se personalizassem com os dados do receptor ou do beneficiário.<sup>25</sup>

O comércio do livro impresso manteve-se, de início, dentro dos estreitos canais do livro manuscrito. Assim, os primeiros livros impressos buscaram atender a uma demanda já existente, com a fabricação, prioritariamente, de livros religiosos, como: bíblias, livros litúrgicos (breviários, missais, livros de horas) e hagiografias, em língua latina e vulgar. Além desses, imprimiam-se gramáticas e alguma literatura profana.<sup>26</sup> Os pesquisadores franceses Henri-Jean Martin e Lucien Febvre consideram que os primeiros impressores e livreiros trabalhavam visando a ganhos materiais garantidos. Assim, os “livreiros do século XV aceitavam financiar a impressão de um livro apenas se julgassem poder vender um número suficiente de exemplares em um prazo razoável”.<sup>27</sup> Pode-se dizer que as primeiras obras impressas tiveram três focos regionais principais: os atuais territórios da Alemanha, da Itália e da Espanha — lugares que também possuíam privilegiado consumo clerical (Roma) e de homens de saber.

## O acervo de incunábulos da Fundação Biblioteca Nacional: um lugar de memória

Pode-se pensar, como propôs o historiador Pierre Nora, o acervo de incunábulos da Fundação Biblioteca Nacional como um lugar de memória. Para Nora, são considerados lugares de memória “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações”.<sup>28</sup> Ou seja, os locais que apresentam referências que marcaram uma era e que possibilitam o resgate do passado pelo presente, mesmo que esfacelado. O historiador argumenta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres,

---

25. Cf. ALVAREZ, F. B. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita Europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*. Col. História Moderna, v. 5. Madrid: Editorial Síntesis, 1992. p. 40.

26. Cf. VERGER, J. *Homens de saber na Idade Média*. Bauru: Edusp, 1999; passim.

27. FEBVRE, L.; MARTIN, H. J. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 356.

28. NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. KHOURY, Yara Aun. *Projeto História: Revista de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História – PUC/SP*, n. 10, p. 13, dez. 1993.

notariar atas, porque essas operações não são naturais”.<sup>29</sup> Dessa forma, a conservação do acervo de incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional diz respeito ao que historicamente foi sendo considerado digno de memória e de preservação. Ou melhor, o acervo serve para cruzar tempos históricos, pensando como o passado dos primeiros impressos foi sendo valorizado ao longo dos séculos. Nesse sentido, convém analisar um pouco como tem sido considerada a questão da preservação de objetos históricos, caracterizados como livros raros, em grandes bibliotecas públicas.

A tradição de preservar acervos de livros em formato de bibliotecas é bastante antiga. Nos tempos medievais, por exemplo, os livros faziam parte de um repertório do que os nobres e instruídos deviam conhecer. Segundo Márcia Rodrigues, deve-se notar também que, no século XII, foram criadas as primeiras universidades, mas essas “instituições, inicialmente, não dispunham de bibliotecas”.<sup>30</sup> A primeira biblioteca universitária de que se tem notícia é a da Universidade de Heidelberg, na atual Alemanha, construída em 1386. Naquele período, “as bibliotecas não emprestavam livros: esses eram acorrentados às mesas de leitura e só poderiam ser consultados no local”.<sup>31</sup> Foi no século XVI somente que a biblioteca passou a ser um pouco mais acessível e especializada “em diferentes áreas do conhecimento”.<sup>32</sup> Com o passar dos séculos, a ideia de uma biblioteca como local de conhecimento, consulta e guarda de documentos e informações importantes que interessavam a um público foi se consolidando. Como chama a atenção Rosane Maria Nunes Andrade, pesquisadora e servidora da Fundação Biblioteca Nacional, as bibliotecas-depósitos, “com acervos de livros raros”, acessíveis apenas a uma elite de sábios e eruditos em suas origens, abriram espaço, partir do século XIX, para bibliotecas públicas destinadas “a atender a comunidade em geral, disponibilizando o acesso a seu acervo”.<sup>33</sup>

Já a formação de “bibliotecas nacionais” remonta ao século XVIII europeu, no contexto da Revolução Francesa.<sup>34</sup> Em 1975, a Biblioteca Real da França, por

---

29. *Ibid.*, p. 13.

30. RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. *Em Questão*. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/54754>. Acesso em: 20 jan. 2020.

31. *Ibid.*, p. 254.

32. *Ibid.*, p. 254.

33. ANDRADE, R. M. N. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação — o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. *Memória e Patrimônio*. Assis: Unesp – FCLAs – Cedap, v. 4, n. 2, p. 17-34, jun. 2009. p. 19. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41>. Acesso em: 20. jan. 2020.

34. RODRIGUES, M. *op. cit.*, p. 254.

meio da Convenção Nacional Francesa, foi “declarada de propriedade nacional”, e foi “estabelecido o depósito de exemplares impressos na França”.<sup>35</sup> No caso da Biblioteca Nacional do Brasil, sua origem também esteve relacionada com coleções régias, mais precisamente com a do rei dom José I (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio decorrente do terremoto de Lisboa em 1755. Tal acervo veio para o Brasil em três etapas, entre os anos de 1810 e 1811, com a mudança da família real para cá. No dia 29 de outubro de 1810, a biblioteca, então acomodada no andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, tornou-se oficialmente “Biblioteca Nacional”. Em 1810, o acervo só podia ser consultado por estudiosos com autorização régia.<sup>36</sup> Entretanto, pouco tempo depois, em 1814, a Biblioteca Nacional passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil.<sup>37</sup>

O que diferencia as bibliotecas nacionais das demais bibliotecas é a missão de preservar a memória bibliográfica nacional.<sup>38</sup> Nesse sentido, os acervos que compõem tais bibliotecas são considerados bens coletivos e dialogam com a noção que hoje se tem de patrimônio cultural. A categoria patrimônio com o sentido de bem coletivo, legado ou herança artística e cultural por meio dos quais um grupo social se reconhece e se identifica como tal, segundo Abreu, foi construída em oposição à ideia de vandalismo, em um período posterior à Revolução Francesa. Tal ideia teria se delineado frente às ações de fanatismo revolucionário, na tentativa de conter os atos de destruição e proteger os bens da nação. Assim, no ano de 1794, consolidou-se a ideia de crime contra o patrimônio a partir da argumentação de alguns intelectuais franceses que consideravam que a destruição de monumentos era também um crime contra o povo.<sup>39</sup> Essa concepção, criada na França, tomou proporções ocidentais, e a

---

35. ANDRADE, R. M. N. op. cit., p. 19.

36. MURGUÍA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo Iphan. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

37. Para saber mais acerca da formação e do traslado do acervo que veio compor a Biblioteca Nacional, ver: SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; passim.

38. RODRIGUES, M. op. cit., p. 254.

39. ABREU, R. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In:

noção de patrimônio delineou-se próxima à noção de estados nacionais. Tais afirmações vão ao encontro da própria história de transposição da Biblioteca Real de Portugal para o Brasil, no início do século XIX, ou seja, em um período em que os patrimônios reais, como livros raros, passaram a ganhar valor como patrimônios nacionais. Tais livros foram considerados, assim, patrimônio coletivo da nação, devendo, depois do retorno da corte para Portugal, permanecer no Brasil.

Apesar da importância da Fundação Biblioteca Nacional para a preservação do patrimônio bibliográfico pertencente à nação, as formas de proteção legal ainda hoje são passíveis de questionamentos. Isso porque o instrumento de preservação do tombamento<sup>40</sup> em nível nacional incide apenas sobre a edificação arquitetônica da sede da Fundação Biblioteca Nacional, localizada na Avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro, não englobando seu acervo bibliográfico. Murguia e Yassuda (2007) afirmam que:

Segundo consta no processo n. 0860-T-72, referente ao tombamento da Biblioteca Nacional, o edifício arquitetônico da biblioteca, juntamente com os edifícios do Palácio Monroe, Tribunal da Justiça, Escola de Belas Artes, Derby Clube, Jóquei Clube, Clube Naval e Teatro Municipal, representa um conjunto precioso, que corria o risco de ser perdido devido a um arranha-céu que o Jóquei Clube tinha intenção de construir no local onde se encontrava a sua sede e a do Derby Clube. A proposta de tombamento partiu do Clube de Engenharia, em apoio à manifestação feita pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Recomendou-se que o conjunto fosse inscrito no Livro do Tombo Histórico. No dia vinte e quatro de maio de 1973 a Biblioteca Nacional foi tombada e inscrita no Livro de Belas Artes. No entanto, somente a edificação da biblioteca é tombada.<sup>41</sup>

É surpreendente perceber, diante do exposto, que apesar do valioso e raro acervo que compõe a Fundação Biblioteca Nacional, ele não é protegido

---

LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (org.). *Antropologia e patrimônio cultural* — diálogos e desafios contemporâneos. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-287. v. 1.

40. É o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tendo sido instituído pelo Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>. Acesso em: 20 jan. 2020.

41. MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. op. cit., p. 77.

por um instrumento de preservação específico em nível nacional,<sup>42</sup> como é o caso do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que busca garantir a integridade física de bens materiais. No entanto, legislações e orientações internacionais têm como objetivo garantir a preservação e conservação de acervos de livros raros.

Um importante marco regulador a reconhecer a Biblioteca Nacional como instituição que busca garantir a preservação de documentos é a Lei 1.825 de dezembro de 1907, também conhecida como Lei do Depósito Legal. Ela dispõe acerca da obrigatoriedade de envio de obras publicadas em território nacional à Biblioteca. Segundo Rosane Andrade, é por meio desse amparo legal que a FBN exerce seu papel de “guardião da memória gráfica nacional”, sendo essa lei a ferramenta de que a instituição dispõe para preservar e divulgar “o patrimônio bibliográfico e hemerográfico do país”.<sup>43</sup>

Do ponto de vista das orientações internacionais, em 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) recomendou que fosse estabelecido, em cada país, um Centro de Informação Bibliográfica Nacional. No Brasil, tal orientação resultou na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação em 1954.<sup>44</sup> Já em 1970, a Unesco, em suas *Recomendações relativas à normalização internacional de estatísticas de bibliotecas*, definiu as bibliotecas nacionais como “bibliotecas que, independente de seus títulos, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações significativas editadas no país e funcionam como biblioteca depositária do conhecimento humano”.<sup>45</sup> Atualmente, o Programa Memória do Mundo, da Unesco, tem sido bastante importante para divulgar e proteger acervos nas escalas nacional, regional e mundial.

No que diz respeito mais especificamente à preservação de acervos de livros raros, como é o caso dos incunábulos, a Fundação Biblioteca Nacional desenvolveu o Planor (Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras), que, segundo Andrade, tem como objetivo “informar sobre as técnicas mais modernas com relação a restauração e conservação”.<sup>46</sup> Murguia e Yassuda (2007) chamam a atenção para o fato de que, apesar de o Planor ser destinado exclusivamente ao tratamento de obras raras, visando à utilização de divulgação de

---

42. O acervo e o prédio da Fundação Biblioteca Nacional são tombados em nível estadual no Rio de Janeiro pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/Inepac. Processo número: E-18/001.681/2002.

43. Cf. ANDRADE, R. M. N. op. cit., p. 25.

44. RODRIGUES, M. op. cit., p. 254.

45. Apud ANDRADE, R. M. N. op. cit., p. 20.

46. Ibid., p. 29.

procedimentos técnicos para a preservação de acervos raros, “não há nenhuma lei que garanta a proteção deste acervo”.<sup>47</sup> Além disso, apesar do direcionamento oriundo da Fundação Biblioteca Nacional, o Planor tem lidado, prioritariamente, com acervos de outras instituições. Devem ser ressaltadas, todavia, as tentativas internas da FBN em formar grupos de trabalho que buscam discutir questões relacionadas com o tráfico ilícito de bens culturais e promover propostas legislativas para a proteção do patrimônio bibliográfico do país.

Levando em conta que à Fundação Biblioteca Nacional do Brasil coube a incumbência de salvaguardar a produção intelectual brasileira,<sup>48</sup> bem como obras significativas para a história da humanidade presentes em seus acervos, é inegável, portanto, o papel dessa Biblioteca na construção do patrimônio bibliográfico brasileiro, sendo assim um importante “lugar de memória” na concepção de Pierre Nora. Diante disso, conhecer e divulgar uma pequena parte desse rico acervo é a proposta do presente estudo, que versa especificamente sobre os incunábulo.

O guia dos incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional, aqui proposto, levará em conta três eixos temáticos principais: textos greco-romanos; livros religiosos ou escritos por religiosos cristãos; e escritos laicos e/ou vernáculos. Os primeiros dizem respeito à reprodução de cópias de textos da Antiguidade Clássica que, por meio de processos de compilação, chegaram até o século XV. Os segundos são textos religiosos produzidos por figuras da Igreja, como santo Agostinho e são Tomás de Aquino — além de textos bíblicos. Em terceiro lugar, serão levados em conta textos produzidos por figuras laicas da Idade Média, como monarcas, cronistas e viajantes. Por último, estão listados alguns títulos que não foram encaixados na classificação proposta, por fugirem dela tematicamente (como é o caso das obras de origem árabe) ou por não terem sido encontradas informações suficientes para que pudessem ser classificados.

Como o intuito do guia temático é facilitar o acesso e o conhecimento acerca dos incunábulo para um público amplo e não especializado, os nomes dos autores foram colocados, sempre que possível, em português, para melhor identificar quem são os elaboradores dos textos primários. No corpo do resumo, a primeira menção ao nome dos autores, todavia, foi mantida na forma que está no incunábulo, para o conhecimento do leitor. Já os títulos das obras foram mantidos na forma como se encontram nos incunábulo, mas com a referência ao título em português no corpo do resumo, quando há tradução.

---

47. MURGUÍA, E. I.; YASSUDA, S. N. op. cit., p. 79.

48. Cf. RODRIGUES, M. op. cit., p. 255.

Já no caso da ausência de páginas nos incunábulos com referência de título e autoria, foram mantidos os títulos propostos no *Catálogo de Incunábulos da Biblioteca Nacional* de 1998, sendo algumas vezes utilizada a palavra genérica “obras” para se referir à junção de fragmentos de obras de um mesmo autor. Isso se fez necessário devido à necessidade de se encontrar os incunábulos no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, caso seja interesse do leitor e, ao mesmo tempo, facilitar a identificação de textos e autores entre os clássicos da literatura universal. Para embasar os resumos acerca das obras, foram utilizados manuais, dicionários e *sites* especializados. Eles estão listados nas referências bibliográficas. Deve-se levar em conta que o intuito do presente trabalho é divulgar o acervo de incunábulos da Fundação Biblioteca Nacional. Portanto, o conteúdo elaborado nos resumos buscou trazer vocabulário e uma construção textual fluida, que fosse acessível a um público mais vasto do que o público acadêmico. Nesse sentido, as notas de rodapé, com referências e explicações historiográficas, ficaram restritas às partes dedicadas às apresentações dos blocos classificatórios estabelecidos.

Destaca-se, por fim, que, nos resumos que serão apresentados no decorrer das três seções de incunábulos, ficam claras as interações entre as obras. Ou melhor, os resumos evidenciam como os autores liam, traduziam, interpretavam e reproduziam uns aos outros. Nota-se, ainda, que a maioria da coleção de incunábulos é formada por obras em latim e alguma coisa em galego-português. Assim, a produção de incunábulos, bem com a formação das bibliotecas, diz respeito ao que era lido e estudado e ao que deveria compor o repertório de saber dos eruditos do final da Idade Média. Além disso, a origem das obras, com relação às coleções a que pertenceram, demonstra que os acervos de monarcas e personalidades buscavam ser compostos por textos de relevância para o entendimento do mundo e pela posse de obras que eram consideradas de valor, não só intelectual como também material. Em certo sentido, a produção de incunábulos relaciona-se também com a história da recepção dos textos, uma vez que transformar manuscritos em textos impressos dizia respeito ao que era comercializado a partir de meados do século XV — isto é, os textos que interessavam ser lidos e reproduzidos e o que o público consumidor da época buscava. Não se pode perder de vista que as oficinas de impressão procuravam atender a uma demanda garantida, ou seja, o que se imprimia era o que considerava-se passível de ser consumido na época.

Quia: Scientia de anima honorabilis e...

Proposito maius fit declaratio quia capiend...

Quia: Verum vera fit... illa distinctio...

salem effendo quia platonem imponitur q...

Sed pro parte negantia arguitur quia omni...

Quia: Universalis in causando est fin...

Proposito maius laborat circa duo plecta...

# Textos da Antiguidade Clássica greco-romana

Os textos da Antiguidade que sobreviveram ao tempo foram bastante apreciados no período medieval. Dessa forma, a impressão de textos antigos foi recorrente no fim da Idade Média. Cabe dizer, todavia, que grande parte desses textos chegou até nós por intermédio dos povos islamizados, responsáveis por traduzir para o árabe obras gregas, hebraicas e latinas. Posteriormente, essas obras foram traduzidas do árabe para o latim. Sem essa ajuda, não teríamos acesso a muitos daqueles textos.

Para entender o processo de expansão de tal produção, é preciso pensar um pouco nas dinâmicas dinásticas islâmicas com relação à produção do conhecimento. Se a dinastia dos omíadas (661-750) é frequentemente caracterizada pela expansão do “Império Árabe”, os abássidas (750-1517) são referenciados pelo florescimento da vida intelectual e cultural do império. Remontam àquela época, por exemplo, as quatro grandes escolas do pensamento jurídico-religioso islâmico: maliquitas, hanafitas, hanbalitas e xafitas. Segundo a pesquisadora Beatriz Bissio, o califa abássida Harun al-Rashid (786-809) incentivou a grande produção cultural do mundo árabe, movimento depois ampliado por seu filho Al-Mamum (813-833). Com o patrocínio do califado, iniciou-se um processo de tradução de manuscritos, cujos originais estavam em diferentes idiomas — grego, siríaco, persa, sânscrito, aramaico e copta, entre outros — que abordavam as mais diversas áreas do conhecimento: matemática, astronomia, astrologia, filosofia, medicina, química, política etc. Cristãos e judeus colaboraram nesse processo, traduzindo do grego e do siríaco para o árabe textos do helenismo clássico, enquanto os iranianos fizeram do persa, língua para a qual tinha sido traduzido, por sua vez, o legado cultural da Índia. Na Casa da Ciência ou Casa da Sabedoria, *dar-al-hikma*, fundada por Al-Mamum em Bagdá, no ano de 830, foi feita a tradução sistemática de obras da Antiguidade por uma equipe de dezenas de tradutores, cujo trabalho fez com que essa época fosse chamada por alguns autores como “a era de ouro” da tradução. Essas traduções estabeleceram os alicerces de um renascimento científico que viria a ser uma

das marcas do califado de Bagdá.<sup>49</sup> A partir, sobretudo, desse grupo de estudos, a divulgação das obras clássicas foi recepcionada ao longo do medievo. Tais traduções chegaram ao Ocidente pela principal conexão Bagdá-Córdoba/ Toledo-Paris (movimento conhecido como *translatio studiorum*). Essas obras traduzidas inicialmente em sírio e depois em língua árabe e latim fomentaram a intelectualidade cristã, judaica ou muçulmana.<sup>50</sup>

A partir daí, considera-se que em todos os ramos do conhecimento surgiu uma produção própria em língua árabe, mesmo que não necessariamente atribuída aos árabes. Houve, porém, áreas do conhecimento em que árabes se destacaram como criadores de uma produção nova, em particular a teologia, a jurisprudência e a linguística. Foi essa época que produziu sábios como Avicena (Ibn Sina), Al-Buruni, Alhazen (Al-Haizam, físico) e In Yunus (astrônomo).<sup>51</sup>

Para muitos pesquisadores, é correto afirmar que durante a Idade Média foram os árabes, e não os cristãos, os herdeiros e sucessores dos saberes helênicos. Uma herança que fez com que toda a extensão de seus domínios, do que é hoje a Espanha até o Afeganistão, fosse cenário de uma atividade intelectual intensa.<sup>52</sup> Atualmente, a maioria dos historiadores reconhece que o Renascimento europeu dos séculos XV e XVI deve muito ao trabalho desenvolvido pelos sábios muçulmanos, conhecidos na cristandade, fundamentalmente, por meio da Península Ibérica e da Sicília muçulmanas e, em menor grau, pelas cidades comerciais das Rivas italianas e francesas.<sup>53</sup>

Apesar desses reconhecimentos, há pesquisadores, como Sylvain Gouguenheim, que questionam a tese da dívida da Europa com o mundo árabe-muçulmano da época dos abássidas com relação à guarda e à transmissão do saber grego que teria sido responsável pelo despertar cultural e científico da Idade Média nos séculos XI e XII; e a tese de que as raízes muçulmanas da cultura europeia no que diz respeito ao pensamento, à cultura e à arte foram engendradas, pelo menos em parte, pela civilização islâmica dos abássidas.<sup>54</sup> Para Gouguenheim, tais teses são problemáticas, pois estão vinculadas a

---

49. Cf. BISSIO, B. *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 35.

50. Para saber mais, ver: PEREIRA, R. H. S. (org.). *O islã clássico: itinerários de uma cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2007. 865 p.; DUCELLIER, A. KAPLAN, M. MARTIN, B. *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. 380 p.

51. BISSIO, B. op. cit., p. 36.

52. Ibid., p. 36.

53. Cf. ibid., p. 37.

54. Cf. GOUGUENHEIM, S. *Aristóteles y el islam. Las raíces griegas de la Europa Cristiana*. Madrid: Gredos, 2009. p. 11.

uma visão de mundo que considera que, sem as habilidades do Islã, a Europa não teria saído da “Idade Obscura”. Ou seja, só a noção de que o período entre os séculos V e X seria um tempo obscuro por si só já é questionável.<sup>55</sup> Além disso, para Gouguenheim, a história do desenvolvimento cultural da Europa medieval, em particular da reapropriação do saber grego, é bastante complexa e não um esquema linear que teria somente os árabes muçulmanos como intermediários. Isso, porque há um imenso intercâmbio cultural entre Bizâncio e o Ocidente, com a circulação de manuscritos entre os eruditos, bem como uma produção considerável de traduções do grego para o latim no Ocidente, que precisa ser considerado. Convém ressaltar, ainda, segundo o autor, que o termo árabe é ambíguo e não é sinônimo de muçulmano. Não se pode atribuir, dessa forma, ao mundo islâmico uma homogeneidade baseada na cultura e na língua árabes. Do mesmo modo, deve ser considerada a existência de árabes cristãos e de cristãos arabizados, que teriam contribuído também para o processo de intercâmbio de saberes.<sup>56</sup> Para argumentar seu contraponto, Gouguenheim estudou o caso específico da tradução dos textos aristotélicos na abadia do Mont Saint-Michel.

Considerando-se que o mundo ocidental não ficou alheio à produção de formas de preservar o conhecimento dos povos antigos, vale lembrar, como chamou a atenção o pesquisador Jérôme Baschet, que o chamado renascimento carolíngio produziu sucessos duradouros quanto à construção de padrões do pensamento ocidental. Seu centro foi a corte de Carlos Magno (742-814) e depois a de seu filho Luís, o Piedoso (778-840), para a qual convergiram grandes letrados que se colocaram a serviço do imperador e que continuavam a servi-lo mesmo quando recebiam cargos eclesiásticos. Naquele período, começou-se a construir a dinâmica de que cada catedral — e cada monastério — deveria ser também um centro de estudos, algo totalmente novo na prática do cristianismo. Além disso, nota-se que Carlos Magno foi o primeiro soberano medieval que aprendeu a ler (mas não a escrever), o que demonstra a importância que os saberes passavam a ter para homens que eram oriundos de descendências que priorizavam as habilidades guerreiras. Foi também na época carolíngia que os escribas criaram um sistema de pontuação para separar as palavras e ocorreu uma melhor organização do *scriptoria*, no qual os monges se dedicavam à cópia dos manuscritos. O trabalho dos copistas passou a ser desenvolvido em equipes com o partilhamento de diversas seções de uma mesma obra, o que

---

55. Ibid., p. 11.

56. Cf. *ibid.*, p. 13-22.

umentou consideravelmente a produção de livros. Tal fator foi essencial para a conservação da literatura latina antiga. Deve-se levar em conta, ainda, que um instrumento importante da conservação das obras antigas é a continuação do latim como língua erudita da época.<sup>57</sup>

Ressalte-se, ainda, que os renascimentos do século XII e o dos séculos XIV, XV e XVI, ao se interessarem e retomarem os saberes produzidos na Antiguidade, colaboraram para a continuidade da reprodução dos textos antigos. Exemplar, nesse processo, é o surgimento, em ambiente urbano e universitário, do método denominado Escolástica. Segundo Hilário Franco Júnior, a “escolástica” tratava-se de um conjunto de leis sobre como desenvolver determinado assunto. Inicialmente, as leis da linguagem, em que se buscavam o sentido e o significado das palavras, pois considerava-se que por meio delas se desenvolvia o raciocínio. Depois, leis da demonstração, por meio da dialética, ou seja, buscava-se provar certa posição recorrendo-se a argumentos contrários e examinando-os com atenção. A seguir, as leis da autoridade, ou seja, usava-se o recurso de procurar embasamento nas fontes cristãs (Bíblia e Pais da Igreja) e no pensamento clássico (Platão, Aristóteles...) para fundamentar as ideias defendidas. Por fim, as leis da razão, que eram utilizadas para uma compreensão mais profundada do tema, mesmo nos assuntos da fé.<sup>58</sup> Em busca de autorizadores para embasar tal pensamento, nesses dois períodos ocorreu uma intensa tradução de textos da Antiguidade greco-romana, com traduções para o latim e, posteriormente, para o vernáculo, a partir do grego e do árabe. Os polos principais de tradução foram Veneza, Sicília e Espanha. Dessa forma, a cristandade passou a dispor de uma boa parte da obra de Aristóteles, Euclides, Arquimedes, Ptolomeu e Hipócrates, entre outros.<sup>59</sup>

---

57. BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006; passim.

58. Cf. FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 118.

59. Cf. *ibid.*, p. 119.

### **ALEXANDRE de Aphrodisias. *Problemata*.**

Impresso em Veneza em 1489.

O filósofo Alexandre de Afrodísias (fim do século II d.C.-início do século III d.C.) ficou conhecido principalmente por seus comentários aos textos aristotélicos. Isso fez com que ele ganhasse reconhecimento como “comentarista”. A obra identificada pelo nome *Problemata*, exemplar presente na Fundação Biblioteca Nacional, é um desses. Tal texto aborda problemas filosóficos da existência e da ética e chegou até nós graças à intermediação dos árabes, que ajudaram a preservar e a traduzir grande parte dos textos da Antiguidade Clássica conhecidos hoje.

A versão da Biblioteca Nacional foi impressa em latim no ano de 1489, na cidade de Veneza, e pertenceu à coleção de Benedicto Ottoni (1811-1896). Ottoni foi um importante engenheiro, professor de matemática, membro da Marinha e político do Brasil entre o fim do Império e o início da República. Foi responsável pela construção da Estrada de Ferro dom Pedro II, que ligava a Serra do Mar a São Paulo e a Minas Gerais, e publicou livros diversos sobre matemática e geometria. Além disso, como fazia parte do interesse dos letrados de seu tempo, o estudo dos clássicos não passou despercebido por ele. Desse modo, não é de se estranhar que esse importante homem das letras possuísse em sua coleção um comentarista de Aristóteles.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **APULEIO. *Metamorphoseon*.**

Exemplar 1: impresso em Vicenza, por Rigo di Ca Zeno, em agosto de 1488.

Exemplar 2: impresso em Milão, por Leonhard Pachel, em agosto de 1497.

Lucius Apuleius (180 a.C.-125 a.C.) foi um escritor romano que produziu diversos textos em formato de verso e de prosa. Ele nasceu na colônia romana de Madaura (atual Argélia) e era proveniente de uma família abastada do centro do Império Romano, o que possibilitou que obtivesse parte de sua formação em gramática, geometria, música, poesia, filosofia e retórica na cidade de Cartago, no norte da África, e, posteriormente, em Atenas. Foi em sua passagem por Cartago que ele começou a demonstrar interesse pelos ritos

esotéricos, grande tema de seus escritos. Por conta disso, seu casamento com a rica viúva Emília Pudentila foi considerado decorrente de prática de magia por parte dos parentes dela. Para se defender de tais acusações, Apuleio escreveu ou transcreveu a famosa obra *Apologia*.

Os dois exemplares de incunábulo de Apuleio, da Fundação Biblioteca Nacional, são da obra *Metamorfoses*, também conhecida como *O asno de ouro*. Trata-se de uma narrativa em 11 livros das aventuras do jovem Lúcio, transformado em asno em vez de pássaro, como ele desejava, só recuperando a forma humana pela interferência da deusa Ísis. Uma das partes mais conhecidas da história é a fábula intitulada *Amor e Psique*, na qual Psique é uma bela jovem que desperta, por sua beleza, a ira da deusa Vênus. Tal deusa ordena que Cupido (*Eros*) fique responsável pela moça que teve a ousadia de ser tão bela. *Eros e Psique* casam-se, mas ele só aparece à noite e ela não consegue vê-lo, o que gera uma série de tensões. A história de *Metamorfoses*, de Apuleio, inspirou diversos outros escritos, como *A metamorfose*, de Franz Kafka, publicada em 1915.

Os dois exemplares de incunábulo de *Metamorfoses* foram impressos em latim nas cidades de Vicenza e Milão, respectivamente em 1488 e 1497, e faziam parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **ARATO. *Os fenômenos.***

Impresso por Antonii de Strata em Veneza ao final de 1488.

Arato de Solos (310 a.C.-245 a.C.) foi um pensador e poeta grego nascido em Solos, na Cilícia (costa sul da Ásia Menor). O conhecido poema *Phainomena* (Fenômenos) trata-se de uma obra de astronomia, na qual se encontram descritos os fenômenos do céu e das estrelas. A obra é toda escrita em hexâmetros e abrange conhecimentos de astronomia, mitologia e filosofia estoica. Durante a Idade Média, essa obra de Arato era bastante usada como manual sobre os astros celestes. Não é de se estranhar, portanto, o interesse em transpô-la para o impresso, nem seu pertencimento à Real Biblioteca.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Veneza no ano de 1488 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**ARISTÓTELES. Obras.**

Impresso em Veneza, por Andreas Torresaunus e Bartholomaeus de Blavis, em 1483.

O famoso filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) nasceu na Estagira, em Calcídica, situada no litoral norte do Mar Egeu, e era filho de um médico. Com aproximadamente 16 ou 17 anos, foi morar em Atenas, onde passou a conviver e desenvolver seus estudos com o filósofo Platão (428 a.C.-347 a.C.). Os escritos de Aristóteles versam acerca de temas variados como a alma, a física, a metafísica, a poesia, o drama, a música, a lógica, a ética, o governo, a constituição e a biologia, entre outros. Junto com Platão e Sócrates (professor de Platão), Aristóteles é apontado como um dos pais da filosofia ocidental. Foi bastante lido e conhecido na Idade Média, sobretudo devido ao intermédio dos árabes que o traduziram, do grego, e se tornaram responsáveis pela conservação das obras do filósofo que chegaram até nós.

As obras de Aristóteles que sobreviveram desde a Antiguidade por meio da transmissão manuscrita medieval e da tradução do árabe para o latim estão reunidas no *Corpus aristotelicum*. Trata-se de escritos filosóficos técnicos produzidos dentro da escola de estudos criada por Aristóteles. Tais textos foram organizados, na época moderna, por August Immanuel Bekker em *Aristotelis Opera Edidit Academia Regia Borussica*, com edição da Academia Real da Prússia, e basearam-se no cotejamento de obras antigas desses textos. Esta obra é referência até hoje e foi complementada posteriormente com outros textos por diversos editores. A obra de Bekker inclui tanto tratados tidos como autênticos de Aristóteles quanto textos apontados como duvidosos, bem como o texto da Constituição dos Atenienses — descoberto ao final do século XIX —, além de diversos fragmentos e obras apócrifas que circularam em época tardia com o nome de *Livro das causas*, o *Segredo dos segredos* ou *Teologia*. Vários pesquisadores defendem que a maior parte da obra de Aristóteles foi perdida e muito pouco sobreviveu.

O exemplar da Biblioteca Nacional foi impresso em Veneza em 1483 em língua latina. Ou seja, é uma versão anterior àquela do século XIX supracitada.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or795699/or795699.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or795699/or795699.pdf).

## **ARISTÓTELES. *Problemata*.**

Impresso por Jean Poitevin em Paris em 1500.

O famoso filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) nasceu na Estagira, em Calcídica, situada no litoral norte do Mar Egeu, e era filho de um médico. Com aproximadamente 16 ou 17 anos, foi morar em Atenas, onde passou a conviver e desenvolver seus estudos com o filósofo Platão (428 a.C.-347 a.C.). Os escritos de Aristóteles versam acerca de temas variados como: a alma, a física, a metafísica, a poesia, o drama, a música, a lógica, a ética, o governo, a constituição e a biologia, entre outros. Junto com Platão e Sócrates (professor de Platão), Aristóteles é apontado como um dos pais da filosofia ocidental. Foi bastante lido e conhecido na Idade Média, sobretudo devido ao intermédio dos árabes que o traduziram, do grego, e se tornaram responsáveis pela conservação das obras do filósofo que chegaram até nós.

*Problemata* trata-se de uma parte da obra de Aristóteles ou pseudoaristotélica, escrita na forma de perguntas e respostas. A coletânea foi reunida entre o terceiro século antes de Cristo e o sexto século depois de Cristo e é formada por 900 questionamentos. Contudo, há uma grande discussão sobre a autoria aristotélica dos textos.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Paris em 1500 e fazia parte da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal

indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **ARISTÓTELES. *Sobre a história dos animais.***

Impresso em Veneza, por Johann von Köln e Johann Manthen, em 1476.

O famoso filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) nasceu na Estagira, em Calcídica, situada no litoral norte do Mar Egeu, e era filho de um médico. Com aproximadamente 16 ou 17 anos, foi morar em Atenas, onde passou a conviver e desenvolver seus estudos com o filósofo Platão (428 a.C.-347 a.C.). Os escritos de Aristóteles versam acerca de temas variados como a alma, a física, a metafísica, a poesia, o drama, a música, a lógica, a ética, o governo, a constituição e a biologia, entre outros. Junto com Platão e Sócrates (professor de Platão), Aristóteles é apontado como um dos pais da filosofia ocidental. Foi bastante lido e conhecido na Idade Média, sobretudo devido ao intermédio dos árabes que o traduziram, do grego, e se tornaram responsáveis pela conservação das obras do filósofo que chegaram até nós.

*Sobre a história dos animais* trata-se de uma parte da obra de Aristóteles que aborda a história natural (zoologia). Ela apresenta descrições e estudos acerca de variadas espécies de peixes, mariscos e outros animais, bem como a constituição de suas anatomias.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Veneza em 1476 e fazia parte da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos

referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **CÍCERO. *Ad familiares.***

Impresso em Veneza, por Bonetus Locatellus e Christophorus de Pensis, em setembro de 1494.

Marco Túlio Cícero (106 a.C.-43 a.C.) foi um importante homem público, filósofo e orador romano. Produziu diversos textos e tratados que foram referência durante toda a Idade Média, além de uma quantidade significativa de epístolas dirigidas a diversas figuras importantes da Roma Antiga. O gênero epistolar empreendido por Cícero abrangia as seguintes partes principais: saudação, introdução, narração, petição e conclusão. Tais epístolas estavam diretamente relacionadas com o gênero oral, ou seja, foram escritas para serem lidas em público e apresentavam tal preocupação no texto.

As epístolas *Ad familiares* (aos amigos) são uma coleção de cartas trocadas entre Cícero e várias figuras importantes da época. Tal coletânea é formada por 16 livros e traz as cartas produzidas entre os anos de 62 a.C. e 43 a.C.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso, em 1494, em Veneza, e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos

referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1919/bndigital1919.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1919/bndigital1919.pdf).

### **CÍCERO. *De officiis*.**

Exemplar 1: impresso por Philippus Pincius em Veneza em julho de 1493.

Exemplar 2: impresso em Veneza, por Bonetus Locatellus e encomendado por Octavianus Scotus, em maio de 1494.

Marco Túlio Cícero (106 a.C.-43 a.C.) foi um importante homem público, filósofo e orador romano. Produziu diversos textos e tratados que foram referência durante toda a Idade Média, além de uma quantidade significativa de epístolas dirigidas a diversas figuras importantes da Roma Antiga.

O tratado conhecido como *Livro dos ofícios* aborda os deveres dos homens, em especial, os dos governantes. Tal tratado foi dedicado por Cícero ao filho, Marco, e foi inspirado na obra do estoico grego Panécio e de seu discípulo Posidônio, como expressa o próprio autor na obra. Cícero, no entanto, buscou decifrar na moral estoica as regras de conduta e a forma de aplicação dos deveres abordados, dando um passo além dos contemporâneos gregos. Ele buscou contemplar no texto, grosso modo, a relação entre as regras morais e as leis da natureza.

A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares de incunáveis do *Livro dos ofícios* impressos em Veneza em 1493 e 1494. Esse último fazia parte da coleção da Real Biblioteca de dom João VI. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunáveis, livros,

gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**CLEOMEDES. *Teoria dos movimentos circulares dos corpos celestes.*** Impresso em Bréscia, por Bernardinus Misinta e encomendado por Angelus Britannicus, em abril de 1497.

Cleomedes foi um importante astrônomo grego que viveu em meados do século I a.C. Suas teorias astronômicas complementaram os textos elaborados por importantes filósofos como Platão e Aristóteles. A obra *Teoria dos movimentos circulares dos corpos celestes* buscou pensar de forma filosófica os movimentos dos astros celestes. A importância dessa obra deve-se também ao fato de ele ter compilado teorias de diversos autores antigos que só chegaram até nós devido ao seu intermédio, como o caso de Posidônio. Outro importante filósofo citado por Cleomedes foi Eratóstenes de Cirene, da Escola de Alexandria (século III a.C.), que estabeleceu o método usado ainda hoje na construção de tábuas de números primos, bem como o sistema de coordenadas geográficas. Ele é apontado como o primeiro astrônomo a utilizar um globo representativo da Terra. Eratóstenes de Cirene é referência, ainda, pela determinação das dimensões da Terra pelo procedimento do “poço de Siene”, que ficou conhecido pela descrição de Cleomedes. Com esse método, tornou-se possível calcular a circunferência da Terra, seu raio, sua superfície e seu volume.

Em seu texto de dois volumes, Cleomedes é bastante preciso em algumas determinações de eclipses lunares, especialmente no que diz respeito à projeção da sombra da Lua e do estabelecimento das medições das esferas terrestre e lunar, além do cálculo das distâncias entre a Lua e a Terra.

Deve-se levar em conta que, na Grécia Antiga, o modo de ver os fenômenos da natureza passou por alterações significativas. Isto é, a partir dos estudos dos filósofos gregos passou-se a tentar explicar os fenômenos celestes de forma matemática, e não meramente mitológica. Os gregos herdaram certos conhecimentos dos mesopotâmios e dos egípcios sobre matemática e astronomia, mas na Grécia a ênfase dada à matemática e à astronomia foi muito maior do que naquelas nações.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do livro sobre os movimentos dos corpos celestes foi impresso em Bréscia em 1497.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **CURTIUS RUFUS, Quintus. *História. Alexandri Magni.***

Impresso em Sevilha, por Meinhard Ungut e Stanislaus Polonus, em maio de 1496.

Como era comum entre os homens abastados de seu tempo, Quinto Cúrcio Rufo teve funções políticas e foi senador e historiador na Roma Antiga no século I. Entretanto, a única obra que restou desse pensador foi a *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, uma história das façanhas de Alexandre da Macedônia (356 a.C.-323 a.C.), o Grande, composta em dez livros.

Alexandre, o Grande, foi um importante monarca da Antiguidade que empreendeu diversas campanhas militares para anexar terras da Ásia e da África ao império macedônio, um dos mais extensos daquele período, que se estendia da Grécia até o Egito e a Índia atuais. O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional, da História de Alexandre, o Grande, foi impresso em Sevilha no ano de 1496 em língua castelhana. O fato demonstra o interesse da época pela história dos grandes generais da Antiguidade. Deve-se levar em conta que a Idade Média enxergava neles exemplos a serem seguidos. Dessa forma, a impressão em língua vernácula do texto tinha, sem dúvida, um papel de difusão bastante notório. Tal exemplar fazia parte da coleção da Real Biblioteca de dom João VI. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que

possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **DIODORO de Sicília. *Bibliotheca historica*. Latim.**

Impresso por Thomas de Blavis em Veneza em novembro de 1481.

Diodoro de Sicília, ou Diodoro Sículo (90 a.C.-30 a.C.), nasceu em Agira, na Itália. Cabe destacar que a maior parte das informações bibliográficas a seu respeito é indireta, deduzida de sua própria obra. Ele teria realizado pesquisas de cunho histórico no Egito, entre 60 a.C. e 57 a.C., às quais deu continuidade nos arquivos de Roma. Suas pesquisas resultaram em uma única obra, *Bibliotheca historica*.

A *Bibliotheca historica* foi escrita originalmente em grego e é composta por 40 livros, dos quais somente os livros 1 a 5 e 11 a 20 são remanescentes. Dos demais, restaram apenas alguns fragmentos. A *Bibliotheca historica* é o mais completo relato sobre a história da Grécia e de Roma, desde suas origens míticas até as últimas décadas da República Romana, de que se tem conhecimento.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **DIONÍSIO PERIEGETA. *Viagem ao redor da Terra.***

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Christophorus de Pensis, em 1498.

Exemplar 2: impresso por Magistrum Georgium Wolffet Thielman num Kerver em Paris em 1499.

As informações a respeito de Dionísio Periegeta são esparsas e desconhecidas, não sendo precisas nem as datas e nem os locais de seu nascimento e sua morte. Alguns estudiosos acreditam, por referências presentes em suas obras, que ele tenha vivido entre o fim do século III e o início do século IV e que provavelmente tenha nascido em Bizâncio, atual Istambul, na Turquia, ou no norte da África. *Viagem ao redor da Terra* descreve geograficamente o mundo até então conhecido, a Terra, os oceanos, os mares e os três continentes: Europa, Líbia (África) e Ásia com algumas ilhas. As informações contidas na obra são aparentemente compilações de outros trabalhos.

O que movia os viajantes da Antiguidade e da Idade Média que se arriscaram para terras longínquas era a curiosidade, ou seja, a vontade de comprovar suas concepções acerca das terras distantes — como o reino de Preste João, as Ilhas Afortunadas, os lugares abundantes em ouro e os desertos —, ao mesmo tempo que estavam abertos para a diversidade do mundo e para a descoberta do estranho. Assim, os relatos produzidos pelos viajantes e pelos cronistas que trataram dessas viagens se apresentam, muitas vezes, como inventários das semelhanças e diferenças entre o conhecido e o desconhecido, mesclando o conhecimento com a experiência, isto é, o que foi visto. Em outras palavras, os homens que empreenderam as viagens pelo mundo estavam imbuídos da vontade de saber sobre o desconhecido, pois quem via com os próprios olhos podia provar o “maravilhoso”.

Os exemplares da *Viagem ao redor da Terra* fazem parte da coleção que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no

Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **ESOPO. *Aesopus moralisatus* com comentários.**

Impresso em Augsburg, por Johann Schönsperger, em 1497.

Sob o nome de Esopo são reunidas diversas fábulas da Antiguidade conhecidas como *Fábulas de Esopo*. Entretanto, assim como no caso de Homero, provavelmente as fábulas de Esopo — que teria vivido no século VI a.C. — são compilações de histórias transmitidas pela sabedoria popular de forma oral e que foram atribuídas posteriormente a um autor. A primeira tentativa de organização da obra de Esopo, de que se tem notícia, foi elaborada pelo filósofo Demétrio de Falero em torno de 325 a.C.

Tais textos possuem como características fundamentais a capacidade de fala e humanização dos animais e a conclusão do conto sempre com um ensinamento moral. Por causa desse aspecto, as *Fábulas de Esopo* também são conhecidas como *Contos morais* (título do exemplar da Fundação Biblioteca Nacional). Tais *Contos* foram mencionados por importantes pensadores da Antiguidade, como Heródoto, Aristófanes e Platão, o que demonstra a circulação e a abrangência dessas histórias morais.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Augsburg em 1497 e faz parte da Coleção Dona Thereza Christina Maria. Tal coleção pertencia à biblioteca particular do imperador dom Pedro II e foi doada por ele à Fundação Biblioteca Nacional após a proclamação da República em 1889. A pedido do imperador, os aproximadamente 100 mil itens doados — entre livros, publicações seriadas, mapas, partituras, desenhos, fotografias e manuscritos — receberam o nome de Coleção Dona Thereza Christina Maria em homenagem à imperatriz. Thereza Christina foi esposa de dom Pedro II e era princesa do Reino das Duas Sicílias, filha do rei Francisco

I, que pertencia ao ramo italiano da Casa de Bourbon, e da infanta Maria Isabel da Espanha.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **ESTRABÃO. *Geografia*.**

Impresso em Veneza, por Johannes Rubeus, em janeiro de 1494.

Estrabão (64-63 a.C.-24 d.C.) era, provavelmente, de Amaseia (atual Turquia), ao sul do Mar Negro, região inicialmente persa. Contudo, na época de seu nascimento, a região tornou-se parte do Império Romano, fato que permitiu que Estrabão estudasse em Roma. *Geografia* é uma obra escrita, inicialmente, em 17 livros (o livro VII não chegou até nós) e que pode ser entendida como uma enciclopédia do conhecimento geográfico do início da Era Cristã. A obra não possui datação exata de elaboração. Alguns historiadores remetem os primeiros esboços da obra ao ano 7 d.C. e outros consideram o ano 18 d.C. Porém, há certo consenso de que a datação final da obra é de 23 d.C. Há cerca de 30 manuscritos da *Geografia*, ou de partes dela, quase todas cópias medievais de outras cópias, mas há fragmentos de rolos de papiro que foram provavelmente copiados por volta de 100 a 300 d.C.

Estrabão compilou grande parte do conhecimento sobre a geografia de seu tempo. Assim, sua obra engloba o mundo conhecido pelos gregos e pelos romanos. Baseou-se provavelmente nos conhecimentos dos poemas de Homero. Para Estrabão, há uma clara distinção entre astronomia e geografia descritivas e ele, em vários momentos, busca descrever o que pertence a cada uma.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em latim em Veneza (1494) e pertencia à coleção da Real Biblioteca de dom João VI. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, en-

tão localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **HERÓDOTO. *Histórias*.**

Impresso em Roma, por Arnold Pannartz, em abril de 1475.

Heródoto nasceu em Halicarnasso, na atual Turquia, e viveu entre os anos 485 a.C. e 425 a.C. Foi criado por seu tio Pamiatis que lhe ofereceu uma boa educação e também viagens pelo mundo antigo, entre elas uma pelo Egito, Líbia, Babilônia, Pérsia e Macedônia. Os textos atribuídos a Heródoto abordam aspectos do comportamento humano e fatos históricos, principalmente da Grécia. Por conta de seu trabalho histórico, ficou conhecido pelo codinome “Pai da História”.

Sua obra *Histórias* foi elaborada em nove livros, cada um dedicado a uma musa grega que, segundo a mitologia, eram as nove musas das artes. Os cinco primeiros livros enfocam o império persa e os quatro últimos, a temática das guerras. Os nove livros das *Histórias* de Heródoto abordam, de modo geral, os seguintes temas:

*Livro 1 – Clío:* expõe as causas das chamadas “Guerras médicas” (século V a.C.). Tais guerras são consideradas as primeiras desavenças e conflitos entre gregos e povos chamados por eles de bárbaros. Nesse caso específico, os persas eram considerados bárbaros por falarem uma língua estranha a dos gregos;

*Livro 2 – Euterpe:* aborda o reino egípcio com relatos de sua história, sua geografia e seus costumes;

*Livro 3 – Tália:* contempla as motivações que levaram Cambises (imperador da Pérsia) a atacar o Egito, além da descrição da morte desse imperador;

*Livro 4 – Melpômene:* aborda *Cítia*, uma região na Eurásia habitada por iranianos;

*Livro 5 – Terpsicore:* conta o avanço persa sobre a Grécia;

*Livro 6 – Erato:* constrói a história de Esparta e Atenas com descrições pormenorizadas da política ateniense e aborda a dominação persa na Macedônia;

*Livro 7 – Polímnia:* relata a invasão da Grécia, com a morte de Dário e a ascensão de Xerxes ao trono persa;

*Livro 8 – Urânia:* aborda a destruição de Atenas e a batalha de Salamina, na qual combateram persas e gregos, com estes últimos saindo vitoriosos;

*Livro 9 – Calíope:* descreve as batalhas de Plátea e Micala.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional das *Histórias*, de Heródoto, foi impresso em língua latina, em 1475, na cidade de Roma.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **HORÁCIO. Obras.**

Exemplar 1: impresso em Veneza, por George Arrivabene, em fevereiro de 1490.

Exemplar 2: impresso em Veneza, s. n., em julho de 1498.

Exemplar 3: impresso em Veneza, por Johannes Alvisus de Varisio, em julho de 1498.

Quinto Horácio Flaco (Venúsia, 65 a.C.-8 a.C.) foi um filósofo e renomado poeta lírico e satírico romano. Chamado de “príncipe dos poetas latinos”, é considerado um dos maiores poetas da Roma Antiga. Junto com Virgílio e Ovídio, Horácio tem seu nome ligado à fase clássica ou áurea da literatura latina. Suas obras poéticas são classificadas, em geral, em três fases. A primeira delas abrange os *Epodi* e as *Satirae*. Neles, o autor apresenta, respectivamente, um desabafo contra as guerras civis e os problemas da vida pública, visando a colocar em evidência os erros e os vícios por meio de conselhos morais, e uma posição jocosa com relação aos excessos e à falta de moralidade. Na segunda fase, a fase lírica propriamente dita, o autor fundamenta-se na exaltação das virtudes e da paz. Na terceira fase, Horácio retoma os ensinamentos morais por meio de *Epistulae*, ou seja, cartas poéticas que buscavam ensinamentos morais.

A Fundação Biblioteca Nacional possui três exemplares das *Obras* de Horácio. Todos foram impressos em Veneza e em língua latina, respectivamente nos anos de 1490 e 1498. Os dois exemplares impressos em 1498 pertenceram às coleções de Thereza Christina Maria e da Real Biblioteca. A Coleção Dona Thereza Christina Maria fazia parte da biblioteca particular do imperador dom Pedro II e foi doada por ele à Fundação Biblioteca Nacional após a proclamação da República em 1889. A pedido do imperador, os aproximadamente 100 mil

itens doados por ele — entre livros, publicações seriadas, mapas, partituras, desenhos, fotografias e manuscritos — receberam o nome de Coleção Dona Thereza Christina Maria em homenagem à imperatriz. Thereza Cristina foi esposa de dom Pedro II e era princesa do Reino das Duas Sicílias, filha do rei Francisco I, que pertencia ao ramo italiano da Casa de Bourbon, e da infanta Maria Isabel da Espanha.

Já a coleção da Real Biblioteca teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **JUSTINO, Marco Juniano. *Historiae Philippicae*.**

Exemplar 1: impresso em Milão, por Christophorus Valdarfer, em junho de 1476.

Exemplar 2: impresso em Veneza, por Johannes Rubens ou Rosso, em 1490.

Marco Juniano Justino foi um historiador romano que viveu, provavelmente, entre os séculos II e III. Ele compilou a obra *Historiarum Philippicarum* (ou *Histórias Filípicas*), que conta a história da criação do mundo até a época do imperador Augusto (63 a.C.-14 d.C.), sobretudo a partir dos escritos de Pompeu Trogo (século I a.C.). Trogo escreveu na época do imperador Augusto e, junto

com os textos de Tito Lívio, seus escritos são dos poucos testemunhos desse período que se conservaram.

O fragmento original do manuscrito não sobreviveu, mas foi conservada uma versão do texto de Trogo por meio de uma cópia resumida elaborada por Marco Juniano Justino. Essa versão possui os prólogos dos 40 livros de Trogo, o índice e alguns fragmentos. A compilação de Justino permite que se tenha uma ideia aproximada das características do texto de Trogo.

Tal compilação foi bastante utilizada e recompilada durante toda a Idade Média para se referir à história da Macedônia e dos reinos helênicos. A primeira impressão do texto ocorreu em Roma por volta de 1476. A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares do texto: um impresso em Milão, em 1476, e outro em Veneza em 1490.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813816/or813816.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813816/or813816.pdf).

### **JUVENAL, Décimo Júnio. *Satyrae cum commentariis D. Calderini.***

Impresso em Milão, por Antonius Zarotus, em junho de 1485.

Décimo Júnio Juvenal viveu, provavelmente, entre os séculos I e II e ficou conhecido por sua poesia satírica. Deve-se ter em mente que nem sempre as informações bibliográficas sobre os autores antigos são confiáveis, pois muitas vezes elas se baseiam em indícios pouco consistentes e difíceis de serem checados.

Geralmente, o que se sabe sobre esses autores é oriundo do que eles falam sobre si mesmos em seus escritos, da tradição bibliográfica e de outros autores que o mencionam. Nos escritos que chegaram até nós, Juvenal fala muito pouco sobre sua origem e as atividades que desenvolvia, ao contrário de escritores satíricos como Lucílio e Horácio, que forneceram informações pessoais como parte da construção de suas obras.

Sabe-se que Juvenal escreveu pelo menos 16 poemas e cobriu, de forma enciclopédica, fatos do mundo romano. Juvenal já era objeto de análise e comentário desde o século IV e sua obra aparece repetidamente comentada por diversas autoridades.

A primeira edição impressa de seus poemas ocorreu em Roma em 1470. Deve-se ressaltar que o texto de Juvenal foi especialmente lido nos tempos renascentistas em diversas partes da Europa.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Milão em 1485 e fazia parte da coleção da *Sunderland Library*.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **LUCANO. *Pharsalia*.**

Exemplar 1: impresso em Verona, por Giovanni e Alberto Alvise, em 1479. *Pharsalia cum Omniboni Vicentini commento*.

Exemplar 2: impresso em Bréscia, por Jacobus Britannicus, em maio de 1486. *Pharsalia cum Omniboni Vicentini commento*.

Exemplar 3: impresso em Veneza, por Bartholomaeus de Zanis para Octavianus Scotus, em março de 1492. *Pharsalia cum commentariis Joh. Sulpitii Verulani, necnon Omniboni Leonicensi et a Johanne Taberio edita*.

Marco Aneu Lucano (39 d.C.-65 d.C.) foi um pensador romano que possuía parentesco com o renomado filósofo Sêneca (era neto de Sêneca, o velho ou o retor, e sobrinho de Sêneca, o moço ou o filósofo). Não fugindo à regra dos homens de letras de seu tempo, era de origem abastada e pôde obter estudos de retórica em locais de referência do período, como Atenas e Roma. Dada a influência familiar, foi educado na filosofia chamada estoica. De seus escritos, restou uma epopeia inacabada em forma de farsália.

*Pharsalia* é um poema em estilo épico que aborda as guerras civis romanas na época de Júlio César (100 a.C.-44 a.C.). A visão de Lucano acerca de César é bastante negativa devido a suas tendências republicanas. Assim, Lucano lamenta o fim da República romana e critica os poderes centralizadores. O texto aborda questões de guerras civis, intrigas políticas, assassinatos e a emergência do Principado, bem como evita as evocações divinas tradicionais das obras poéticas de seu tempo. Desse modo, muitos estudiosos consideram *Pharsalia* uma obra mais vinculada à história do que à poesia. A guisa de exemplo, Quintiliano (35 d.C.-95 d.C.) considerava Lucano mais adequado aos oradores do que aos poetas. Tal ideia foi reforçada por Suetônio e Isidoro. Isso porque Lucano colocava-se como voz em seus poemas e deixava ao leitor/ouvinte o papel de interpretar o que lia/ouvia.

A Fundação Biblioteca Nacional possui três exemplares de incunábulo da obra de Lucano: dois impressos em Veneza em 1479 e 1492, e outro em Bréscia em 1486.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**MACRÓBIO, Ambrósio Teodósio. *Commentarii in Somnium Scipionis*.** Impresso em Veneza, por Jean Rosso de Vianis, em junho de 1492.

Ambrósio Teodósio Macróbio (395 d.C.-436 d.C.) foi um filósofo e astrônomo romano, autor de *Saturnais* e *Comentário ao sonho de Cipião*. Macróbio foi bastante lido e referenciado na Idade Média, tanto pela transmissão da tradição filosófica greco-romana quanto por suas obras astronômicas.

Do século XII ao XV, por exemplo, vários pensadores e cartógrafos tentaram esconder as contradições entre o mito bíblico da Terra Plana e a noção grega de uma Terra Redonda, e propuseram a ideia de Terra Plana no nível da área habitável e a de esférica apenas no nível da astronomia. Duas sínteses na Idade Média possibilitaram conciliar essas duas noções, tendo sido construídas a partir de Crates de Malo (c. 160 a.C.), de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e de ideias bíblicas. A síntese bíblico-cratesiana era conhecida na Idade Média por meio da obra de Macróbio. Nessa síntese, em uma esfera coberta na maior parte por água, representavam-se quatro pequenas ilhas opostas. A vasta extensão do oceano impossibilitava qualquer comunicação entre os habitantes dessas ilhas. Em virtude da unicidade da humanidade oriunda de Adão e resgatada por Cristo, principal fundamento da doutrina cristã, os medievais foram levados a confinar a espécie humana em uma das ilhas e negar que as outras fossem habitadas, de forma que o pequeno ecúmeno cristão, perdido na superfície, aparecia como plano.

Macróbio elaborou obras de astronomia provavelmente no mesmo período da escrita de *Comentário ao sonho de Cipião*. Tal comentário permitiu que a parte do livro VI de *A República* — que aborda a fábula do sonho de Cipião —, de Cícero, sobrevivesse. Nesse comentário, escrito em dois livros, conta-se como Cipião, na África, antes da Terceira Guerra Púnica, sonhou com as regiões celestes, a formação do cosmos e a imortalidade da alma.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **MELA, Pomponius. *De chorographia*.**

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Erhard Ratdolt, em agosto de 1482.

Exemplar 2: impresso em Salamanca em 1498.

Pompônio Mela foi um cosmógrafo romano que nasceu em Tingentera (atual Algeciras, na Espanha) no século I. É autor de um compêndio geográfico formado por três livros e chamado *De Chorographia*, elaborado provavelmente nos anos 40 do século I. Há, no livro, a descrição da distribuição geográfica dos lugares conhecidos e longínquos. Uma das partes mais interessantes da obra, como era comum nesse tipo de gênero, são as descrições dos lugares e dos povos que os habitam.

Como era próprio de seu tempo, tais descrições estão pautadas em escritos anteriores, uma vez que ter lido era uma das formas de construção da verdade. Ou melhor, os pensadores desse período, como era o padrão da época, pautavam suas verdades no que havia sido escrito anteriormente, buscando, assim, conciliar o pensamento escrito com o que leram e/ou ouviram.

A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares de incunábulo da obra de Pompônio Melo impressos em Veneza e em Salamanca, respectivamente, em 1482 e 1498. O exemplar impresso em Veneza fazia parte da Coleção J. A. Marques. A coleção é oriunda dos livros pertencentes a João Antônio Marques, bibliófilo fluminense residente em Portugal, que doou para a Fundação Biblioteca Nacional sua coleção de incunábulo, edições *princeps*, camonianas e outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial. O acervo de obras raras da Biblioteca Nacional também recebe esse nome.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **OVÍDIO. *Obras*.**

Impresso por Christophorus de Pensis em Veneza em janeiro de 1492.

Publius Ovidius Naso (43 a.C.-17 ou 18 d.C.) foi um renomado poeta romano que, ao lado de Virgílio e Horácio, é apontado como um dos três poetas canônicos da literatura latina. Como era comum em seu tempo, Ovídio era de uma família abastada e ocupou cargos públicos. Os principais temas tratados por ele em seus poemas foram os amores e a arte de amar.

Ovídio conheceu fama e fortuna ainda em vida. Contudo, um decreto de Otávio Augusto (63 a.C.-14 d.C.), imperador romano, ordenou seu exílio por conta de aspectos imorais de suas obras *A arte de amar* (*Ars amatoria*), caracterizado como um tratado de sedução; *Cartas das heroínas* (*Epistulae heroidum*), uma reunião de supostas cartas trocadas entre amantes da mitologia grega; e *Amores*, uma coletânea de lamentações amorosas em cinco volumes. Assim, as *Obras*, de Ovídio, formam três grandes coleções de poemas eróticos, amorosos e “imorais”.

Durante seu exílio, Ovídio continuou, embora melancólico, produzindo poemas. Foi nesse período que elaborou sua obra mais conhecida: *Metamorfoses*, que se caracteriza por ser um grande poema em hexâmetros e mitológico.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Obras*, de Ovídio, foi impresso na cidade de Veneza em 1492.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PLAUTO, Tito Mácio. Obras.**

Impresso em Milão, por Ulrich Scinzenzeler para Johannis di Legnano, em 1490.

Tito Mácio Plauto nasceu por volta de 250 a.C. e faleceu, provavelmente, em Roma em 184 a.C. É considerado um dos maiores comediógrafos da Roma Antiga. Diferentemente da maior parte dos autores da Antiguidade, sua origem familiar não é aristocrática nem abastada. Quando jovem, Plauto começou a fazer teatro na cidade de Roma, primeiramente como ator e depois como escritor de peças teatrais. Tais peças são bastante importantes, pois são consideradas as comédias mais antigas preservadas integralmente em língua latina.

Supõe-se que Plauto compôs cerca de 130 peças, das quais são conhecidas 21. Considera-se que ele se apropriou das comédias gregas e deu um tom romano para elas, atualizando as situações às preocupações da época. Suas peças também inserem elementos de canto e dança nas apresentações.

Ao contrário de outros autores da Antiguidade, sobretudo gregos, Plauto não fez contundentes críticas à política de seu tempo. Seu principal foco eram as intrigas entre pais e filhos — de caráter pedagógico, no sentido de propor qual deveria ser a relação ideal entre eles. Dessa forma, Plauto enfocou a sociedade patriarcal de seu tempo tendo em vista as relações familiares, e não

políticas. Abordou também temas vinculados ao amor e a personagens de origem modesta, como escravos, ladrões, soldados e cortesãs.

Algumas peças de Plauto são: *Anfitrião*, *O soldado fanfarrão*, *Os menecos*, *Persa*, *Pseudolus* e *Vidularia*.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional das *Obras*, de Plauto, foi impresso na cidade de Milão em 1490.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PLÍNIO, o Jovem. Correspondência.**

Impresso em Bolonha, por Benedictum Hectoris, em outubro de 1498.

Gaius Plinius Caecilius Secundus, mais conhecido como Plínio, o Jovem, nasceu provavelmente entre 61 d.C. e 62 d.C., na cidade de Como, no norte da Península Itálica, em uma família abastada. Iniciou a carreira pública por volta de 80 d.C. após ser adotado em testamento por seu tio Plínio, o Velho. Plínio, o Jovem, ocupou vários cargos e tornou-se governador da Bitínia, no noroeste da Turquia. Grande parte de sua obra epistolar é oriunda da correspondência que trocou com o imperador Trajano (53 d.C.-117 d.C.).

Ainda em vida, Plínio, o Jovem, publicou nove livros compostos por 247 epístolas pessoais. Nessa obra, é possível perceber o desejo de Plínio tornar-se imortal por meio de seus feitos políticos e jurídicos. Para tanto, publicou sua correspondência.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso, em 1498, na cidade de Bolonha e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos

manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de dois milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PLÍNIO, o Velho. *Naturalis historia.***

Exemplar 1: impresso em Parma, por Andreas Portilia, em fevereiro de 1480.

Exemplar 2: impresso em Veneza, por Marin Sarrazin, em maio de 1487.

Exemplar 3: impresso em Veneza, por Bartolomeo de Zani, em dezembro de 1496.

Caio Plínio Segundo (23 d.C.-79 d.C.), mais conhecido como Plínio, o Velho, foi um homem público e de letras da Roma Antiga. Era de origem abastada, filho de um equestre (cavaleiro romano) e de uma filha de senador. Estudou em Roma e ingressou na carreira militar com atribuições no norte da África, na Germânia, na Gália e na Espanha. Morreu em decorrência da famosa erupção do vulcão Vesúvio, responsável pela destruição de Pompeia, Herculano e outras vilas ao redor.

A obra *História natural* (*Naturalis historia*) foi escrita por Plínio, o Velho, por volta de 77 d.C., e caracteriza-se por uma reunião das ciências antigas distribuída em 37 livros. Nela, Plínio abordou diversos temas de forma enciclopédica, como geografia, cosmologia, fisiologia animal e vegetal, medicina, história da arte e mineralogia, por meio de diversos estudos anteriores.

A Fundação Biblioteca Nacional possui três exemplares de incunábulos da *História natural*, de Plínio, impressos em Parma e Veneza, nos anos de 1480, 1487 e 1496. O exemplar de Parma fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil com a família real, entre os anos de 1810 e 1811,

junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PLUTARCO. *Vidas paralelas.***

Impresso pelos Cuatro Compañeros Alemanes em Sevilha em julho de 1491.

Plutarco nasceu em uma cidade chamada Queroneia, interior da Beócia, região localizada próxima a Tebas em 45 d.C. Fazia parte de uma família abastada da Grécia Antiga, o que lhe possibilitou uma formação privilegiada. Em Atenas, obteve ensinamentos em retórica, física, medicina, filosofia e literaturas gregas e latinas.

As composições de Plutarco alcançam a soma de 250 obras conhecidas. Aos nossos dias, chegaram 101 obras completas e 30 fragmentos. As obras completas foram divididas em dois volumes, intitulados *Vidas paralelas* e *Obras morais e de costumes*. *Vidas paralelas* é uma compilação comparativa de várias biografias de homens ilustres da Grécia e da Roma Antiga. Ao todo, são conhecidos hoje 23 pares e algumas avulsas. Os antigos gostavam de colocar em paralelo as vidas dos homens ilustres de forma exemplar. Tais biografias estão estruturadas da seguinte forma: primeiramente, a biografia de um grego, depois a de um romano e, por fim, uma comparação entre as figuras abordadas. Essa comparação servia para Plutarco confrontar e equiparar os feitos e valores de homens gregos e romanos. No caso grego, esse tipo de composição representava uma inovação, pois o gênero comparativo era elaborado principalmente pelos romanos. A comparação servia para mostrar que, para cada romano ilustre, havia um grego com igual ou maior potencial.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em castelhano na cidade de Sevilha no ano de 1491 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a orga-

nização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil com a família real, entre os anos de 1810 e 1811, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obras digitalizadas disponíveis para acesso em:

Parte 1: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1173/bndigital1173.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1173/bndigital1173.pdf).

Parte 2: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1174/bndigital1174.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1174/bndigital1174.pdf).

### **PRISCIANO. Obras.**

Impresso em Veneza, por Johann von Köln e Johann Manthen, em 1476.

Priscianus Caesariensis (500 d.C.-530 d.C.), mais conhecido como Prisciano, foi um gramático latino que compôs *Institutiones grammaticae* — obra caracterizada como um manual básico para o estudo do latim — e o estudo *Institutio de nomine et pronomine et verbo* — que trata de nomes, pronomes e verbos. Os escritos de Prisciano ocorreram, provavelmente, em Constantinopla, e tinham como alvo os falantes de grego na Antiguidade Tardia. Essa hipótese decorre da notória presença de nomes gregos entre os exemplos, de traduções para o grego de termos latinos e do uso da língua grega para explicar a gramática latina. As obras de Prisciano tiveram grande alcance na Idade

Média, com um expressivo número de manuscritos sobreviventes. Não é de se estranhar, portanto, a reprodução impressa das obras de Prisciano logo no advento da impressão.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Prisciano foi impresso em Veneza em 1476 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil com a família real, entre os anos de 1810 e 1811, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PTOLOMEU, Cláudio. *Geografia*.**

Impresso em Ulm, por Johann Reger para Justus de Albano, em 1486.

O início do século XV foi marcado, na cartografia ocidental, pelo acesso à obra do alexandrino Cláudio Ptolomeu (90 d.C.-160 d.C.), denominada *Geografia* — que se tornou uma referência para o período com diversas cópias por toda a Europa. Data do ano de 1406 a tradução para o latim da *Geografia*, de Ptolomeu, mas, sem dúvida, com a invenção da imprensa, por volta de 1455, foi ampliada a difusão do texto ptolomaico. Consta do ano de 1475 a primeira cópia impressa do texto, mas ela não continha todas as cartas.

O relato é amparado por 27 cartas, e uma delas se apresenta como uma carta geral que retrata o Mediterrâneo e uma porção do Oriente até o Índico.

Já as restantes são cartas particulares e regionais dos espaços incluídos na carta geral. Deve-se levar em conta que nem todas as cópias da *Geografia* trazem as 27 cartas e que não é consenso entre os historiadores que elas tenham sido elaboradas por Ptolomeu.

Em um primeiro momento, a obra geográfica de Ptolomeu foi traduzida para o latim como *Cosmografia* (com uma etimologia incorreta), pois não havia uma palavra em latim correspondente a *Geografia* (se existia, era muito pouco utilizada). Desse modo, os primeiros códices latinos receberam o nome de *Cosmografia*. Mais tarde, a obra foi traduzida corretamente com o nome *Geografia*.

Nesse extenso texto, Ptolomeu representou o mundo com três continentes e com mares fechados, que não se comunicavam, e a porção de terra da África era bem menor do que posteriormente se viria a constatar, além de não ser considerada circum-navegável.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Geografia*, de Ptolomeu, foi impresso em Ulm no ano de 1486.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **QUINTILIANO. *De institutione oratoria*.**

Impresso em Veneza, por Bonetus Locatellus para Octavianus Scotus, em 1493.

Marco Fábio Quintiliano (35 d.C.-95 d.C.) foi orador e professor de retórica em Roma. Nascido em Calahorra (atual Espanha), estudou em Roma e exerceu também a profissão de advogado. Foi professor de diversos personagens romanos importantes, entre os quais Plínio, o Jovem. Quintiliano registrou suas ideias sobre retórica e oratória em seus *Institutos de oratória* (*De institutione oratoria*), obra em 12 volumes sobre retórica teórica e prática. Tal obra foi referência para vários estudiosos nos primórdios da Idade Média, como Santo Agostinho e São Jerônimo.

Nessa obra — que lhe rendeu fama —, Quintiliano propôs diretrizes para a formação cultural e educacional dos romanos, da infância até a maturidade. Nos dois primeiros livros, Quintiliano abordou os primeiros aprendizados e como se organizava a vida em Roma. Recomendou que fossem ensinadas, simultaneamente, as letras e seus usos e condenou os castigos físicos como elemento de aprendizagem. Para ele, era preciso incentivar o estudo por meio de uma jornada diária de aprendizados interrompida por intervalos. No Livro X,

que é bastante referenciado, Quintiliano aconselhou a leitura como elemento fundamental na formação de um orador. No XII — e último livro —, apresentou o conjunto de qualidades que um orador deve reunir para ter sucesso, no que se refere tanto à conduta quanto à moral. Não é de se estranhar a impressão da obra de Quintiliano nos primórdios da imprensa, uma vez que suas retóricas teóricas e educacionais foram referência para a Idade Média. Considera-se que a Idade Média apropriou e adaptou a retórica clássica. A adaptação mais notável da retórica clássica nas epístolas medievais é a formatação das cinco partes, uma clara analogia das cinco partes da oratória propostas por Cícero: saudação, introdução, narração, petição e conclusão. A arte retórica medieval conjugava os mesmos preceitos do discurso oral na composição das epístolas. Em outras palavras, os princípios retóricos poderiam ser aplicados tanto para escrever quanto para falar. O que não é propriamente uma novidade com relação à Antiguidade, a partir do século XI, na Bolonha, foi a formulação de tratados escritos a respeito do gênero epistolar especificamente, ou seja, que abordavam a retórica em cartas, a *ars dictaminis*. Na Antiguidade, os manuais de retórica estavam mais preocupados com a oralidade e, quando falavam de cartas, estas estavam associadas a esse tema.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Quintiliano foi impresso em Veneza em 1493.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **SALÚSTIO. Obras.**

Impresso por Philippus Pincius em Veneza em maio de 1491.

Caio Salústio Crispo (86 a.C.-34 a.C.) foi escritor e poeta romano. Como outros de seu tempo, Salústio foi, na juventude, para a cidade de Roma a fim de obter formação educacional e ocupou cargos políticos como questor e senador. Era defensor de Júlio César, o que fez com que criasse inimizades políticas com os adversários de César, como Cícero.

A inimizade com Cícero aparece na obra de Salústio. Por exemplo, nos episódios relativos à conjuração de Catilina, o autor mostra-se hostil a Cícero. Em contrapartida, os discursos de Júlio César são descritos com riquezas de detalhes. Salústio acabou expulso do senado pelo censor Ápio Cláudio Pulcro, amigo de Cícero, sob a acusação de imoralidade, mas foi reconduzido ao cargo por César. Durante a guerra civil, ele apoiou a causa de Júlio César, a quem

prestou serviços e por quem foi nomeado governador da Numídia (África Nova). Suas narrativas criticavam, sob seu ponto de vista, os erros políticos cometidos pelos que detiveram o poder em Roma.

O exemplar das obras de Salústio da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Veneza no ano de 1491 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a da mudança família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **SÊNeca. *Proverbia cum tractatu de moribus.***

Impresso em Paris, por Pierre Ledru para Denis Roce, em 1500.

Lucius Annaeus Seneca (4 a.C.-65 d.C.), também conhecido como Sêneca, o Moço, foi um importante escritor e filósofo da época do Império Romano e era oriundo de Córdoba, província romana da Hispânia. Sêneca fazia parte de uma família abastada — seu pai, Sêneca, o Velho, era orador — e, como era comum naquele tempo, foi enviado a Roma para ser educado em retórica e filosofia. Tornou-se advogado e ocupou cargos públicos no senado e como questor. Teve conturbadas relações com membros da alta aristocracia romana, como os imperadores Calígula e Cláudio (envolveu-se em relações de adultério

com a sobrinha deste último, Júlia Livila). A acusação de adultério rendeu-lhe um exílio em Córsega entre 41 d.C. e 49 d.C. — período em que compôs diferentes obras, como as famosas “consolações”.

Em seus textos, de forma geral, Sêneca apresenta diversas reflexões sobre a liberdade, a justiça, a tirania e a participação dos cidadãos na vida pública. Sua doutrina é coerente com a moral estoica, doutrina que defendia a ideia de que o universo se mostra regido por uma lógica universal e o papel do soberano seria o de encarnar a sabedoria realizando a ordem. Além disso, escreveu tragédias e sátiras inspiradas no modelo grego, bem como uma vasta correspondência, destacando-se as *124 epístolas morais a Lucílio*. O estoicismo desenvolveu-se como um sistema integrado pela lógica, pela física e pela ética, articuladas por princípios comuns. No entanto, a ética estoica foi a que teve maior peso no desenvolvimento da tradição filosófica, chegando até mesmo a influenciar o pensamento ético cristão nos primórdios do cristianismo. Sêneca retornou a Roma em 49 d.C., tornando-se preceptor do jovem Nero. No ano 65 d.C., foi acusado de ter participado de uma conspiração, na qual o assassinato de Nero teria sido planejado. Sem qualquer julgamento, foi obrigado a cometer suicídio e cortou os pulsos na presença dos amigos.

*De moribus* é uma coleção de obras de Sêneca e outros pensadores, como Públio Siro, que foi atribuída, erroneamente, a Martinho de Braga (579 d.C.). Muitos estudiosos modernos definiram Martinho de Braga como um “pseudo-Sêneca”. O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *De moribus*, junto com os *Provérbios*, foi impresso em Paris em 1500.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **SÊNECA. Seleções.**

Impresso em Sevilha, por Meinardo Ungut e Estanislao Polono, em maio de 1491.

Lucius Annaeus Seneca (4 a.C.-65 d.C.), também conhecido como Sêneca, o Moço, foi um importante escritor e filósofo da época do Império Romano e era oriundo de Córdoba, província romana da Hispânia. Sêneca fazia parte de uma família abastada — seu pai, Sêneca, o Velho, era orador — e, como era comum naquele tempo, foi enviado a Roma para ser educado em retórica e filosofia. Tornou-se advogado e ocupou cargos públicos no senado e como questor. Teve conturbadas relações com membros da alta aristocracia romana,

como os imperadores Calígula e Cláudio (envolveu-se em relações de adultério com a sobrinha deste último, Júlia Livila). A acusação de adultério rendeu-lhe um exílio em Córsega, entre 41 d.C. e 49 d.C. — período em que compôs diferentes obras, como as famosas “consolações”.

Em seus textos, de forma geral, Sêneca apresenta diversas reflexões sobre a liberdade, a justiça, a tirania e a participação dos cidadãos na vida pública. Sua doutrina é coerente com a moral estoica, doutrina que defendia a ideia de que o universo se mostra regido por uma lógica universal e o papel do soberano seria o de encarnar a sabedoria realizando a ordem. Além disso, escreveu tragédias e sátiras inspiradas no modelo grego, bem como uma vasta correspondência, destacando-se as *124 epístolas morais a Lucílio*. O estoicismo desenvolveu-se como um sistema integrado pela lógica, pela física e pela ética, articuladas por princípios comuns. No entanto, a ética estoica foi a que teve maior peso no desenvolvimento da tradição filosófica, chegando até mesmo a influenciar o pensamento ético cristão nos primórdios do cristianismo. Sêneca retornou a Roma em 49 d.C., tornando-se preceptor do jovem Nero. No ano 65 d.C., foi acusado de ter participado de uma conspiração, na qual o assassinato de Nero teria sido planejado. Sem qualquer julgamento, foi obrigado a cometer suicídio e cortou os pulsos na presença dos amigos.

A obra *Seleções* foi impressa em Sevilha em 1491 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**SERENUS SAMONICUS, Quintus. *Liber medicinalis*.**

Impresso por Antonii de Strata em Veneza em novembro de 1488.

Quinto Sereno Samônico (morto em 212 a.C.) foi um homem letrado e político romano que compôs um poema de estudos medicinais a partir de compilações diversas. Sereno Samônico foi um típico homem de letras de seu tempo com nível social e posição política associados aos usos da gramática e ao domínio dos conhecimentos antigos em sentido amplo. Era conhecido por possuir uma considerável biblioteca e colecionar textos notórios e reconhecidos em seu tempo.

A obra *Liber medicinalis* é um poema composto por 1.115 hexâmetros. Contém uma série de conhecimentos populares acerca da medicina, como remédios; fórmulas; diagnósticos e curas para febres e calafrios. A versão da obra que chegou até nós, contudo, é provavelmente incompleta.

Tal manual de medicina foi bastante utilizado em toda a Idade Média tanto para a prática medicinal e curandeira, quanto para o conhecimento do mundo antigo. A formação médica dos versos chama bastante atenção devido à perfeição.

Em razão de sua importância para o conhecimento medicinal, a obra de Sereno Samônico foi impressa logo nos primórdios da imprensa, provavelmente em 1484.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra *Liber medicinalis* foi impresso em Veneza em 1488.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or633673/or633673.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or633673/or633673.pdf).

**SÍLIO ITÁLICO. *Punica*.**

Impresso em Veneza, por Bonetus Locatellus para Octavianus Scotus, em 1492.

Tiberius Catius Silius Italicus (25 d.C.-101 d.C.) foi um político e poeta épico romano, que tem seu nome associado a uma importante obra acerca das Guerras Púnicas. O que se sabe sobre a vida de Sílio Itálico se deve às informações em cartas de Plínio, o Jovem.

Há uma discussão entre os estudiosos antiquistas sobre a datação de *Punica*. Considera-se, em linhas gerais, que foi composta entre 83 d.C. e 103 d.C. O poema épico está dividido em 17 livros e sua métrica é formada por hexâmetros.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Sílio Itálico foi impresso em Veneza em 1492 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **SUETÔNIO. *De vita Caesarum cum commentario Philippi Beroaldi.***

Exemplar 1: impresso por Benedictus Hectoris em Bolonha em 1493.

Exemplar 2: impresso por Leonhard Pachel em Milão em 1494.

Exemplar 3: impresso em Milão, por Antonius Zarotus à custa de Johannis Leganani Mediolanensis Librarii, em novembro de 1480.

Caio Suetônio Tranquilo (69 d.C.-122 d.C.) foi um escritor romano. Como era comum em seu tempo, teve funções de preceptor, letrado e político. Ele é conhecido tanto nos estudos sobre Jesus Cristo, quanto acerca dos 12 Césares romanos. Isso porque, na descrição que fez dos imperadores romanos, abordou

algumas ações de Jesus Cristo e do desenvolvimento do cristianismo no seio do Império Romano.

A obra *De vita Caesarum* (*Vida dos doze Césares*) é um conjunto bibliográfico sobre Júlio César e os 11 primeiros imperadores romanos: Augusto; Tibério; Calígula; Cláudio; Nero; Galba; Otão; Vitélio; Vespasiano; Tito e Domiciano. A obra foi composta por volta de 121 d.C. no reinado do imperador Adriano (76 d.C.-138 d.C.), de quem Suetônio era secretário.

A Fundação Biblioteca Nacional possui três exemplares de incunábulos da obra de Suetônio impressos em Bolonha e Milão nos anos de 1480, 1493 e 1494. O exemplar impresso em Milão em 1494 fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **TEMÍSTIO. *Paraphrasis in posteriorum libros Aristoteles.***

Impresso em Veneza em 1480.

Temístio (317 d.C.-388 d.C.) foi um orador, professor e filósofo da Antiguidade Tardia e gozou de uma notável ascendência nos meios políticos e intelectuais do oriente romano na segunda metade do século IV. Nascido na

Paflagônia (Costa do Mar Negro), Temístio era neto e filho de professores de filosofia. Com seu pai, foi introduzido nos princípios do pensamento de Platão e Aristóteles. Iniciou a carreira como orador no início da década de 340 d.C. Em 347 d.C., por conta de um panegírico dedicado a Constâncio, pronunciado em Ancira, Temístio recebeu uma cátedra oficial de retórica em Constantinopla. Foi incumbido da educação de alguns imperadores do Império Romano do Oriente, como Arcádio.

Temístio compôs uma obra expressiva constituída por 31 orações completas e duas incompletas que são consideradas um importante inventário dos temas políticos debatidos pela sociedade de seu tempo, entre os quais a importância da filosofia para a vida da cidade. A escola neoplatônica, principal corrente intelectual pagã do fim da Antiguidade, propunha que os filósofos deveriam se retirar da cidade, evitando qualquer intervenção no governo da *polis*. Além disso, defendia que Aristóteles era um apêndice do pensamento de Platão. Assim, tais filósofos receberam o nome de neoplatônicos. Temístio, por sua vez, se opôs a esse tipo de concepção e defendeu a importância da filosofia para a construção do espaço público com base na antiga tradição intelectual grega estabelecida por Sócrates, Platão e Aristóteles. Contudo, considerava Aristóteles independente de Platão.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Temístio sobre o pensamento aristotélico foi impresso na cidade de Veneza em 1480.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or815286/or815286.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or815286/or815286.pdf).

### **TERÊNCIO. Obras.**

Impresso em Estrasburgo, por Johannes Grüninger, em novembro de 1496.

Públio Terêncio foi um escritor de comédias da época da República Romana. Suas comédias foram compostas entre os anos 170 a.C. e 160 a.C. Restam-nos, hoje, seis obras de Terêncio conservadas.

Ao contrário de muitos homens de letras de seu tempo, Terêncio, provavelmente oriundo de Cartago, foi escravo romano e tomou seu nome do senador Terêncio Lucano, pois serviu na casa deste e foi libertado por conta de suas habilidades na escrita.

Do mesmo modo que outros textos de seu tempo, adaptou as obras gregas ao contexto romano. Esse fato fez com que fosse considerado como um tradutor das obras gregas por alguns estudiosos.

A obra de Terêncio é composta por seis comédias: *Andria* (A moça de Andros); *Hécira* (sogra); *Heautontimoroumenos* (o que pune a si próprio); *O eunuco*; *Formião* e *Os adelfos* (os irmãos). Tal coletânea foi bastante apreciada na Idade Média, sendo suas peças apresentadas em diversas cortes. As personagens de Terêncio pertencem em sua maioria às classes sociais mais altas. Suas obras são escritas em verso e hoje ele é, muitas vezes, considerado um autor menor do que seu contemporâneo Plauto.

O exemplar das obras de Terêncio da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Estrasburgo em 1496.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **VALÉRIO MÁXIMO. *Factorum et dictorum memorabilium libri IX.***

Exemplar 1: impresso por Philippus de Lavagna em Milão em fevereiro de 1478.

Exemplar 2: impresso por Gulielmus Tridinenses em Veneza em agosto de 1491.

Públio Valério Máximo (20 a.C.-50 d.C.) foi um escritor romano cuja obra mais conhecida é *Factorum et dictorum memorabilium libri IX* (*Nove livros de feitos e dizeres memoráveis*), dedicada ao imperador romano Tibério. Esta obra é uma coleção formada por aproximadamente mil contos. Eles abordam o modo de vida e os costumes antigos dos romanos, além de alguns discorrerem sobre os costumes e as histórias estrangeiras, sobretudo vinculadas a nomes gregos importantes.

Vários dos contos compostos por Valério Máximo apresentam ensinamentos morais comparáveis àqueles compostos pela Bíblia. Em outras palavras, buscam apresentar exemplos considerados guias morais de condutas. Esse autor foi bastante referenciado na época moderna, principalmente entre oradores profissionais, e seus textos eram ditos como guia das tarefas diárias para viver uma vida com moralidade.

A obra *Nove livros de feitos e dizeres memoráveis* possui compilações de diversos autores da Antiguidade, como Cícero, Tito Lívio e Terêncio, o que propriamente não é um problema, pois, para a erudição do período, a ideia de ineditismo não se aplicava, mas estava vinculada ao acúmulo de saberes antigos.

A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares de incunábulos da obra de Valério Máximo impressos em Milão e Veneza em 1478 e 1491 respectivamente.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **VIRGÍLIO. *Aenis*.**

Impresso por Hermann Lichtenstein, de Colônia, em Vicenza em março de 1476.

Públio Virgílio Marão (70 a.C.-19 a.C.) foi um poeta romano que ganhou fama, sobretudo, com obras épicas. Suas obras mais conhecidas são: *Éclogas*, *Geórgias* e *Eneida*. Além disso, uma série de poemas menores, contidos na *Appendix Vergili*, também é atribuída a ele.

Como era comum em seu tempo, Virgílio era admirador da cultura e dos escritos gregos. Ele é considerado um dos maiores poetas romanos — e até mesmo da literatura latina. *Eneida* (*Aenis*), sua obra bastante famosa, é considerada o grande poema épico da Roma Antiga. Ela narra a história de Eneias, refugiado de Troia, que, após a guerra, chega à Península Itálica e funda a cidade de Roma. A obra de Virgílio serve, assim, para afirmar e consolidar o mito fundador de Roma e buscar uma unidade entre tribos divergentes sob um mesmo território.

Virgílio foi bastante lido na Idade Média e no início da época moderna. Por exemplo, em *A divina comédia*, de Dante Alighieri (1265-1321), Virgílio aparece como o guia do inferno e do purgatório.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Aenis*, de Virgílio, foi impresso em italiano na cidade de Vicenza em 1476.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or814833/or814833.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or814833/or814833.html).

## **VIRGÍLIO. Obras.**

Impresso em Nuremberg por Anton Koberger em 1492.

Públio Virgílio Marão (70 a.C.-19 a.C.) foi um poeta romano que ganhou fama, sobretudo, com obras épicas. Suas obras mais conhecidas são: *Éclogas*, *Geórgias* e *Eneida*. Além disso, uma série de poemas menores, contidos na *Appendix Vergili*, também é atribuída a ele.

Como era comum em seu tempo, Virgílio era admirador da cultura e dos escritos gregos. Ele é considerado um dos maiores poetas romanos — e até mesmo da literatura latina. *Eneida* (*Aenis*), sua obra bastante famosa, é considerada o grande poema épico da Roma Antiga. Ela narra a história de Eneias, refugiado de Troia, que, após a guerra, chega à Península Itálica e funda a cidade de Roma. A obra de Virgílio serve, assim, para afirmar e consolidar o mito fundador de Roma e buscar uma unidade entre tribos divergentes sob um mesmo território.

Virgílio foi bastante lido na Idade Média e no início da época moderna. Por exemplo, em *A divina comédia*, de Dante Alighieri (1265-1321), Virgílio aparece como o guia do inferno e do purgatório.

O exemplar *Obras*, de Virgílio, da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Nuremberg em 1492.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.



# Textos religiosos cristãos

Na divisão temática que segue, estão abarcados os textos religiosos produzidos desde a Antiguidade Tardia até o século XV, de cunho cristão ou elaborado por religiosos cristãos. Desse modo, estão inseridos os primeiros textos que versaram acerca da constituição do cristianismo e das hierarquias eclesiásticas, bem como sobre as transformações que ocorreram na cristandade ao longo dos séculos medievais. Inicialmente, vale dizer que nem todos os textos produzidos por homens da Igreja visavam à doutrinação religiosa. Muitos deles pretendiam o entendimento do mundo por meio da reflexão e da busca por formas de condução moral da vida. Exemplos nesses pontos são *Etimologias*, de Isidoro de Sevilha, e *Doctrinal de los cavalleros*, de Alonso de Cartagena, bispo de Burgos.

Antes de mais nada, é preciso realizar alguns apontamentos acerca da noção de Antiguidade Tardia, considerada aqui a melhor nomenclatura para descrever a transição da Antiguidade para a Idade Média. Em seguida, convém entender um pouco algumas transformações principais da Igreja Católica ao longo do medievo. Não se tem a pretensão, todavia, de dar conta de todas as peculiaridades e mutações da sociedade cristã nos vastos espaços temporais e territoriais abrangidos pelo cristianismo, mas se objetiva contextualizar o leitor sobre as mudanças e características fundamentais que impactam nas temáticas e nos tipos de textos produzidos no decorrer do período.

As transformações ocorridas no Império Romano a partir do século III d.C., desse modo, têm sido abordadas pela historiografia ao longo do tempo sob diferentes perspectivas, tanto no que diz respeito à forma de abordagem das mudanças ocorridas nesse contexto, quanto no recorte temporal classificatório dos períodos históricos. De maneira geral, pode-se dizer que a discussão historiográfica sobre essas transformações abarca três nomenclaturas ou propostas de análise principais, a saber: o Baixo Império Romano, a Antiguidade Tardia ou a Primeira Idade Média. Para além de simples nomenclaturas para períodos históricos, tais formulações estão intimamente associadas à forma de entender as relações estabelecidas entre romanos e os povos que adentraram o Império em tal período, chamados de germanos, ou seja, como aniquiladores do Império ou como agentes de transformações e interações. O historiador Jérôme Baschet destaca que, apesar de não dar conta de abarcar

toda a diversidade dos povos e suas origens, o termo germano é uma expressão aceitável em sua neutralidade descritiva para tratar de vândalos, ostrogodos, visigodos, francos, saxões, anglos etc.<sup>60</sup> Isso porque o termo bárbaro, usado por muito tempo pela historiografia, é pejorativo, pois designa os não gregos, e mais tarde os não romanos, por meio de um julgamento de valor que faz de Roma o padrão de civilização e, de seus adversários, os agentes da decadência, do atraso e da incultura.<sup>61</sup>

A Antiguidade Tardia abrangeria, nesse sentido, da segunda metade do século III até o século VIII, com a entrada dos povos muçulmanos no norte da África, o que fracionou a unidade do Mediterrâneo. O pesquisador francês Jean-Michel Carrié explica acerca dessa nomenclatura que a suposta queda do Império Romano do Ocidente não pode constituir o marco cronológico do fim da Antiguidade se for levado em conta o prolongamento da Antiguidade em Bizâncio ou a influência dos romanos com relação aos reinos germânicos que acamparam sobre as ruínas do Império. Além do mais, para Carrié, a ideia de “crise” do Império Romano é admitida apenas para certos períodos (séculos III, V e VII), em alternância com as restaurações (séculos IV e VI). O ideal, para o autor, é falar de “crises” no plural, pois o simples acrescentar de um “s” retiraria toda a dramaticidade da palavra e não ressoaria mais como a ruptura de uma civilização. Carrié também chama a atenção para o fato de que a perspectiva “romana” — Roma com cabeça da Igreja “católica” — manteve, durante muito tempo, a visão de Império Romano centrado no Ocidente. Por outro lado, o autor considera que, desde o século III, Roma não estava mais em Roma (cidade); e a queda desta, em 476, tende atualmente a ser considerada como um não acontecimento.<sup>62</sup> Dessa maneira, estudar o Império Romano a partir da perspectiva de Alto e Baixo Império é preocupar-se apenas com a abordagem dos imperadores e da Igreja, sem considerar os outros aspectos da sociedade romana.

Do mesmo modo, ao se pensar a cristandade e o cristianismo nos tempos medievais, é preciso também fazer algumas considerações acerca desses termos. Primeiramente, mesmo que em muitas obras de teologia o conceito cristandade

60. BASCHET, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 49.

61. *Ibid.*, p. 49.

62. Cf. GAIA, D. V. (trad.); CARRIÉ, J. M. *Elitismo cultural e ‘democratização da cultura’ no Império Romano Tardio*. Conferência de abertura do XI CEAM e I GEAM/LEIR da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Franca. Ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v29n1/27.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

(comunidade cristã) apareça como sinônimo de cristianismo, os termos não devem ser entendidos dessa forma. Enquanto cristianismo se refere à religião, a um sistema religioso, a cristandade, no período medieval, referia-se a um sistema único de poder e de legitimação da Igreja e do “Estado” na sociedade. Segundo o medievalista brasileiro Francisco José Silva Gomes, a cristandade começou a formar-se com a *Pax Ecclesiae*, no século IV, quando o imperador Constantino (288 d.C.-337 d.C.) se converteu ao cristianismo em 312.<sup>63</sup> O historiador Paul Veyne, em *Quando nosso mundo se tornou cristão*, defende que a frutificação do cristianismo ocorreu, pois Constantino não proibiu o paganismo, mas em seus momentos públicos enfatizava sua conversão e agradecia ao Deus cristão pelas conquistas imperiais, dando assim o exemplo a ser seguido.<sup>64</sup> Francisco José Silva Gomes destaca, ainda, que, ao se tornar religião oficial do Império Romano, em 380, após a *Pax Ecclesiae*, o cristianismo passou a desempenhar um novo papel: o de sacralizar o poder das autoridades, em particular, o do imperador.<sup>65</sup> Para o autor, nas modalidades “constantinas” da cristandade, ou seja, a cristandade dos primeiros tempos, o domínio tendia a ficar com a Igreja, mesmo que em certas conjunturas essa função lhe fosse contestada. De perseguida, a Igreja Católica tornou-se triunfante.<sup>66</sup> Além disso, a Igreja teria se beneficiado das estruturas imperiais, pois a rede de dioceses que se consolidou então e que perdurou no essencial até a época moderna se sobrepôs àquela das cidades romanas. Consequentemente, nas regiões antigamente mais romanizadas, como a Península Itálica ou o sul da Gália, onde existia um número elevado de cidades romanas, observa-se uma rede densa de pequenas dioceses (região administrada por um eclesiástico). Enquanto isso, no norte, onde a rede urbana não era tão consolidada, as dioceses são menos numerosas e menos extensas. No século IX, com o papa João VIII (872 d.C.-882 d.C.), a ideia de cristandade (*christianas* ou *res publica christiana*), para designar o conjunto de territórios cristãos do Ocidente europeu, passou ser a difundida. Essa tomada de consciência de certa identidade coletiva ocidental, segundo o medievalista Hilário Franco Júnior, veio a partir dos contatos crescentemente

---

63. GOMES, F. J. S. Peregrinatio e stabilitas: monaquismo e cristandade Ocidental do século VI ao VIII. *Textos de História*, v. 9, n. 1/2, 2001. p. 85-86. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27817/23915>. Acesso em: 10 fev. 2020.

64. VEYNE, P. *Quando nosso mundo se tornou cristão* (312-394). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 20-21.

65. GOMES, F. J. S. op. cit., p. 85.

66. Ibid., p. 85.

tenso com referenciais externos: o mundo muçulmano desde princípios do século VIII e o mundo bizantino, sobretudo, desde o século IX.<sup>67</sup>

Deve-se notar, todavia, que, embora a cristandade tenha um caráter de unidade no sentido identitário e religioso, ou seja, de um território em que há uma religião comum e seus membros seguem um mesmo código-base, ela não pode ser entendida como um todo homogêneo nem confundida com Europa (termo que aparece no sentido de continente somente no século XV), pois se deve levar em conta que ocorreram diversos conflitos e divergências entre os grupos pertencentes a ela (por exemplo, entre os reinos dos anglos e dos francos). Outro ponto é que as próprias propagação e assimilação do cristianismo no Ocidente foram processos longos que duraram séculos. No norte do continente europeu, por exemplo, a adesão ao cristianismo terminou nas proximidades do ano 1000 com a conversão das regiões que atualmente formam a Polônia (em 966), a Hungria (em 985) e a Escandinávia (em 960). Além disso, mesmo no ambiente cristianizado, havia cultos a outras divindades, como as religiões célticas na Grã-Bretanha, e divergências no entendimento do próprio cristianismo, como a doutrina ariana assimilada de início por visigodos, ostrogodos e vândalos.<sup>68</sup>

No que diz respeito aos produtores dos textos que estão abordados na presente divisão, cabe explicar, conforme apontaram Wim Blockmans e Peter Hoppenbrouwers no livro *Introdução à Europa Medieval (300 – 1550)*, que os bispos foram sem dúvida os pivôs do desenvolvimento da organização da Igreja. Sua jurisdição, como já mencionado, chama-se diocese ou paróquia. Com sua grande autoridade, os bispos exerceram um papel chave na transição da Antiguidade para a Idade Média em dois aspectos. Eles representavam a Igreja cristã e seus valores em nível local e regional, assim como contribuía para a administração pública secular. Os bispos, em geral, eram oriundos de famílias aristocráticas e, como dignitários da Igreja, eles tinham cinco funções principais: 1) preservavam a ortodoxia e a prática religiosa, isto é, exerciam a autoridade doutrinal com sermões, participação em sínodos e, às vezes, escrevendo interpretações da Bíblia ou estudos sobre a doutrina cristã ou a moralidade; 2) garantiam que as regras e as ordens da Igreja fossem aplicadas corretamente e, quando necessário, promulgavam novos regulamentos; 3) ordenavam clérigos e exerciam uma supervisão imediata no clero e nos mosteiros de suas dioceses; 4) exerciam a justiça sobre membros do clero e com

---

67. FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 16.

68. Cf. BASCHET, J. op. cit.; passim.

relação a assuntos da Igreja, crenças e moralidade cristã; e 5) administravam a propriedade do bispado e distribuía caridades.<sup>69</sup>

A noção de que os bispos das grandes cidades tinham um *status* superior ao dos outros já predominava no século IV. Eles eram chamados de “metropolitanos”. Durante os séculos VII e VIII, os metropolitanos, aos poucos, perderam sua posição para o arcebispo. Outro nível hierárquico constituiu-se acima dos metropolitanos, o dos patriarcas ou “prelados superiores”, título honorário usado durante o concílio de Niceia (ano 325) pelos bispos das quatro cidades mais importantes do Império Romano cristão: Roma, Constantinopla, Antioquia e Alexandria, e, em 451, Jerusalém. Ao longo do tempo, a luta inevitável por cargos mais elevados surgiu entre os patriarcas de Roma e de Constantinopla. O patriarca de Roma, o papa, venceu a disputa. Além do imenso prestígio de Roma, a vitória deveu-se, principalmente, ao lugar especial que a “Cidade Eterna” ocupava na história do cristianismo.<sup>70</sup>

Já as raízes do monasticismo cristão remontam, pelo menos, ao século III. Nessa época, havia fiéis no Egito e na Síria que tinham se retirado completamente do convívio social mundano para se concentrarem no mundo espiritual e divino, com a expectativa de obterem a salvação pessoal e de seus companheiros cristãos. Alguns desses “monges” fizeram esse retiro espiritual sozinhos (a palavra grega *monachos* significa “viver sozinho”). Outros viveram em pequenas comunidades com ideais comuns e outros, ainda, preferiam uma opção intermediária.<sup>71</sup> Este segundo modelo, chamado vida monástica, assemelhava-se ao antigo ideal (estoico) de alcançar a sabedoria e a liberdade espiritual por meio do desapego material e das necessidades físicas. No início, as autoridades eclesiásticas consideravam que os monges não eram nem clérigos nem pessoas laicas comuns, mas depois entenderam que tanto os clérigos quanto os monges eram servos de Deus. Essa concepção levou à convergência dos clérigos e dos monges em uma mesma “posição clerical”, tendência que se acentuou quando muitos monges foram ordenados clérigos e os mosteiros começaram a ter funções no campo de atendimento espiritual.<sup>72</sup>

Outro contexto importante para entender algumas transformações que impactaram a cristandade é o período entre os séculos XI e XIII. Aquela época conheceu um relativo crescimento demográfico, urbano e econômico. Para

---

69. Cf. BLOCKMANS, W.; HOPPENBROUWERS, P. *Introdução à Europa Medieval (300-1550)*. Rio de Janeiro: Forense, 2012; passim.

70. *Ibid.*, p. 78.

71. *Ibid.*, p. 87.

72. *Ibid.*, p. 88.

André Vauchez, todavia, tal expansão econômica do Ocidente não teve apenas consequências benéficas, pois ao mesmo tempo que arrancava a sociedade da estagnação, aumentava a distância que separava os ricos dos pobres.<sup>73</sup> A pobreza, considerada antes como um estado de fraqueza — o pobre era o homem indefeso —, tornou-se um sinal de decadência social.<sup>74</sup> Por falta de armas para ser cavaleiro, de livros para se tornar clérigo ou de arado para ser camponês, o pobre era aquele que não tinha os meios para ocupar sua posição. Seu número crescente e o fato de sua miséria ser mais visível na cidade do que no campo não deixaram de levantar novas questões para a consciência dos cristãos.

Essa sociedade nova foi marcada também por uma mobilidade crescente. Segundo Vauchez, senhores que partiam para a Cruzada, camponeses que ganhavam novas regiões de cultivo, clérigos à procura de escolas e mestres, bispos ou abades indo a Roma ou aos concílios, todos estes começaram a se deslocar.<sup>75</sup> Entende-se que tais deslocamentos foram importantes para afirmar a ideia de cristandade, pois é no contato com o outro que as identidades se fortalecem. Sem dúvida, essas possibilidades de mobilidade foram facilitadas pelos movimentos religiosos de contenção da violência, a saber: a Paz de Deus e a Trégua de Deus. São movimentos que tiveram suas origens no reino franco por volta do século X, decorrentes dos abusos cometidos por parte de cavaleiros contra pessoas não armadas (eclesiásticos, camponeses e mercadores) e seus bens. Buscando restabelecer a paz social e tornar-se sua guardião, segundo Hilário Franco Júnior, a Igreja promoveu, inicialmente, ao final do século X, o movimento da Paz de Deus.<sup>76</sup> Ameaçados de excomunhão e de suas conseqüentes punições, os guerreiros foram pressionados a jurar sobre relíquias que respeitariam as igrejas, os membros do clero e os mais humildes.<sup>77</sup> Na prática, a Igreja sabia que era especialmente vulnerável, mas, finalmente, considerava seu dever particular proteger todos os fracos e humildes, cuja tutela lhe era confiada pelo direito canônico. Apareceram, assim, várias listas de interditos, como a interdição de penetrar à força nas igrejas ou de as pilhar, se apropriar do gado dos camponeses ou ferir um clérigo desarmado.

Segundo Hilário Franco Júnior, tal movimento se estendeu até 1040 sem conseguir pacificar a sociedade cristã ocidental. Para ele, o clima de “violência expressava as necessidades da aristocracia laica, mais numerosa devido ao

---

73. VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média ocidental*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65.

74. *Ibid.*, p. 67.

75. *Ibid.*, p. 67.

76. FRANCO JÚNIOR, H. *op. cit.*, p. 74.

77. *Ibid.* p., 74.

crescimento demográfico, e a conseqüente disputa entre ela e a aristocracia eclesiástica pela posse das riquezas geradas pelos camponeses”.<sup>78</sup>

Diante disso, “buscando criar novos mecanismos de controle sobre o comportamento da elite laica, a Igreja estabeleceu, em princípios do século XI, a Trégua de Deus”.<sup>79</sup> Esta proibia o uso das armas em alguns dias da semana: “A quinta-feira, associada ao Perdão; a sexta-feira, à Paixão; o sábado, à Aleluia; e o domingo, à Ressureição. Também se proibiram as lutas em determinados momentos do calendário litúrgico: Advento, Quaresma, Páscoa e Pentecostes”.<sup>80</sup>

Para Franco Júnior, a ideia de Guerra Santa, desenvolvida a partir do século XI, que procurava impor a preservação da ordem religiosa, social e política através do combate aos hereges, dentro da cristandade, e da Cruzada contra os muçulmanos, fora, é decorrente desses dois movimentos. As Cruzadas teriam funcionado, assim, como elemento de pacificação da cristandade, em que os anseios guerreiros se concretizavam contra os infieis.<sup>81</sup>

Apesar desses movimentos, as tensões entre o poder laico e o poder eclesiástico não se extinguíram, sendo necessárias reformas na relação entre esses poderes. O século XI foi marcado, desse modo, pela reforma religiosa denominada “Reforma Gregoriana”, a partir do nome de Gregório VII (102?-1085), papa entre 1073 e 1085. Para Baschet, tal reforma não pode ser reduzida à luta entre o papa e o imperador e a reforma moral do clero.<sup>82</sup> Segundo ele, o movimento muito mais profundo e de mais ampla duração do que a fase aguda, dos anos de 1049 a 1122, visava a uma reestruturação global da sociedade cristã. Seus principais eixos são a reforma da hierarquia secular — através da restauração da hierarquia eclesiástica, liberando-a do controle de laicos e impedindo as intervenções deles nos negócios da Igreja (sobretudo a investidura de bispos, consideradas doravante ilegítimas) — e o reforço da separação hierárquica entre laicos e clérigos.<sup>83</sup> A figura do imperador era o primeiro ponto visado, pois nos modelos carolíngio e bizantino, ainda ativos, ele era o chefe de todos os cristãos, apto a intervir nas questões eclesiásticas e, até mesmo, nas indicações papais. Um dos pontos centrais das transformações que afetaram a Igreja entre os séculos XI e XII era a construção de uma sacralização máxima do clero que, ao mesmo tempo, reforçasse seu poder

---

78. *Ibid.*, p. 74.

79. *Ibid.*, p. 74.

80. *Ibid.*, p. 75.

81. *Ibid.*, p. 74-75.

82. BASCHET, J. *op. cit.*, p. 190.

83. *Ibid.*, p. 190-191.

espiritual e impedisse que os leigos intervissem no domínio reservado da Igreja.<sup>84</sup> Assim, foram reforçadas as distinções do clero, como o celibato e a busca pela pureza moral, além da definição das coisas espirituais conferidas aos clérigos e das materiais, aos leigos.<sup>85</sup>

Todo esse contexto abordado proporcionou também mudanças na forma de os fiéis se relacionarem com Deus ou expressarem sua fé. André Vauchez, nesse sentido, defende que a cristandade ocidental passou de uma devoção ritualista e conformista da época carolíngia para uma espiritualidade evangélica fundada na humanidade de Deus e, de certa forma, na crença da possibilidade de o homem alterar seu destino, a partir do século XI.<sup>86</sup> Entre os clérigos, o período do século XI ao século XIII foi marcado pela volta às fontes, ou seja, pelo resgate da perfeição das leis do passado na época dos apóstolos e mártires. Assim, houve um aprofundamento da leitura do Novo Testamento, com ênfase nos Evangelhos, em detrimento do Velho Testamento — leitura preferida dos séculos anteriores. Para Vauchez, o desejo de reatar com a perfeição da Igreja primitiva expressou-se no ideal da vida apostólica, no qual se acreditava que a comunidade primitiva de Jerusalém, tal como esta é apresentada nos Atos dos Apóstolos, constituía um modelo para a Igreja e seu estilo de vida era próximo do modelo da vida perfeita. Até meados do século XI, ninguém contestou a ideia de que a perfeição cristã se realizava nos claustros. Isso porque os monges consideravam-se os grandes herdeiros dos apóstolos. Com a Reforma Gregoriana, esboçou-se uma reação contra essas concepções. O monaquismo, efetivamente, eliminando pela clausura o confronto com o mundo, reduziu o apostolado à santificação pessoal. Essa forma de entender a perfeição religiosa convinha bem a uma sociedade estática, caracterizada por um clima de atonia espiritual e cultural. Porém, à medida que o Ocidente despertava e suas estruturas se tornavam mais complexas, as aspirações dos fiéis não encontravam mais satisfação apenas no âmbito do monaquismo tradicional.<sup>87</sup> Ora, uma releitura atenta dos Atos enfatizava a importância da pregação.

Pode-se dizer que a época que vai do fim do século XI ao início do século XIII foi a idade de Cristo. A vontade de seguir o modelo do Cristo do Evangelho traduziu-se, em primeiro lugar, por exigências maiores no campo da pobreza.<sup>88</sup> A *vita apostolica*, enfatizando a comunhão dos bens, abolia a

---

84. *Ibid.*, p. 193.

85. *Ibid.*, p. 193.

86. VAUCHEZ, A. *op. cit.*, *passim*.

87. *Ibid.*, p. 90-100.

88. *Ibid.*, p. 87.

distinção entre ricos e pobres. Era praticada pelos monges e cônegos regulares, que, ao entrarem na vida religiosa, renunciavam à propriedade individual. De fato, essas aspirações comunitárias podiam coexistir com a posse coletiva de bens, caso da maior parte das abadias e dos capítulos. No século XII, a crítica deslocou-se dos costumes para a riqueza e o poder do clero. Se os monges continuavam pobres individualmente, tornavam-se ricos coletivamente.<sup>89</sup>

Diante desses apontamentos, a criação das ordens mendicantes é um aspecto que merece destaque com relação ao período abordado, em especial a ordem franciscana e a dominicana. Esses frades (não monges) são chamados mendicantes, pois pretendiam nada possuir e viver apenas de dons de caridade. São Francisco, por exemplo, pregava uma vida simples e um modo de vida baseado apenas na regra do Evangelho e em duras penitências como forma de se aproximar de Deus. Já São Domingos via na pregação, apoiada pelo estudo e pela penitência, uma arma indispensável contra os inimigos da Igreja. Os dominicanos tornaram-se, assim, especialistas nos combates às heresias. A contribuição das ordens mendicantes tem a ver com uma concepção original do papel do clero regular. Mesmo aceitando uma regra de vida comunitária e ascética, os mendicantes não optaram por uma fuga do mundo. No século XII, já havia certa aproximação entre regulares e seculares, mas os mendicantes deram o passo suplementar instalando-se, prioritariamente, nas cidades. As ordens mendicantes contribuíram, nesse sentido, de forma decisiva para a Igreja de seu tempo, assumindo um enquadramento e uma atividade pastoral adaptados aos meios urbanos.<sup>90</sup>

Pode-se dizer, então, que a cristandade dos séculos XI a XIII experimentou uma espiritualidade mais individualizada e humanizada, no sentido de que o acesso ao divino poderia ser obtido sem o intermédio clerical, apesar de a Igreja ainda continuar regulando vários aspectos da vida e do poder. Essa crescente forma de espiritualidade — concretizada na caridade, na penitência ou na Guerra Santa — permitia ao fiel comum traçar individualmente seu caminho de salvação, muito mais do que simplesmente participar do ritual religioso, como nos tempos de outrora.<sup>91</sup>

Em um diálogo com o livro clássico de Johan Huizinga, *O outono da Idade Média*,<sup>92</sup> o medievalista francês Jérôme Baschet faz um panorama dos dois últimos séculos da Idade Média. Para Baschet, Huizinga paramentou o

---

89. Ibid., passim.

90. Cf. BASCHET, J. op. cit., passim; VAUCHEZ, A. op. cit., passim.

91. VAUCHEZ, A. op. cit., p. 81.

92. Cf. HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. 656 p.

fim do milênio medieval com cores melancólicas, e a historiografia tendeu, em sua sequência, a evocar esse período somente sob a forma de uma crise profunda e generalizada. Com essa perspectiva, a única saída da época era o mundo novo da Europa renascentista e moderna. Baschet reconhece as dificuldades do período da Baixa Idade Média, mas acredita que é preciso se esforçar para medir com cuidado seu alcance, o que o conduz a adotar um olhar historiográfico diferente. Para esse medievalista, é difícil traçar um limite cronológico preciso entre o desenvolvimento e o equilíbrio atingidos pela Idade Média Central e a inversão de tendência da Baixa Idade Média. Desde o fim do século XIII, o crescimento rural parece atingir seus limites de possibilidades. Entretanto, ao longo da primeira metade do século XIV, as dificuldades acumularam-se com a fome generalizada de 1315 a 1317 e com a Peste Negra. Os efeitos sociais devastadores da epidemia devem ser atribuídos, segundo Baschet, não ao primeiro surto, em 1348, mas ao retorno. A epidemia, transformada em pandemia, atacou de modo generalizado em 1360-1361, 1374-1375, 1400 e 1412, até que os ataques se tornassem mais localizados e menos mortíferos. Baschet compreende que os contemporâneos consideravam esse evento uma catástrofe, geralmente associada a um castigo divino, a menos que certos grupos servissem de bode expiatório (como os judeus, que foram acusados de terem contaminado os poços). A guerra também foi considerada outro castigo divino, tanto entre monarquias (Guerra dos Cem Anos) quanto locais, entre senhores. À lista de males da época, junta-se, ainda, o Grande Cisma que dividiu a Igreja romana entre 1378 e 1417, com a existência de papas simultâneos nas cidades de Roma e Avignon. Embora o pessimismo tenha, inegavelmente, invadido os espíritos da época, com a obsessão pela morte, com temas macabros, como o Triunfo da Morte e a Dança da Morte, o balanço do período deve ser moderado. Se, no fim do século XV, a Europa não havia alcançado os níveis de população anteriores à epidemia, ela tendeu, ao menos, a aproximar-se deles. Esse período também foi responsável, segundo Baschet, pelo desenvolvimento maior das cidades e do comércio e pelo reforço dos poderes monárquicos, embora não seja seguro dizer que o fim da Idade Média marque uma mudança fundamental nas mentalidades.<sup>93</sup>

---

93. BASCHET, J. op. cit., p. 531-540.

## **AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona. *De civitate Dei*.**

Impresso por Johann Amerbach na Basileia em fevereiro de 1490.

Aurélio Agostinho (354 d.C.-430 d.C.) — ou santo Agostinho —, bispo de Hipona, nasceu na atual Argélia e foi um dos grandes filósofos dos princípios do cristianismo. Seguidor das tradições platônicas e neoplatônicas, foi responsável por um pensamento de síntese entre a filosofia cristã e a clássica. Formou-se em retórica em Cartago e, no ano de 386, converteu-se ao cristianismo, religião com a qual teve contato em sua infância. Em 388, fundou uma comunidade religiosa na África.

O pensamento de santo Agostinho está associado à chamada filosofia patrística, nome dado à filosofia cristã dos primeiros séculos do cristianismo. Tal filosofia foi elaborada por padres ou pais da Igreja, ou seja, pelos primeiros teóricos que se debruçaram na elaboração doutrinal das verdades da fé e em sua defesa contra os questionamentos dos ataques dos pagãos e as consideradas “heresias”. Esses pais ou padres da Igreja — por isso patrística — foram responsáveis por confirmar e defender a fé cristã, a liturgia e as disciplinas e criar condutas para os fiéis.

No caso específico de santo Agostinho, é fundamental a relação entre fé e intelecto, sendo que, sem a fé, a racionalidade se mostra incapaz de promover a salvação do homem e trazer-lhe a felicidade. Para ele, o intelecto é auxiliar da fé, é o que dá inteligibilidade para as coisas que a fé revela de forma intuitiva.

As obras mais conhecidas de santo Agostinho são *As confissões*, composta por volta de 400 (de caráter autobiográfico), e *A cidade de Deus*, composta entre 412 e 427. Em *A cidade de Deus*, santo Agostinho aborda a história dos homens de maneira conflituosa entre a cidade de Deus — baseada no amor a Ele e nos valores cristãos — e a cidade dos homens — que está à mercê dos interesses mundanos e imediatos e, portanto, encontra-se corrompida. Em sua análise histórica, a humanidade deveria caminhar para o triunfo da cidade de Deus.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *A cidade de Deus* foi impresso na Basileia no ano de 1490.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona. *De trinitate*.**

Impresso por Johann Amerbach na Basileia em 1490.

Aurélio Agostinho (354 d.C.-430 d.C.) — ou santo Agostinho —, bispo de Hipona, nasceu na atual Argélia e foi um dos grandes filósofos dos princípios do cristianismo. Seguidor das tradições platônicas e neoplatônicas, foi responsável por um pensamento de síntese entre a filosofia cristã e a clássica. Formou-se em retórica em Cartago e, no ano de 386, converteu-se ao cristianismo, religião com a qual teve contato em sua infância. Em 388, fundou uma comunidade religiosa na África.

O pensamento de santo Agostinho está associado à chamada filosofia patrística, nome dado à filosofia cristã dos primeiros séculos do cristianismo. Tal filosofia foi elaborada por padres ou pais da Igreja, ou seja, pelos primeiros teóricos que se debruçaram na elaboração doutrinal das verdades da fé e em sua defesa contra os questionamentos dos ataques dos pagãos e as consideradas “heresias”. Esses pais ou padres da Igreja — por isso patrística — foram responsáveis por confirmar e defender a fé cristã, a liturgia e as disciplinas e criar condutas para os fiéis.

No caso específico de santo Agostinho, é fundamental a relação entre fé e intelecto, sendo que, sem a fé, a racionalidade se mostra incapaz de promover a salvação do homem e trazer-lhe a felicidade. Para ele, o intelecto é auxiliar da fé, é o que dá inteligibilidade para as coisas que a fé revela de forma intuitiva.

As obras mais conhecidas de santo Agostinho são *As confissões*, composta por volta de 400 (de caráter autobiográfico) e *A cidade de Deus*, composta entre 412 e 427. Contudo, a obra *De trinitate*, elaborada entre 400 e 416, também foi bastante referenciada na Idade Média. Nela, Agostinho compôs um tratado filosófico e teológico a respeito da trindade divina: Pai, Filho e Espírito Santo, que, para ele, são simultaneamente distintos e coesenciais.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *De trinitate* foi impresso na Basileia no ano de 1490.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

## **AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona. *De vita beata*.**

Impresso em Colônia, por Ulrich Zell, em 1470.

Aurélio Agostinho (354 d.C.-430 d.C.) — ou santo Agostinho —, bispo de Hipona, nasceu na atual Argélia e foi um dos grandes filósofos dos princípios do cristianismo. Seguidor das tradições platônicas e neoplatônicas, foi responsável por um pensamento de síntese entre a filosofia cristã e a clássica. Formou-se em retórica em Cartago e, no ano de 386, converteu-se ao cristianismo, religião com a qual teve contato em sua infância. Em 388, fundou uma comunidade religiosa na África.

O pensamento de santo Agostinho está associado à chamada filosofia patrística, nome dado à filosofia cristã dos primeiros séculos do cristianismo. Tal filosofia foi elaborada por padres ou pais da Igreja, ou seja, pelos primeiros teóricos que se debruçaram na elaboração doutrinal das verdades da fé e em sua defesa contra os questionamentos dos ataques dos pagãos e as consideradas “heresias”. Esses pais ou padres da Igreja — por isso patrística — foram responsáveis por confirmar e defender a fé cristã, a liturgia e as disciplinas e criar condutas para os fiéis.

No caso específico de santo Agostinho, é fundamental a relação entre fé e intelecto, sendo que, sem a fé, a racionalidade se mostra incapaz de promover a salvação do homem e trazer-lhe a felicidade. Para ele, o intelecto é auxiliar da fé, é o que dá inteligibilidade para as coisas que a fé revela de forma intuitiva.

As obras mais conhecidas de Santo Agostinho são *As confissões*, composta por volta de 400 (de caráter autobiográfico) e *A cidade de Deus*, composta entre 412 e 427. Já *De vita beata* é fruto do recolhimento de Agostinho em Cassiciaco em setembro de 386 d.C. Nessa reflexão, o tema central é a felicidade. Esse tipo de discussão era bastante comum na Antiguidade. Por exemplo, os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles abordaram esse tema e consideravam a filosofia como o caminho que conduz à felicidade. Já santo Agostinho, ao abordar a felicidade, defendeu que esta só parece possível no perfeito conhecimento de Deus.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *De vita beata* foi impresso em Colônia em 1470.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813882/or813882.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813882/or813882.html).

**AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona. *Sermo de verbis evangelicis*.**  
Impresso em Colônia em 1470.

Aurélio Agostinho (354 d.C.-430 d.C.) — ou santo Agostinho —, bispo de Hipona, nasceu na atual Argélia e foi um dos grandes filósofos dos princípios do cristianismo. Seguidor das tradições platônicas e neoplatônicas, foi responsável por um pensamento de síntese entre a filosofia cristã e a clássica. Formou-se em retórica em Cartago e, no ano de 386, converteu-se ao cristianismo, religião com a qual teve contato em sua infância. Em 388, fundou uma comunidade religiosa na África.

O pensamento de santo Agostinho está associado à chamada filosofia patrística, nome dado à filosofia cristã dos primeiros séculos do cristianismo. Tal filosofia foi elaborada por padres ou pais da Igreja, ou seja, pelos primeiros teóricos que se debruçaram na elaboração doutrinal das verdades da fé e em sua defesa contra os questionamentos dos ataques dos pagãos e as consideradas “heresias”. Esses pais ou padres da Igreja — por isso patrística — foram responsáveis por confirmar e defender a fé cristã, a liturgia e as disciplinas e criar condutas para os fiéis.

No caso específico de santo Agostinho, é fundamental a relação entre fé e intelecto, sendo que, sem a fé, a racionalidade se mostra incapaz de promover a salvação do homem e trazer-lhe a felicidade. Para ele, o intelecto é auxiliar da fé, é o que dá inteligibilidade para as coisas que a fé revela de forma intuitiva.

As obras mais conhecidas de santo Agostinho são *As confissões*, composta por volta de 400 (de caráter autobiográfico) e *A cidade de Deus*, composta entre 412 e 427. Todavia, santo Agostinho elaborou também diversos sermões que buscavam ser acessíveis aos fiéis, mas com estruturas retóricas bastante requintadas.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional dos sermões de santo Agostinho foi impresso em Colônia em 1470.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**ALONSO, de Cartagena. Bispo de Burgos. *Doctrinal de los caballeros*.**  
Impresso em Burgos em 6 de maio de 1497.

Alonso Santa Maria de Cartagena (1384-1456) nasceu em Burgos e foi um importante erudito, político e bispo castelhano. Era conhecedor da filosofia antiga e foi responsável pela tradução de textos do filósofo romano Sêneca. Além disso, também compôs obras teológicas e históricas.

Alonso de Cartagena era filho de um rabino de Burgos que se converteu ao cristianismo e se tornou bispo. Naquela ocasião, Alonso e os irmãos foram batizados. Alonso teve, portanto, uma educação abastada. Frequentou a Universidade de Salamanca e seguiu a carreira eclesiástica, tornando-se bispo de Burgos em 1435.

A obra *Doctrinal de los caballeros*, escrita por volta de 1444, é uma adaptação da *Segunda Partida*, do rei dom Afonso X (1221-1284), o Sábio de Leão e Castela, e versa acerca das leis de guerras e as recompensas e punições para atos de guerras, torneios, duelos e outros. Ou seja, é um manual de conduta do bom cavaleiro.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Cartagena foi impresso em Burgos, em castelhano, no ano de 1497. Chama a atenção no incunábulo uma gravura em madeira representando a sagração de um cavaleiro por um rei sentado no trono. O exemplar fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no

Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813731/or813731.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813731/or813731.pdf).

### **AMBRÓSIO, Santo. Bispo de Milão. *Hexaemeron*.**

Impresso em Colônia, por Johannes Guldenschaff, em 1480.

Aurélio Ambrósio (340 d.C.-397 d.C.), mais conhecido como santo Ambrósio, foi arcebispo de Milão e um clérigo bastante influente no século IV. Defendeu um projeto cristão combativo com relação ao arianismo, que defendia que Deus e Cristo eram diferentes em substância. Para ele, Cristo foi criado por Deus e era inferior e limitado com relação ao Pai.

Santo Ambrósio — além de santo Agostinho, são Gregório Magno e são Jerônimo — é considerado um dos Quatro Padres ou Doutores da Igreja. O termo “Quatro Doutores” foi atribuído pelos escolásticos nos séculos XII e XIII, quando se referiam a esses nomes do cristianismo antigo.

Na obra *Hexaemeron* — tipologia que mais tarde se tornou bastante comum na Idade Média, sobretudo a partir do século XI —, santo Ambrósio explora, desde o livro de *Gênesis*, os seis primeiros dias da criação. No caso de santo Ambrósio, em geral, os manuscritos eram acompanhados com requintados desenhos ilustrativos daqueles dias. Essa representação acabava também ilustrando outras obras de natureza diferente, como missais e Bíblias. Usando, portanto, *Gênesis* como base, o *Hexaemeron* aborda as seguintes etapas: 1) luz; 2) firmamento; 3) separação da água e da terra e a criação dos vegetais; 4) criação do Sol, da Lua e das estrelas; 5) vida marinha e pássaros; e 6) animais terrestres, o homem e a mulher. Já o sétimo dia é o dia do repouso (sabá) — por isso, não é abordado.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Hexaemeron* foi impresso em Colônia em 1480 com letras góticas e capitulares pintadas em vermelho.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**ANTÔNIO, Santo. Arcebispo de Florença. *Confessionale: defecerunt*.** Impresso em Sevilha, por Meinhard Ungut e Stanislaus Polonus, em abril de 1492.

Santo Antônio de Florença (1389-1459) foi um frade dominicano que se tornou arcebispo de Florença. Os dominicanos, também conhecidos como pregadores, tinham como princípio fundamental a pregação da mensagem de Jesus Cristo. Essa ordem foi criada no século XIII, em Toulouse, por são Domingos de Gusmão. Os dominicanos são frades que professam votos de obediência (a Deus, à Virgem Maria, a são Domingos, ao Mestre Geral e aos frades pregadores), de pobreza e de castidade. Vivem em conventos urbanos. Nessa ordem, a pregação da palavra, o estudo e a oração estão no centro das obrigações.

Como o estudo era próprio dos dominicanos, não é de se estranhar a produção escrita por parte de santo Antônio de Florença — crônicas, sumas teológicas, tratados e manuais. Na *Chronicon partibus tribus distincta ab initio mundi ad MCCCLX*, por exemplo, aborda a história do mundo a partir da Criação. Em seu *Confessionale: defecerunt* apresenta orientações que devem conduzir as confissões.

O exemplar da *Confessionale: defecerunt* da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em língua castelhana em Sevilha no ano de 1492.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**ANTÔNIO, Santo. Arcebispo de Florença. *Summa theologica. Pars tertia, 2*.**

Impresso por Nicolaus Jenson em Veneza em 1477.

Santo Antônio de Florença (1389-1459) foi um frade dominicano que se tornou arcebispo de Florença. Os dominicanos, também conhecidos como pregadores, tinham como princípio fundamental a pregação da mensagem de Jesus Cristo. Essa ordem foi criada no século XIII, em Toulouse, por são Domingos de Gusmão. Os dominicanos são frades que professam votos de obediência (a Deus, à Virgem Maria, a são Domingos, ao Mestre Geral e aos frades pregadores), de pobreza e de castidade. Vivem em conventos urbanos. Nessa ordem, a pregação da palavra, o estudo e a oração estão no centro das obrigações.

Como o estudo era próprio dos dominicanos, não é de se estranhar a produção escrita por parte de santo Antônio de Florença — crônicas, sumas teológicas, tratados e manuais. Na *Chronicon partibus tribus distincta ab initio mundi ad MCCCCLX*, por exemplo, aborda a história do mundo a partir da Criação.

Santo Antônio de Florença escreveu uma *Suma Teológica* em quatro partes e uma *Suma Histórica* dividida em três partes: a primeira aborda o período desde o início do mundo até o Império de Constantino e o pontificado de São Silvestre; a segunda trata do que aconteceu daquele período até o ano de 1198, no tempo do papa Inocêncio III (1161-1216) e do imperador do Sacro Império Romano-germânico, Henrique VI (1165-1197); e a terceira parte abarca desse contexto até o ano de 1459, no tempo do papa Pio II (1405-1464) e do imperador do Sacro Império Romano-germânico, Frederico III (1415-1493). Este último é considerado uma compilação de diversos autores mais antigos.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional, de um fragmento em incunábulo da *Suma Teológica* de santo Antônio de Florença, foi impresso em Veneza em 1477. Neste exemplar há diversas notas manuscritas a respeito da vida de santo Antônio, o que leva a crer que o portador deste incunábulo estudou o texto e o manuseava com atenção.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **ARNOLDUS, Abade de Veterismontis. *Oratio contra monasteriorum commendas.***

Impresso em Roma, por Eucharius Silber, em 1500.

Nem todos os cristãos eram a favor de a Igreja acumular riquezas e criticavam a vida luxuosa de muitos bispos e padres. Procurando retomar os ensinamentos e a vida pobre de Cristo, muitos religiosos optaram por uma vida mais simples, recusando os bens materiais. Surgiram, assim, as ordens monásticas.

As abadias medievais eram praticamente autossuficientes. Em geral, contavam com igrejas, bibliotecas, quartos (celas), oficinas para produção e conserto de utensílios, estrebarias e cocheiras e cozinhas, entre outros espaços destinados à manutenção local. As abadias eram localizadas no centro de uma grande propriedade rural, na qual eram cultivados diversos tipos de alimentos, tanto para a alimentação humana quanto animal. Os próprios

monges trabalhavam no cultivo e na manutenção da criação animal. Alguns, porém, dedicavam-se ao estudo na biblioteca, copiando e estudando as obras dos grandes escritores da Antiguidade, sobretudo gregos e romanos. Alguns deles eram os monges copistas. Naqueles locais eram produzidos manuscritos, verdadeiras obras artísticas em seu formato. Em geral, nas margens das páginas, desenhavam ilustrações (iluminuras), utilizando um tipo de letra que hoje é conhecida como gótica.

O responsável pelas abadias era o abade. O termo provém da palavra latina *abbas*, derivada do siríaco *abbâ* (originada do étimo hebraico *ab*), que significa “pai”. Tem sido utilizada como título clerical no cristianismo com diversas definições (por exemplo: monge, pároco, cura de almas, prelado de mosteiro ou congregação religiosa). O título abade teve sua origem nos mosteiros da Síria, no século IV, espalhando-se pelo Mediterrâneo oriental, e foi depois adotado nas línguas europeias para designar o administrador de determinado mosteiro.

Cabia ao abade fazer recomendações de conduta e rotina dos mosteiros, caso abordado no texto *Oratio contra monasteriorum commendas*, composto pelo abade Arnoldus de Veterismontis, acerca do qual não há muitas informações biográficas. O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em 1500.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**AGOSTINO TRIONFO, de Ancona. *Summa de potestate ecclesiastica*.** Impresso em Roma, por domo Francisci de Cinquinis, em 20 de dezembro de 1479.

Augustinus Triumphus (1243-1328), também chamado de Augustinus de Ancona ou Agostino Trionfo, foi um escritor e eremita. Ele ficou conhecido por sua obra eclesiástica *Summa de potestate ecclesiastica*, impressa em 1473. Tal obra passou a ser referência, principalmente no século XVI, para fundamentar os argumentos de defesa do papado católico. Em Portugal, seu nome é associado a outro defensor do papado, o frei Álvaro Pais, que escreveu diversos textos acerca dos direitos papais e da Igreja.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Summa de potestate ecclesiastica* foi impresso na cidade de Roma em 1479 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real

Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **BAPTISTA, Mantuanus. *Contra poetas impudice loquentes.***

Impresso em Paris, por George Wolff e Thielmann Kerver para Jean Petit e Johann von Koblenz, em 15 de outubro de 1499.

Giovanni Battista Spagnolo Mantovano (1448-1516) foi um religioso e poeta italiano. Nascido em Mantova, de família originária da Península Ibérica, aos 17 anos ingressou na Ordem do Carmo — ou Ordem dos Carmelitas —, na qual estudou gramática e retórica. Posteriormente, estudou filosofia em Pádua. Em 1475, em Bolonha, formou-se professor de Teologia. É considerado um dos principais intelectuais do Renascimento italiano do século XV, tendo uma vasta produção poética, além de obras religiosas e humanistas. Somente uma de suas obras, *Adolescentia*, de 1498, teve mais de 120 edições. Com uma intensa vida intelectual, foi um reformador religioso, ocupando posições de prestígio dentro de sua congregação e, em 1513, assumiu o cargo de vigário de toda a Ordem Carmelita.

A obra *Contra poetas impudice loquentes* é um poema religioso que trata das fraquezas humanas, escrito no fim do século XV, e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777),

que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **BAPTISTA, Mantuanus. *Parthenice prime sive Mariana.***

Impresso em Paris, por Georg Wolff e Thielmann Kerver para Jean Petit e Johann de Koblenz, em outubro de 1499.

Giovanni Battista Spagnolo Mantovano (1448-1516) foi um religioso e poeta italiano. Nascido em Mantova, de família originária da Península Ibérica, aos 17 anos ingressou na Ordem do Carmo ou Ordem dos Carmelitas, na qual estudou gramática e retórica. Posteriormente, estudou filosofia em Pádua. Em 1475, em Bolonha, formou-se professor de Teologia. É considerado um dos principais intelectuais do Renascimento italiano do século XV, tendo uma vasta produção poética, além de obras religiosas e humanistas. Somente uma de suas obras, *Adolescentia*, de 1498, teve mais de 120 edições. Com uma intensa vida intelectual, foi um reformador religioso, ocupando posições de prestígio dentro de sua congregação e, em 1513, assumiu o cargo de vigário de toda a Ordem Carmelita.

Os escritos marianos foram muito comuns na Idade Média, mesmo nos anos finais, tanto do ponto de vista de homenagens quanto de intermediária

para as consolações humanas. O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Parthenice prime sive Mariana* foi impresso em Paris em 1499.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **BERNARDO, de Claraval. *Epistolae*.**

Impresso por Pierre Levet em Paris em maio de 1494.

Bernardo de Claraval (109?-1153) foi um abade francês, principal responsável por reformar a ordem cisterciense. Foi também fundador da Abadia de Claraval. Outro fato notório de sua vida foi a participação do Concílio de Troyes, em 1128, no qual foi delineada a regra monástica dos cavaleiros templários. Considerado um conciliador durante o Cisma papal de 1130, ajudou a organizar o famoso Segundo Concílio de Latrão em 1139. Além disso, participou da Segunda Cruzada, no Oriente Médio, por cujo fracasso seria depois considerado culpado. Entre seus escritos, encontram-se a regra monástica da Ordem dos Templários, o *Trato do Amor*, o *Comentário ao Cântico dos Cânticos* e diversas cartas e orações.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da correspondência de Bernardo de Claraval foi impresso em Paris em 1494 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no

Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812061/or812061.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or812061/or812061.pdf).

### **BÍBLIA. *Latim.***

Exemplar 1: impresso por Octavianus Scotus em Veneza em maio de 1480.

Exemplares 2 e 3: impressos por Johann Herbort em Veneza em 1484.

Exemplar 4: impresso por Johann Froben na Basileia em junho de 1491.

Exemplares 5 e 6: impressos por Johann Fust e Peter Schoeffer em Mogúncia em agosto de 1462.

A *Bíblia* (do grego, “rolo” ou “livro”) é um grupo de textos religiosos considerados sagrados pelo cristianismo, pois, para os fiéis, teria sido revelada por inspiração divina. Ela se divide em Antigo e Novo Testamento. O primeiro apresenta a história do mundo desde sua criação até a volta do exílio da Babilônia no século IV a.C. Já o Novo Testamento conta as histórias vinculadas à encarnação de Jesus Cristo. Segundo Gnllka, a divisão do Antigo Testamento baseia-se no Tanak judaico (lei, profetas e escritos). Os cânones — termo usado desde o século IV para indicar o que as igrejas cristãs reconhecem como texto bíblico inspirado por Deus — foram compostos a partir do Tanak. Entretanto, há diferenças: as igrejas da Reforma consideram o Tanak; já a Igreja Católica Apostólica Romana incorporou mais sete livros, escritos em grego (Tobias, Judite, 1 e 2 Macabeus, Sabedoria de Salomão, Sirácida e Baruque). Chamam-se deuterocanônicos. Assim, enquanto o cânon hebraico contém 39 livros, o da Septuaginta possui 46. Após muitos debates, em fins do século IV, a Igreja Católica ficou com a relação canônica de 46 textos veterotestamentários e 27 neotestamentários. Conforme Lobrichon, muitas versões diferentes dos textos circularam durante a Alta Idade Média. Por volta de 1235 e 1280, os eruditos da Igreja começaram a buscar a uniformização e a normatização dos textos bíblicos.

A Fundação Biblioteca Nacional possui seis exemplares de incunábulo bíblicos, sendo o de Mogúncia o mais antigo — e impresso na mesma oficina

de Gutenberg. Os exemplares de Mogúncia e de Veneza (1480) integravam a Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obras digitalizadas disponíveis para acesso em:

Exemplar 1, de 1480: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or808900/or808900.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or808900/or808900.html).

Exemplar 5, de 1462: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813929/or813929.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813929/or813929.pdf).

Exemplar 6, de 1462: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813930/or813930.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813930/or813930.pdf).

### **BOAVENTURA, São. *Opuscula*.**

Impresso em Brécia, por Bernardinus Misinta para Angelus Britannicus, em dezembro de 1495.

São Boaventura (1217-1274) foi um frade franciscano, teólogo e filósofo escolástico medieval no século XIII. Sétimo ministro-geral da Ordem dos Frades Menores e cardeal-bispo de Albano, foi canonizado em 14 de abril de

1482 pelo papa Sisto IV (1414-1484) e declarado Doutor da Igreja em 1588. Diversas obras foram atribuídas a Boaventura durante a Idade Média.

Além de ser membro da ordem franciscana desde 1243, estudou na Universidade de Paris e foi contemporâneo de São Tomás de Aquino (1225-1274). Seus estudos renderam-lhe fama e prestígio. Suas obras — acredita-se atualmente — são compostas por *Comentário sobre as sentenças de (Pedro) Lombardo*, em quatro volumes; *Comentário sobre o Evangelho de São Lucas* e diversas outras menores. As mais famosas, entre estas, são *Itinerarium mentis in deum*; *Breviloquium*; *De reductione artium ad theologiam*; *Soliloquium* e *De septem itineribus aeternitatis*, nas quais se encontram as mais peculiares características de sua doutrina. Entretanto, *Comentário sobre as sentenças* ainda é a mais referenciada de São Boaventura, e todas as demais são consideradas inspiradas nela. Foi escrita por ordem de seus superiores quando o frade tinha apenas 27 anos de idade.

O exemplar da *Opuscula*, de São Boaventura, foi impresso em Bréscia em 1495 e fazia parte da Coleção J. A. Marques. A coleção é oriunda dos livros pertencentes a João Antônio Marques, bibliófilo fluminense residente em Portugal, que doou sua coleção de incunábulo, edições *princeps*, camonianas e outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial para a Fundação Biblioteca Nacional. O acervo de obras raras da Biblioteca Nacional também recebe esse nome.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **BRUTO, Pietro. *Epistola contra Iudaeos*.**

Impresso em Vicenza, por Leonardus Achates, em 1477.

Pietro Bruto foi um eclesiástico que viveu em Veneza no século XV. Sua morte ocorreu no ano de 1493. Bruto estudou em Veneza e em Pádua. Os primeiros documentos produzidos por ele de que se tem notícia são cartas datadas de 1463. Sua carreira religiosa esteve ligada a santa Ágata e à Basílica de São Marcos, além dos bispados de Kruje, na Albânia, e de Kotor, no Mar Negro.

Foi na segunda metade do século XV que surgiu sua produção bibliográfica mais conhecida. É dessa época o texto *Victyoria contra Iudaeos*, no qual está presente a *Epístola contra os judeus*. O primeiro, composto provavelmente por volta de 1481, recolhe alguns dogmas do judaísmo e busca refutá-los, sobretudo com relação à figura de Cristo. Esse tratado tem como objetivo mostrar

que Cristo é o verdadeiro Messias anunciado pelos profetas e debater as teses judaicas contrárias. A última parte do texto termina com uma carta ao papa e uma oração.

Esse tipo de tratado antijudaico não era propriamente uma novidade no período, uma vez que diversas políticas contra judeus ocorreram no século XV. O que se nota, contudo, é que o texto ganhou certa repercussão na época e foi traduzido para o vernáculo rapidamente. Neste caso específico, trata-se de um texto curto no qual Bruto pede justiça para o assassinato do beato Simon.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Epístola contra os judeus* foi impresso em Vicenza no ano de 1477.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**CAMPANI, Giovanni Antonio. Bispo. *Oratio in conventu Ratisponensi anno 1471 habita.***

Impresso por Stephan Planck em Roma entre 1488 e 1490.

Giovanni Antonio Campani (1429-1477) foi um humanista napolitano da época do papa Pio II (1405-1464). O discurso funeral desse papa foi escrito por Campani, junto com uma espécie de biografia do Sumo Pontífice. Protegido do cardeal Basílio Bessarion (1403-1472) — também arcebispo de Niceia e patriarca de Constantinopla —, o orador, poeta e escritor Campani participou da Academia de Bessarion e lecionou na Academia de Florença. Era conhecido por suas obras poéticas de inspiração latina e, apesar de escrever textos religiosos, era considerado um humanista.

Os debates intelectuais, as transformações no pensamento e as novas formas de piedade, além das demandas de reforma constituem uma parte das mudanças de atitude na concepção do homem e a visão do mundo que podemos denominar Humanismo. Longe do conceito humanista como fenômeno renascentista, antagônico ao medieval, o Humanismo pode ser entendido como medieval em diversos aspectos. Grosso modo, entende-se que o Humanismo foi construído em ambientes burgueses e urbanos como resposta a inquietudes não satisfeitas pela cultura clerical e o método escolástico. Buscou responder a uma mentalidade que se negava à aceitação sem questionamentos, que priorizou a observação dos fenômenos e que identificou nas obras da Antiguidade clássica um modelo e uma fonte de inspiração. O Humanismo italiano é o

movimento literário, cultural, artístico e ideológico que se desenvolveu entre os últimos decênios do século XIV e nos primeiros anos do século XVI, caracterizando-se como uma volta ao estudo da Antiguidade clássica, em oposição à filosofia escolástica, à lógica e à teologia dominantes nas universidades do norte da Europa — Paris e Oxford especialmente. Além disso, esse olhar retrospectivo teve um paralelo na busca de pretendidas simplicidade e pureza no cristianismo primitivo. Isto é, questões que já haviam sido pautadas em outros momentos da Idade Média.

O exemplar da produção de Campani da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Roma entre 1488 e 1490.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **CAOURSIN, Guillaume. *Ad Innocentium papam VIII. Oratio.***

Impresso em Roma, por Stephan Plannck, em janeiro de 1485.

Guillaume Caoursin (1430-1501) foi um eclesiástico francês e embaixador papal. Esteve ligado à Ordem dos Hospitalários, que começou como uma ordem beneditina, fundada no século XI na região da Palestina durante as Cruzadas, mas se tornou uma ordem militar cristã em 1113, reconhecida pelo papa e com regras próprias. A função da ordem estava ligada à proteção dos peregrinos que viajavam à Terra Santa e ao exercício da caridade.

Os cavaleiros usavam como vestimenta uma túnica branca e um manto preto com uma cruz branca e eram oriundos de casas abastadas. Além de manterem um hospital para receber peregrinos cristãos em Jerusalém, eles formaram um aparato militar para a proteção dos cristãos, principalmente contra saques nas peregrinações. Em 1530, os hospitalários receberam de Carlos V (1500-1558) do Sacro Império Romano-germânico a Ilha de Malta, o que fez com que ficassem conhecidos, posteriormente, como Ordem de Malta.

Guillaume Caoursin teve relações de representatividade com os papas Paulo II (1417-1471) e Inocêncio VIII (1432-1492). A obra do autor que a Fundação Biblioteca Nacional possui na forma de incunábulo foi dedicada a este último. Inocêncio VIII foi papa entre 1484 e 1492 e morreu de forma trágica em uma transfusão de sangue realizada por via oral. Inocêncio VIII ficou conhecido pela proclamação, em 1484, da *Bula contra os bruxos*, em que estavam relacionados os crimes atribuídos à feitiçaria e também qual deveria ser a postura da Igreja diante deles.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Guillaume Caoursin foi impresso em Roma em 1485.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **CARACCILO, Roberto. *Sermones de laudibus sanctorum.***

Impresso por Nikolaus Kessler na Basileia em 1490.

Roberto Caracciolo (1425-1495) foi um frade franciscano bastante conhecido em sua época. A Ordem dos Frades Menores, Ordem de São Francisco ou Ordem Franciscana é um instituto religioso fundado por São Francisco de Assis, em 1221, com o objetivo de congregar os leigos que desejavam seguir os ensinamentos do fundador.

A Ordem Franciscana é constituída por fraternidades abertas a todos os cristãos seculares. Nelas, há lugar para jovens, casados, viúvos ou celibatários; para clérigos ou leigos; e para homens ou mulheres.

A Ordem possui, nos dias atuais, quatro ramos: os frades franciscanos conventuais (1209), que usam hábito religioso cinzento, capuz e cordão; os frades franciscanos observantes com regra simplificada pelo papa Leão XIII (1810-1903), que usam hábito castanho e capuz curto; os franciscanos capuchinhos (de 1528), que usam hábito castanho, capuz curto e cordão branco com três nós (simbolizando os conselhos do Evangelho); e os frades franciscanos da Imaculada, que usam hábito cinza e medalha de Nossa Senhora.

A primeira regra dos franciscanos foi aprovada em 1289 por Nicolau IV (1227-1292) e sofreu alterações com o papa Leão XIII em 1883. Os franciscanos são conhecidos, principalmente, pelo voto de pobreza e pela abnegação do mundo.

Os sermões são considerados um dos grandes gêneros literários da Idade Média. Eram textos feitos para serem lidos e garantir a atenção dos fiéis acerca de aspectos que deveriam ser transformados ou seguidos no comportamento dos cristãos. Tinham, portanto, um caráter pedagógico, que complementava as leituras litúrgicas da celebração cristã.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Sermão*, de Roberto Caracciolo, foi impresso na Basileia em 1490.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**CARVAJAL, Bernardino. *Sermo in commemoratione victoriae Bacensis d. X. m. Ian 1490 habitus.***

Impresso em Roma, por Stephan Planck, em 1495.

Bernardino López de Carvajal e Sande (1456-1523) foi um bispo e cardeal castelhano. Carvajal foi um homem de letras, mas sobretudo um eclesiástico de carreira, que esteve envolvido nos principais conflitos políticos e religiosos de seu tempo. Estudou na Universidade de Salamanca, na qual também foi professor nas áreas de direito e teologia. Exerceu diversas atividades de representatividade política e papal. Por exemplo, em 1492, tornou-se embaixador dos Reis Católicos Isabel de Castela (1451-1504) e Fernando II de Aragão (1452-1516) junto à Santa Sé. Em 1496, foi representante de Maximiliano I (1459-1519) de Habsburgo, então rei dos romanos e futuro sacro imperador romano-germânico. Foi também representante de Fernando II de Aragão junto ao papa Alexandre VI (1431-1503) na reunião entre Castela e Portugal, ocorrida em 3 de maio de 1493, na qual se discutiu a partilha das conquistas — um processo que culminaria no Tratado de Tordesilhas no ano seguinte.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Carvajal foi impresso em Roma no ano de 1495 e fazia parte da coleção da Fundação Biblioteca Nacional. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**CASSIODORO, Senador. *Expositio psalterii*.**

Impresso por Johann Amerbach na Basileia em 1491.

Flávio Magno Aurélio Cassiodoro (490 d.C.-581 d.C.) foi um escritor, estadista romano e fundador do mosteiro de *Vivarium*. O resumo sobre esse autor caberia também nos textos da Antiguidade, mas o exemplar da Fundação Biblioteca Nacional trata de um texto que abrange temas religiosos do cristianismo, isto é, faz parte da tipologia de produções religiosas. Cassiodoro foi conselheiro do rei ostrogodo Teodorico (454 d.C.-526 d.C.), o Grande, em razão de seus saberes jurídicos e literários. Apesar de possuir o codinome Senador, Cassiodoro ocupou os cargos de questor e de cônsul — uma das mais importantes magistraturas do Império Romano. O reino ostrogodo era formado por povos germânicos que ocuparam a Península Itálica e regiões próximas entre 493 e 552. A partir de 534, com a morte do rei Atalarico (51?-534), o reino ostrogodo entrou em diversos conflitos e Cassiodoro passou a lidar com problemas dinásticos da nobreza ostrogoda e bizantina. Apesar disso, foi nomeado para o cargo de prefeito pretoriano, o que fez com que ele ficasse encarregado da administração civil do reino. Seu sucessor no cargo de prefeito foi nomeado pela corte em Constantinopla, ou seja, Cassiodoro fez parte da história de transição do centro do Império Romano de Roma para Constantinopla. Por volta do ano de 537, Cassiodoro partiu para Constantinopla, onde se concentrou no estudo e na discussão dos problemas religiosos que então afligiam a cristandade e o Império. Sua permanência em Constantinopla contribuiu para que se tornasse um especialista em questões religiosas, especialmente no que dizia respeito às suas implicações jurídicas. Tal interesse religioso pelo cristianismo motivou, após sua saída de Constantinopla, a fundação do mosteiro de *Vivarium* em uma propriedade de sua família na costa do mar Jônio. O mosteiro era dedicado à escrita de temas religiosos e à cópia de textos da Antiguidade, muitos trazidos de Constantinopla por Cassiodoro. A estrutura do *Vivarium* foi concebida de forma dupla, permitindo a coexistência de monges cenobíticos e eremitas no mesmo reduto. Apesar da cópia dos manuscritos antigos ser praticada em outros mosteiros, Cassiodoro estabeleceu o *scriptorium* como uma função regular da vida monástica. Essa tipologia foi seguida mais tarde por outros mosteiros, como o dos beneditinos. Atribui-se ao mosteiro de *Vivarium* o surgimento

dos chamados monges copistas, tão importantes para a reprodução e a conservação de obras produzidas na Antiguidade.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Cassiodoro foi impresso em latim na Basileia em 1491. Versa sobre a utilização de instrumentos de corda (saltérios) nas marcações das horas canônicas. Mais tarde, passou-se a atribuir o nome de saltérios aos livros que continham textos bíblicos de forma ritmada, como o *Livro dos salmos*.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **CASTROVOL, Pedro de. *Commentarius super libros politicorum et oeconomicorum aristotelis*.**

Pedro de Castrovol (século XV) foi um famoso professor de teologia sacra e religioso franciscano. Destacou-se nos estudos de lógica e nos comentários sobre as obras de Aristóteles. Apesar de o texto da Fundação Biblioteca Nacional se tratar de comentários de livros aristotélicos, foi incluído na divisão de obras religiosas, pois está relacionado com a leitura de um religioso acerca do pensamento aristotélico.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional sobre a obra de Pedro de Castrovol não está datado, mas possui o carimbo da Real Biblioteca, ou seja, fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infante, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de

cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **CHIERICATI, Leonello. *Propositio coram Carolo VIII. Facta.***

Impresso em Roma, por Stephan Plannck, em janeiro de 1488.

Leonello Chiericati (1443-1506) nasceu em uma família humanista, porém seguiu carreira religiosa como padre e bispo, além de ser um jurista, diplomata e letrado importante de seu tempo.

Foi para Pádua em 1463, local em que escreveu seus primeiros diálogos de cunho humanista. Buscou, naquele momento, conciliar a tradição aristotélica com os novos ideais humanistas neoplatônicos. Seu principal interesse naquela época era a formação de juízes e a sociedade laica.

Em 1464, depois de terminar seus estudos, Leonello Chiericati foi para Vicenza, onde fez uma oração solene na entrada clássica do novo bispo da cidade, Marco Barbo. Não se sabe, entretanto, ele já havia abraçado a carreira eclesiástica. Colocando-se sob a proteção de Barbo, o padre seguiu para Roma, em 1467, quando foi nomeado cardeal de são Marcos, desempenhando as funções de chancelaria. Representando a Igreja, realizou diversas viagens, sobretudo para a Germânia, quando desenvolveu sua produção epistolar.

Ao final da década de 1480, era considerado um importante jurista de Roma, ligado ao papado, e participou de diversas cerimônias solenes, como a assinatura da paz pública entre o papa e o rei de Nápoles em 1486. Além disso, atuou nas relações diplomáticas entre o papado e os reis da França, os Médici e os Habsburgo.

Temendo uma nova invasão da Península Itálica por Carlos VIII (1470-1498), da França, Leonello Chiericati enviou uma carta para o imperador do Sacro Império Romano-germânico, Maximiliano I (1459-1519), a fim de solicitar ajuda. A oração foi publicada e lida solenemente. Nela, Leonello Chiericati lembrou a Maximiliano o papel tradicionalmente desempenhado pelo Império para defender a Igreja, pedindo a ele auxílio contra Carlos VIII, que havia deixado guarnições na península e se preparava para uma nova

afronta. Além disso, ressaltou que a invasão francesa tinha afetado seriamente os direitos imperiais legítimos.

Leonello Chiericati elaborou diversos textos para momentos solenes, entre eles, ironicamente, uma oração para a coroação de Carlos VIII. O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional dessa oração foi impresso em Roma em 1488.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**CHIERICATI, Leonello. *Sermo de origine ac dignitate S. R. E. cardinalium.***

Impresso em Roma, por Eucharius Silber, em julho de 1498.

Leonello Chiericati (1443-1506) nasceu em uma família humanista, porém seguiu carreira religiosa como padre e bispo, além de ser um jurista, diplomata e letrado importante de seu tempo.

Foi para Pádua em 1463, local em que escreveu seus primeiros diálogos de cunho humanista. Buscou, naquele momento, conciliar a tradição aristotélica com os novos ideais humanistas neoplatônicos. Seu principal interesse naquela época era a formação de juízes e a sociedade laica.

Em 1464, depois de terminar seus estudos, Leonello Chiericati foi para Vicenza, onde fez uma oração solene na entrada clássica do novo bispo da cidade, Marco Barbo. Não se sabe, entretanto, ele já havia abraçado a carreira eclesiástica. Colocando-se sob a proteção de Barbo, o padre seguiu para Roma, em 1467, quando foi nomeado cardeal de são Marcos, desempenhando as funções de chancelaria. Representando a Igreja, realizou diversas viagens, sobretudo para a Germânia, quando desenvolveu sua produção epistolar.

Ao final da década de 1480, era considerado um importante jurista de Roma, ligado ao papado, e participou de diversas cerimônias solenes, como a assinatura da paz pública entre o papa e o rei de Nápoles em 1486. Além disso, atuou nas relações diplomáticas entre o papado e os reis da França, os Médici e os Habsburgo.

Em setembro de 1491, Leonello Chiericati regressou a Roma com um pedido solene de Carlos VIII ao pontífice, e lá permaneceu como secretário de Inocêncio VIII (1432-1492). Foi ali que pronunciou a oração fúnebre em frente ao Colégio dos Cardeais em 28 de julho de 1492. Essa oração, impressa muitas vezes, é fruto da sua longa e bem-sucedida atividade oratória. Neste

discurso, querendo definir a grave crise que afligia a Igreja, Leonello Chiericati insistiu no perigo das heresias que ameaçavam a fé católica.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Sermão*, de Leonello Chiericati, foi impresso em Roma em 1498.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**DIALOGUS *inter clericum et militem super dignitate papali et regia.***  
Impresso em Colônia, por Heinrich Quentell, em 1497.

O opúsculo intitulado *Dialogus inter clericum et militem* é um tratado anônimo acerca das funções do poder secular e do clero. Não se trata de uma obra que aborde, propriamente, a origem e as obrigações do poder secular. Entretanto, esses assuntos estão presentes com relação à divisão de cada poder. Tal obra é importante no que diz respeito a uma expressão do pensamento político da época medieval, nomeadamente a jurídica e a laica. O opúsculo apresenta-se sob a forma de um diálogo entre um clérigo e um soldado régio. Inicia-se com as lamentações do clérigo, relacionadas com a violação da imunidade fiscal, até então desfrutada pelos eclesiásticos franceses — e suspensa por Filipe IV (1268-1314), o Belo. O soldado, após indagar o clérigo o que ele entende por lei e direito, manifesta seu ponto de vista sobre esses conceitos, demonstrando, assim, o pensamento dos juristas do rei, isto é: que cada um deve legislar sobre o que é sua competência. Nesse sentido, o papa não deve legislar sobre impostos, por exemplo. Um pouco mais adiante, o autor ressalta, ainda, a competência legislativa do rei em seus domínios.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Colônia em 1497 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir

ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **DIONÍSIO, o areopagita. Obras.**

Impresso em Paris, por Johann Higman e Wolfgang Hopyl, entre 1498 e 1499.

Dionísio, o areopagita, ou Pseudo-Dionísio é o nome dado ao autor de um conjunto de textos (*Corpus areopagiticum*) que foram referência para a mística cristã ocidental da Idade Média. Esses textos, por exemplo, teriam influenciado o abade Suger de Saint-Denis (1081-1151), construtor do primeiro grande exemplar de arquitetura gótica: a basílica de Saint-Denis. O autor apresentava-se como Dionísio, o ateniense convertido por São Paulo no século I. Os historiadores consideram, entretanto, que esse corpo documental foi, possivelmente, composto por um teólogo bizantino do fim do século V ou início do século VI, originalmente em grego, e depois traduzido para o latim.

Até o século XVI, os textos tinham valor quase apostólico, já que Dionísio fora o primeiro discípulo de Paulo de Tarso. Naquela época, surgiram as primeiras controvérsias a respeito de sua autenticidade. Argumentava-se que os textos continham marcada influência de Proclo Lício (412 d.C.-485 d.C.), da escola neoplatônica de Atenas e, portanto, deveria ser posterior ao início do século V. Entretanto, essa tese foi aceita somente a partir do século XIX e o autor desconhecido passou a ser chamado Pseudo-Dionísio. Por sua linguagem poética e sua forma de exposição de ideias, o *Corpus* tem sido considerado uma expressão do neoplatonismo ateniense e da mística cristã da Antiguidade Tardia.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional dessa obra foi impresso em Paris, entre 1498 e 1499, e pertenceu à coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de com-

pras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or808899/or808899.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or808899/or808899.pdf).

### **DUNS SCOTUS, John. *Quaestiones quodlibetales.***

Impresso em Veneza, por Johann Hebert para Johann von Köln, Nicolas Jensen e sócios, em novembro de 1481.

Pertencente à Ordem dos Frades Menores ou Ordem dos Franciscanos, John Duns Scotus (1266-1308) nasceu, provavelmente, em Roxburgh, na atual Escócia, e faleceu em Colônia, no que é hoje a Alemanha. Foi ordenado na Inglaterra, em março de 1291, e teria sido educado em um *studium* franciscano. Atuou como docente na Universidade de Oxford, de 1300 até 1302, quando foi para a Universidade de Paris, de onde foi expulso, no fim de 1302, por causa de uma disputa entre o papa Bonifácio VIII (1230-1303) e o rei Filipe IV (1268-1314), o Belo, retornando em 1304. Em 1307, foi enviado para lecionar em Colônia, onde faleceu em 1308. John Duns Scotus é, ao lado de são Tomás de Aquino (1225-1274), são Boaventura (1217-1274) e Alberto Magno (1193-1280), um dos grandes teóricos da escolástica, com seu pensamento baseado nos ensinamentos de Platão, Avicena e Aristóteles. Muitas de suas obras estão dispersas, o que dificulta a compilação de sua doutrina.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra *Quaestiones quodlibetales* foi impresso em Veneza, em 1481, e faz parte da coleção da Biblioteca Real. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir o público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1156/bndigital1156.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1156/bndigital1156.pdf).

### ***EJUS ingressus in civitatem Mediolanensem.***

Impresso em Roma, por Eucharius Silber, em 1499.

A relação entre os vícios das cidades e a ordem que deveria ser estabelecida pela presença de Cristo, como o caso da obra *Ejus ingressus in civitatem Mediolanensem*, está profundamente associada ao pensamento pregado por santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C.), bispo de Hipona, que foi um dos grandes filósofos dos princípios do cristianismo. Seguidor das tradições platônicas e neoplatônicas, foi responsável por um pensamento de síntese entre as filosofias cristã e clássica. Formou-se em retórica em Cartago e, no ano de 386, converteu-se ao cristianismo, religião com a qual teve contato em sua infância. Em 388, fundou uma comunidade religiosa na África.

O pensamento de santo Agostinho está associado à chamada filosofia patrística, nome dado à filosofia cristã dos primeiros séculos do cristianismo. Tal filosofia foi elaborada por padres ou pais da Igreja, ou seja, pelos primeiros teóricos que se debruçaram na elaboração doutrinal das verdades da fé e em sua defesa contra os questionamentos dos ataques dos pagãos e as consideradas “heresias”. Esses pais ou padres da Igreja — por isso, patrística — foram responsáveis por confirmar e defender a fé cristã, a liturgia e as disciplinas e criar condutas para os fiéis.

Na obra *A cidade de Deus*, composta entre 412 e 427, santo Agostinho aborda a história dos homens de maneira conflituosa entre a cidade de Deus — baseada no amor a Ele e nos valores cristãos — e a cidade dos homens — que está à mercê dos interesses mundanos e imediatos e, portanto, encontra-se corrompida. Em sua análise histórica, a humanidade deveria caminhar para o triunfo da cidade de Deus.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra *Ejus ingressus in civitatem Mediolanensem* foi impresso em Roma em 1499.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **EUSÉBIO de Cesareia. Bispo de Cesareia. Cronica. Latim.**

Impresso em Veneza, por Erhard Ratdolt, em setembro de 1483.

Um gênero representativo dos primeiros séculos medievais foi a crônica universal, uma elaboração consagrada com o bispo Eusébio de Cesareia (263 d.C.-339 d.C.) no século IV. Eusébio foi responsável pelos primeiros relatos de que se tem notícia sobre a história do cristianismo primitivo. Para ele, existiam duas formas de registro do passado: a crônica e a história. A história seria mais ampla, já a crônica era um relato mais abreviado, com grande preocupação em dar a continuação do tempo. Eusébio não só definiu os termos como também transitou pelos dois modelos em *História eclesiástica* e *Crônica universal*.

*Crônica universal* — modelo que tornou-se tradicional depois de Eusébio de Cesareia — começa pela narração do livro de Gênesis, abordando a história de um povo unido em uma só igreja. Assim, cada cronista incluía a história de seu tempo na sequência desse relato conjunto universal. A escrita histórica apresentada por ele pode ser reconhecida em *Crônica geral de Espanha de 1344*, atribuída a Pedro de Barcelos, que possui um esquema de

crônica universal de caráter puramente genealógico. Isto é, descreve a história da Península Ibérica desde os tempos do Dilúvio até os tempos próximos da própria elaboração da crônica afonsina — o fim do reinado castelhano de Fernando III (1201-252).

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Cronica*, de Eusébio de Cesareia, foi impresso em Veneza em 1483.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812058/or812058.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or812058/or812058.pdf).

### **EUSÉBIO de Cesareia. Bispo de Cesareia. *História eclesiástica*.**

Impresso em Paris, por Pierre Levet e Jean de Coblençe, em agosto de 1497.

Um gênero representativo dos primeiros séculos medievais foi a crônica universal, uma elaboração consagrada com o bispo Eusébio de Cesareia (263 d.C.-339 d.C.) no século IV. Eusébio foi responsável pelos primeiros relatos de que se tem notícia sobre a história do cristianismo primitivo. Para ele, existiam duas formas de registro do passado: a crônica e a história. A história seria mais ampla, já a crônica era um relato mais abreviado, com grande preocupação em dar a continuação do tempo. Eusébio não só definiu os termos como também transitou pelos dois modelos em *História eclesiástica* e *Crônica universal*.

*História eclesiástica* aborda os primeiros séculos de formação do cristianismo de forma cronológica (do século I ao IV) e foi escrita em grego (com traduções para o latim), além de ter sido continuada posteriormente por diversos membros da Igreja.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *História eclesiástica* foi impresso em Veneza em 1483, em latim.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**FABER, Jean. *Breviarium super codicem.***

Impresso em Lyon, por Nicolaus Pillipus e Marcus Reinhard, em dezembro de 1480.

O nome breviário provém do século XI e está relacionado com o aparecimento de livros que continham os textos necessários para o ofício eclesiástico diário. Condensavam em um só volume o que até então se encontrava repartido em vários livros. Por ser mais “breve” e prático, passou a ser conhecido por esse nome, que se manteve até a última reforma litúrgica para designar cada um dos volumes (*Breviarium romanum*). O conteúdo dos breviários está relacionado com os Livros de Horas.

*Breviário*, de Jean Faber (falecido em 1340), foi impresso em Lyon em 1480 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infante, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital0549/bndigital0549.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0549/bndigital0549.pdf).

**FIESCHI, Ettore. *Ad Innocentium papam VIII. Oratio.***

Impresso por Stephan Planck em Roma em abril de 1485.

Ettore Fieschi (século XV) foi conde de Lavagna (próximo a Gênova) e descendente de renomados eclesiásticos e aristocratas, como o papa Inocêncio IV (1195-1254). Há poucas informações biográficas sobre ele, apenas algumas associadas a seu parentesco com Giorgio Fieschi (??-1461), arcebispo e cardeal de Gênova. Giorgio Fieschi foi nomeado bispo de Mariana em Córsega em 1433. Em 1436, foi transferido para a arquidiocese de Gênova e, em 1439, nomeado cardeal padre de Santa Anastácia pelo papa Eugênio IV (1383-1447).

O texto *Ad Innocentium papam VIII. Oratio* é uma oração para o papa Inocêncio VIII (1432-1492), que morreu de forma trágica em uma transfusão de sangue realizada por via oral. Inocêncio VIII ficou conhecido pela proclamação, em 1484, da *Bula contra os bruxos*, em que estavam relacionados os crimes atribuídos à feitiçaria e também qual deveria ser a postura da Igreja diante deles.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do texto de Ettore Fieschi foi impresso, em 1485, em Roma.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**FRANCISCUS, de Mayronis. *Quadragesimales sermones de tempore.***

Impresso em Veneza, por Bernardinus de Novaria, em janeiro de 1491.

Franciscus de Mayronis foi um teólogo e filósofo escolástico nascido em Mayrone, na Provença, e falecido em 1325. Ele pertenceu à ordem franciscana e foi professor do colégio de Sorbonne (fundado em 1257). Discípulo de John Duns Scotus (1266-1308) na Universidade de Paris, Franciscus de Mayronis alinhou-se à teoria platônica. Suas principais obras foram impressas em apenas um volume: *Praeclarissima ac multum subtilia egregiaque scripta Illuminati Doctoris Francisci de Mayronis, ord. Min., In quatuor libros Sententiarum; ac Quodlibeta ejusdem, cum tractationibus Formalitatum, et de Primo Principio, insuper Explanatione divinatorum terminorum et tractatu de Univocatione Entis.*

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Franciscus de Mayronis foi impresso em Veneza em 1491 e fazia parte da coleção da Fundação Biblioteca Nacional. Esta coleção teve origem com o rei dom José

(1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**GERALDINE, Antonio. *Ad Innocentium papam VIII. Oratio.***

Impresso em Roma, por Stephan Planck, em 1486.

Outra oração ao papa Inocêncio VIII (1432-1492) foi composta por Antonio Geraldine (1449-1489). Nascido em Gênova, Giovanni Battista Cibo, que veio a ser o papa Inocêncio VIII, era filho de um senador romano. Ainda jovem, teve dois filhos ilegítimos, Franceschetto e Teodorina. Tornou-se bispo de Savona em 1467 e, em 1473, trocou Savona pela Sé de Olfetta em Nápoles. Foi feito cardeal, em 1473, por Sisto IV (1441-1484), sendo escolhido como papa em 12 de setembro de 1484.

Na época de sua eleição, o conclave, tal como Roma, encontrava-se dividido em facções. Assim, Giovanni Battista Cibo teve de lidar com rivalidades para ser eleito. Como pontífice, buscou a pacificação entre os estados católicos e tentou, sem sucesso, empreender uma Cruzada. Assistiu à queda de Granada, último reduto muçulmano na Península Ibérica, e apoiou Cristóvão Colombo na viagem para as terras que seriam, mais tarde, chamadas de América. Em

1486, através da bula *Orthodoxae fidei*, concedeu indulgências e remissão dos pecados aos que ajudassem militarmente as expedições portuguesas na África.

Por intermédio da bula de 5 de dezembro de 1484, Inocêncio VIII ordenou uma investigação acerca de bruxos, bruxas e bruxaria, com o objetivo de definir os sinais pelos quais se poderia reconhecer o pacto com o diabo. Morreu de forma trágica ao receber uma transfusão de sangue (via oral) em uma tentativa de reanimá-lo de um coma.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional desta oração foi impresso em Roma em 1486.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**GERSON, Jean. *Monotessaron seu Concordantiae IV evangelistorum.*** Impresso em Colônia, por Arnold Ther Hoernem, em 1474.

Jean Charlier de Gerson (1363-1429), também chamado de *Doctor christianissimus*, foi um teólogo, pregador, filósofo, poeta francês e chanceler da Universidade de Paris. Além disso, foi bispo de Puy e arcebispo de Cambrai.

Em suas práticas religiosas e de julgamento, foi bastante intransigente com as doutrinas que considerava heréticas, a ponto de sustentar condenações de morte de membros da aristocracia. Defendeu, nos Concílios de Pisa (1409) e de Constança (1414-1418), o combate ao relaxamento dos costumes eclesiásticos e à autonomia da Igreja Anglicana.

Após o Concílio de Constança, Gerson não conseguiu regressar à França em razão das posições que defendeu. Exilou-se, então, na Baviera, onde produziu diversos textos, como *Consolações da teologia*. Voltou à França dois anos depois, porém não mais tomou parte em nenhum assunto político e retirou-se para o convento lionês dos Celestinos, no qual se dedicou a lecionar e escrever.

Gerson tentou elaborar uma teologia mística que se opunha à teologia escolástica. Para tal, defendeu a primazia da vontade e da liberdade divina.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Jean Gerson foi impresso em Colônia em 1474.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1196/bndigital1196.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1196/bndigital1196.pdf).

**GUILELMUS de Gouda. *Expositio mysteriorum missae*.**

Impresso em Colônia, por Lyskirchen, em 1485.

O livro *Expositio mysteriorum missae* foi escrito por Guilelmus de Gouda (1458-1517) entre o fim do século XV e o início do século XVI. Trata-se de uma exposição acerca dos mistérios das celebrações cristãs.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Expositio mysteriorum missae* foi impresso em Colônia em 1485 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**HOLCOT, Robert. *De imputabilitate peccati in: quaestiones super IV, libros sententiarum...* Omnia a Jodoco Badio Ascensio edita.**

Impresso por Johann Trechesel em Lyon em abril de 1497.

Robert Holcot (1290-1349) foi um filósofo e teólogo escolástico inglês pertencente à ordem dominicana. Holcot realizou importantes estudos acerca da semântica e do conhecimento divino, levando em conta questões como predestinação, graça e mérito.

Ao final da Idade Média, seus estudos foram bastante divulgados, o que se pode notar pela quantidade de manuscritos e impressos que restaram de seus textos. Existem hoje, 48 manuscritos conhecidos das perguntas de Holcot sobre as Sentenças e 175 manuscritos de seu comentário sobre o *Livro da sabedoria*. Este comentário foi impresso pela primeira vez em 1480 e, posteriormente, passou por muitas reimpressões. Uma edição das perguntas sobre as Sentenças foi impressa em Lyon em 1497. Chama a atenção, entretanto, a presença de uma carta afirmando que os manuscritos utilizados para produzir essa edição estavam desordenados e eram pouco confiáveis. Apesar disso, é a versão mais utilizada até hoje, fazendo parte da coleção de incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **HOLLEN, Gotschalculus. *Praeceptorium divinae legis*.**

Impresso em Nuremberg, por Anton Koberger, em outubro de 1497.

O *Praeceptorium divinae legis*, de Hollen Gotschalculus, é uma obra que busca estudar e compreender as leis divinas por intermédio da fé. Esse tipo de texto era muito comum na Idade Média.

No período medieval, o entendimento do mundo no Ocidente encontrou duas vertentes principais de entendimento: a filosofia patrística e a filosofia escolástica. Ambas possuíam concepções religiosas, porém com diferentes abordagens.

A filosofia patrística (século I ao VII) objetivou consolidar o papel da Igreja Católica e propagar os ideais do cristianismo. Baseada nas Epístolas de São Paulo e no Evangelho de São João, a escola patrística advogou a favor da Igreja e difundiu diversos conceitos cristãos como o pecado original, a criação do mundo por Deus e a ressurreição no Juízo Final.

Já a escolástica (século IX ao XV), ocorrida posteriormente, buscou retomar alguns princípios filosóficos gregos. Nesse contexto, surgiu a teologia que buscava explicar racionalmente a existência de Deus, da alma, do céu e do inferno, e as relações entre homem, intelecto e fé. Além disso, a escolástica (ou escolasticismo) foi um tipo de pensamento relacionado com as universidades medievais por volta do período entre 1100 e 1500. A escolástica foi desenvolvida, portanto, nas escolas monásticas cristãs, de modo a conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, recuperando especialmente

o conhecimento filosófico da Antiguidade Clássica. Para tanto, o método utilizado era o da dialética, ou seja, buscava ampliar o conhecimento por inferência e resolver as contradições.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Praeceptorium divinae legis* foi impresso em Nuremberg em 1497.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812124/or812124.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or812124/or812124.pdf).

### **IGREJA Católica. Missal.**

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Andreas Jacobi de Paltascichis, em fevereiro de 1485.

Exemplar 2: impresso em Lisboa, por Nikolaus von Sachsen, em junho de 1498.

Os missais são livros usados nas celebrações cristãs do rito romano para as leituras do celebrador (padre, bispo, frade etc.). Em tais livros estão contidas, em ordem, as orações eucarísticas de toda a celebração da missa.

A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares incunabulares de missais impressos em Veneza e Lisboa, respectivamente, em 1485 e 1498. Esse último exemplar fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir o público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens

deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812121/or812121.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or812121/or812121.pdf).

### **IMITATIO *Christi*.**

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Bernardino Benalio, em 1488.

Exemplar 2: impresso em Sevilha, por Johannes Pegnitezer de Nuremberg, Thomas Glockner e Magnus Herbst de Vils, em junho de 1496.

Na teologia cristã, a *Imitatio Christi* (Imitação de Cristo) é a prática de seguir os exemplos de Jesus Cristo. O ideal de seguir o exemplo de Cristo tem sido um elemento importante na formação da ética e da espiritualidade cristãs. Referências a esse tipo de prática são encontradas desde os mais antigos documentos do cristianismo — nas cartas de São Paulo, por exemplo.

Diversos filósofos cristãos debateram o tema. Santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C.) acreditava ser de extrema importância a imitação da conduta de Cristo como uma forma de atenuar os pecados de Adão. Considera-se que, no fim do século IX, a imitação física de Cristo havia ganhado popularidade entre os cristãos. Aquele período testemunhou, ainda, a crescente negação da carne a favor do espírito entre as comunidades monásticas.

No século XII, a humildade ganhou força como exemplo-chave da imitação de Cristo. Tal como o Pai que enviou seu único filho para ser humilhado, os cristãos também deveriam servir à Igreja. Essas ideias eram defendidas por diversos religiosos, como Bernardo de Claraval (1090-1153). Com a ascensão dos frades mendicantes nos séculos XII e XIII, entrou em cena a imitação de Cristo ligada à pobreza, à pregação e ao martírio. Exemplar é o caso de São Francisco de Assis (1181-1226), que defendia a imitação física e espiritual de Cristo. Isso era algo também presente no pensamento escolástico de São Tomás de Aquino (1225-1274), que considerava seguir o exemplo de Cristo fundamental para o exercício da vida religiosa.

O tema também foi recorrente em Bizâncio. O teólogo Nicolau Cabasilas (1320-1397), no século XIV, por exemplo, usava o termo “vida de Cristo” para falar da necessidade de seguir o exemplo de Cristo. Cabasilas defendeu que

“viver a própria vida pessoal” em Cristo era uma virtude cristã fundamental. Um livro muito influente de *Imitação de Cristo* foi elaborado, em 1418, por Thomas Kempis (1380-1471), no qual o autor forneceu instruções específicas para a imitação de Cristo.

Os exemplares anônimos da *Imitação de Cristo* da Fundação Biblioteca Nacional foram impressos em Veneza e Sevilha, respectivamente, em 1488 e 1496.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **ISIDORO de Sevilha, Santo. *Etymologiarum libb. XX. Nenon de Summo bono libb. III.***

Impresso em Veneza, por Peter Loeslein, em 1483.

Santo Isidoro (560 d.C.-636 d.C.), nascido em Sevilha na época visigoda, foi bispo naquela cidade de 600 a 636. Foi um dos grandes elos de transmissão da cultura clássica para a Idade Média. Sua obra *Etimologias* é uma espécie de enciclopédia, bastante utilizada ao longo daquele período. Ao examinar uma questão qualquer, Isidoro analisava a etimologia das principais palavras envolvidas na discussão, pois acreditava que a palavra podia conter em si informações sobre a própria realidade referida.

*Etimologias* mostra-se mais do que um livro sobre a linguagem, pois expressa toda uma visão do mundo da época. Compõe-se de 20 livros, cada um elucidando as etimologias das palavras de um determinado campo do saber: I. Gramática; II. Retórica e dialética; III. Matemática (aritmética, geometria, música e astronomia); IV. Medicina; V. As leis e os tempos; VI. Os livros e os ofícios eclesiásticos; VII. Deus, os anjos e os santos; VIII. A Igreja e outras religiões; IX. Línguas, povos, reinos, milícia, cidades e parentesco; X. Etimologia de palavras diversas; XI. O homem e os seres prodigiosos; XII. Os animais; XIII. O mundo e suas partes (elementos, mares, ventos etc.); XIV. A Terra e suas partes (geografia); XV. As cidades, os edifícios e o campo; XVI. As pedras e os metais; XVII. A agricultura; XVIII. Guerra, espetáculos e jogos; XIX. Naves, edifícios e vestimentas; XX. Comida, bebida e utensílios.

A versão impressa da Fundação Biblioteca Nacional é datada de 1483. Nela, há a representação do modelo do famoso mapa-múndi em T-O, que se difundiu a partir de Isidoro de Sevilha, cujo original não sobreviveu. No entan-

to, é possível encontrar releituras e réplicas dele durante toda a Idade Média. Nessa representação esquemática, o oceano rodeava os três continentes como um grande “O” circular — Europa, Ásia e África — separados pelo Mediterrâneo e os rios Don e Nilo que, juntos, compunham o formato da letra “T”.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Página do mapa em T-O digitalizado disponível para acesso: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813155/or813155.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813155/or813155.html).

### **JACOPO de Varazze. *Legenda aurea sanctorum*.**

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Andreas Jacobi de Paltascichis e encomendado por Octavianus Scotus, em maio de 1482.

Exemplar 2: impresso em Nuremberg, por Anton Koberger, em outubro de 1482.

A *Legenda aurea* é uma coletânea de narrativas hagiográficas reunidas por volta de 1260 pelo dominicano e bispo de Gênova Jacopo de Varazze (1229-1298), sendo bastante difundida na Idade Média. No entanto, é composta de uma coletânea formada por alguns textos considerados apócrifos. A Idade Média chamava de apócrifos os “textos bíblicos” que a Igreja considerava sem autoridade apostólica, mas que ainda assim gozavam de bastante popularidade na época, mesmo entre os eclesiásticos.

Além de assuntos religiosos, *Legenda aurea* aborda temas recorrentes ao período em que foi composta, como as viagens medievais. Essa temática está presente, por exemplo, na narrativa da história do apóstolo são Tomé que, em sua missão evangelizadora, teria chegado até regiões extremas da Índia e lá promovido conversões. Seu corpo estaria em um túmulo em Madrastra. Outra interpretação é a ideia bíblica de que os Reis Magos eram provenientes de um Oriente fabuloso por suas riquezas, seus habitantes, sua fauna e sua flora, dos quais o lendário Preste João seria descendente.

A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares de *Legenda aurea* impressos em Veneza e Nuremberg em 1482. O exemplar impresso em Veneza fazia parte da Coleção J. A. Marques. A coleção é oriunda dos livros pertencentes a João Antônio Marques, bibliófilo fluminense residente em Portugal, que doou sua coleção de incunáveis, edições *princeps*, camonianas e

outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial para a Fundação Biblioteca Nacional. O acervo de obras raras da Biblioteca Nacional também recebe esse nome.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812126/or812126.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or812126/or812126.html).

### **JERÔNIMO, São. *Correspondência.***

Impresso por Nicolas Kessler na Basileia em 1497.

São Jerônimo (347 d.C.-420 d.C.), também conhecido como Jerônimo de Estridão, foi um Doutor da Igreja, bastante renomado por sua tradução da *Bíblia* para o latim (conhecida como Vulgata) e por seus comentários acerca do Evangelho dos Hebreus. Em Roma, São Jerônimo aprendeu latim e grego e estudou gramática e filosofia.

Foi um estudioso numa época em que a fluência no grego era vigente entre os letrados, mas sabia também alguma coisa de hebraico quando iniciou o projeto de tradução. Para reforçar seus conhecimentos, mudou-se para Jerusalém e estudou os comentários judaicos sobre as *Escrituras*. Começou o trabalho de tradução em 382, a partir do cotejamento de diversas versões. Além da tradução, também compôs diversos textos acerca de teorias cristãs, como o dogma da Santíssima Trindade.

As cartas de São Jerônimo são parte importante do que restou de sua correspondência e das ideias que vinha estudando e desenvolvendo. Dessa forma, apresentam uma variedade de temas, tais como: o ensino, os vícios do clero e a vida ascética. Estas cartas foram importantes referências para o período medieval. A arte retórica conjugava os mesmos preceitos do discurso oral na composição das epístolas. Em outras palavras, os princípios retóricos poderiam ser aplicados tanto para escrever quanto para falar, o que não é propriamente uma novidade com relação à Antiguidade. A grande peculiaridade dos tempos medievais, a partir do século XI, foi a formulação de tratados escritos a respeito do gênero epistolar especificamente, ou seja, que abordavam a retórica em cartas, a *ars dictaminis*. Na Antiguidade, os manuais de retórica estavam mais preocupados com a oralidade quando falavam de cartas.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Correspondência*, de São Jerônimo, foi impresso na Basileia em 1497.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **JERÔNIMO, São. *Expositio Symboli*.**

Impresso em Colônia, por Ulrich Zell, em 1470.

São Jerônimo (347 d.C.-420 d.C.), também conhecido como Jerônimo de Estridão, foi um Doutor da Igreja, bastante renomado por sua tradução da *Bíblia* para o latim (conhecida como Vulgata) e por seus comentários acerca do Evangelho dos Hebreus. Em Roma, São Jerônimo aprendeu latim e grego e estudou gramática e filosofia.

Foi um estudioso numa época em que a fluência no grego era vigente entre os letrados, mas sabia também alguma coisa de hebraico quando iniciou o projeto de tradução. Para reforçar seus conhecimentos, mudou-se para Jerusalém e estudou os comentários judaicos sobre as *Escrituras*. Começou o trabalho de tradução em 382, a partir do cotejamento de diversas versões. Além da tradução, também compôs diversos textos acerca de teorias cristãs, como o dogma da Santíssima Trindade.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Expositio Symboli* foi impresso em Colônia em 1470. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a

indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **JERÔNIMO, São. *Liber contra Helvidium de Virginitate B. Mariae.***

Impresso em Colônia, por Dictys, em 1471.

São Jerônimo (347 d.C.-420 d.C.), também conhecido como Jerônimo de Estridão, foi um Doutor da Igreja, bastante renomado por sua tradução da *Bíblia* para o latim (conhecida como Vulgata) e por seus comentários acerca do Evangelho dos Hebreus. Em Roma, São Jerônimo aprendeu latim e grego e estudou gramática e filosofia.

Foi um estudioso numa época em que a fluência no grego era vigente entre os letrados, mas sabia também alguma coisa de hebraico quando iniciou o projeto de tradução. Para reforçar seus conhecimentos, mudou-se para Jerusalém e estudou os comentários judaicos sobre as *Escrituras*. Começou o trabalho de tradução em 382, a partir do cotejamento de diversas versões. Além da tradução, também compôs diversos textos acerca de teorias cristãs, como o dogma da Santíssima Trindade e, ainda, o culto mariano — com o questionamento da possibilidade de Maria ser a mãe de Deus.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Liber contra Helvidium de Virginitate B. Mariae* foi impresso em Colônia em 1471. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência,

a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**JIMÉNEZ DE PREJANO, Pedro. *Confutatorium errorum contra claves Ecclesiae nuper editorum.***

Impresso por Juan Vásquez em Toledo em 1486.

Pedro Jiménez (ou Ximenez) de Prejano (1420-1495) foi um teólogo espanhol que lecionou na Universidade de Salamanca. Além disso, foi cônego de Toledo e cronista oficial do rei Henrique IV. Por volta de 1479, a Espanha estava revoltosa por conta das doutrinas consideradas errôneas de Pedro de Osma contra a verdadeira fé da Igreja. Assim, Pedro Jiménez de Prejano foi encarregado, pelo papa, de escrever contra as considerações de Pedro de Osma.

*Confutatorium errorum contra claves Ecclesiae* buscou refutar doutrinas que estariam confundindo o clero. Por determinação dos Reis Católicos, escreveu um livro para disciplinar judeus conversos, intitulado *Lucero de la vida Cristiana*, que foi impresso diversas vezes. No ano de 1487, foi nomeado bispo de Badajoz e, com a tomada de Málaga, responsável pela consagração da mesquita.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra *Confutatorium errorum contra claves Ecclesiae* foi impresso em Toledo em 1486. É, portanto, um exemplar da primeira impressão da obra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**JOANNES, de Aquila. *Sermones quadragesimales.***

Impresso em Veneza, por Petrus de Quarengiis e custeado por Alexander Calcedonius, em outubro de 1499.

Os Sermões eram considerados um dos grandes gêneros literários da Idade Média. Eram textos feitos para serem lidos e garantir a atenção dos

fiéis acerca de aspectos que deveriam ser transformados ou seguidos no comportamento dos cristãos. Tinham, portanto, um caráter pedagógico, pois o sermão complementava as leituras litúrgicas da celebração cristã. A pregação oficial da Igreja expressava também seu caráter hierárquico, já que o pregador falava de sua cátedra, em geral, sentado. Os fiéis ouviam-no de pé, muitos deles munidos de um cajado para se apoiar.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional dos *Sermones quadragesimales*, de Joannes de Aquila (morto em 1510), foi impresso em Veneza em 1499 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infante, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **JOANNES Callensis. *Summa colationum*.**

Impresso em Veneza, por Greogrius de Arrivabenis, em 1496.

Joannes Callensis foi um compilador inglês de leis canônicas do século XIII. O direito canônico é um conjunto de leis e regulamentos elaborados e adotados pela Igreja para a organização da fé e dos fiéis. Consiste na lei eclesiástica que rege a Igreja Católica. Um cânone é uma regra adotada por um conselho e forma a base do direito canônico.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Summa colattionum* foi impresso em Veneza em 1496 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **JOANNES CANONICUS. *Quaestiones super VIII libb. Physicorum Aristotelis.***

Impresso por Octaviannus Scotus em Veneza em 1481.

Joannes Canonicus foi um escolástico do século XIV que escreveu textos que buscavam discutir as teorias aristotélicas. As obras de Aristóteles — que sobreviveram desde a Antiguidade por meio da transmissão manuscrita medieval e da tradução do árabe para o latim — estão reunidas no *Corpus aristotelicum*. Trata-se de escritos filosóficos produzidos dentro da escola de estudos criada por ele. Esses textos foram organizados, na época moderna, com edição da Academia Real da Prússia, por August Immanuel Bekker (1785-1871), que se utilizou do cotejamento de escritos antigos, sendo essa obra referência até hoje.

A escolástica (século IX ao XV) buscou retomar alguns princípios filosóficos gregos, entre eles os de Aristóteles, e explicar a fé pela razão. Nesse contexto, surgiu a teologia que buscava explicar racionalmente a existência de

Deus, da alma, do céu e do inferno e as relações entre homem, razão e fé. Como um método de aprendizado, a escolástica foi desenvolvida nas escolas monásticas cristãs, de modo a conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, especialmente o da filosofia da Antiguidade Clássica. Tal proposta colocava ênfase na dialética para ampliar o conhecimento por inferência e resolver as contradições, fazendo uso da retórica e da gramática. Assim, os questionamentos eram a forma de tentar explicar as dúvidas existenciais, com textos elaborados na forma de perguntas e respostas.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do incunábulo de Joannes Canonicus foi impresso em Veneza em 1481.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**JOANNES de são Germiniano, frei. *Summa de exemplis ac similitudinibus rerum.***

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Johannes e Gregorium de Gregorijis, em abril de 1497.

Exemplar 2: impresso em Veneza, por Johannes e Gregorium de Gregorijis, em abril de 1497.

Frei Joannes de são Germiniano (1296-1332) escreveu uma suma com exemplos de como os reis deveriam governar. Joannes recebeu esse nome em homenagem a são Germiniano, um santo de família romana do século IV.

Os exemplares da Fundação Biblioteca Nacional da suma de Joannes de são Germiniano foram impressos em Veneza em 1497 e faziam parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio decorrente do terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em

1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **LACTÂNCIO, Lúcio Cecílio Firmiano. *Divinae institutiones*.**

Exemplar 1: impresso em Roma, por Ulrich Han e Simon Nicolai Chardella, em fevereiro de 1474.

Exemplar 2: impresso em Veneza, por Theodorus de Ragazonibus de Asula, em abril de 1490.

Exemplar 3: impresso em Veneza, por Simon de Gabis dicto Bevilaqua de Pavia, em abril de 1497.

Lúcio Cecílio Firmiano Lactâncio (ca. 245 d.C.-ca. 325 d.C.), mais conhecido como Lactâncio, foi um autor cristão romano oriundo da África, encarregado pelo imperador Domiciano (284 d.C.-305 d.C.) para ensinar retórica latina em Nicomédia, província da Bitínia, na Ásia Menor. Os estudiosos não sabem ao certo se Lactâncio converteu-se à fé cristã antes ou depois de sua viagem à Nicomédia. No entanto, o mais provável é que tenha aderido ao cristianismo após o contato com as comunidades gregas cristãs do Oriente. Pouco se tem notícia sobre suas atividades no Oriente. É provável que tenha deixado o cargo de professor de retórica durante os anos de perseguição aos cristãos, entre 303 e 313, ato empreendido no governo de Diocleciano (24? d.C.-30? d.C.), após a promulgação do Édito de 303. A destituição do cargo teria feito com que ele vivesse na pobreza por anos. Com a idade já avançada, abandonou Nicomédia e partiu para a Gália após sua nomeação como tutor e responsável pela educação dos filhos de Constantino (272 d.C.-337 d.C.).

Pertencem à coleção da Fundação Biblioteca Nacional os incunábulo da obra *Divinae institutiones*, tratado em sete livros sobre a doutrina cristã. Nos livros I e II, Lactâncio critica as religiões não cristãs e defende os preceitos do monoteísmo. Os livros III e IV enaltecem a filosofia e a sabedoria cristã em detrimento da filosofia não cristã. Os livros V e VI atacam os

perseguidores do rito cristão e o livro VII, por sua vez, trata da vida eterna como recompensa aos cristãos.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813611/or813611.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813611/or813611.pdf).

### **LUDOLFO de Saxônia. *Vita Christi*.**

Exemplar 1: impresso em Estrasburgo, por Heirinch Eggestein, em 1474.

Exemplar 2: impresso em Veneza, por Simon de Bevilaqua para Paganino de Pagninis, em setembro de 1498.

Na teologia cristã, a *Imitatio Christi* (Imitação de Cristo) é a prática de seguir os exemplos de Jesus Cristo. O ideal de seguir o exemplo de Cristo tem sido um elemento importante na formação da ética e da espiritualidade cristãs. Referências a esse tipo de prática são encontradas desde os mais antigos documentos do cristianismo — por exemplo, nas cartas de São Paulo.

Diversos filósofos cristãos debateram o tema. Santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C.) acreditava ser de extrema importância a imitação da conduta de Cristo como uma forma de atenuar os pecados de Adão. Considera-se que, no fim do século IX, a imitação física de Cristo havia ganhado popularidade entre os cristãos. Aquele período testemunhou, ainda, a crescente negação da carne a favor do espírito entre as comunidades monásticas. Com a ascensão dos frades mendicantes nos séculos XII e XIII, entrou em cena a imitação de Cristo ligada à pobreza, à pregação e ao martírio.

Os exemplares da Fundação Biblioteca Nacional da *Vita Christi* foram elaborados por Ludolfo de Saxônia (1300-1377), sendo também alguns dos primeiros livros impressos em língua portuguesa. A *Vita Christi*, de Ludolfo de Saxônia, foi impressa em três volumes por Valentino de Morávia e Nicolau de Saxônia em Lisboa em 1495, por ordem da rainha dona Leonor de Aragão, esposa do rei português dom Duarte (1391-1438). A tradução para o português deveu-se, provavelmente, ao incentivo de dom Duarte, que a supervisionou.

Os exemplares da Fundação Biblioteca Nacional foram impressos em latim nas cidades de Estrasburgo e Veneza. Este último fazia parte da coleção

J. A. Marques. A coleção é oriunda dos livros pertencentes a João Antônio Marques, bibliófilo fluminense residente em Portugal, que doou sua coleção de incunábulos, edições *princeps*, camonianas e outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial para a Fundação Biblioteca Nacional. O acervo de obras raras da Biblioteca Nacional também recebe esse nome.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**MAINO, Giasone del. *Oratio habita as Alexandrum VI. Pro Mediolanesium princepe.***

Impresso por Stephan Planck em Roma em 1493.

Giasone del Maino (1435-1519) foi um jurista, professor e advogado italiano que escreveu comentários jurídicos acerca de diversos temas. Lecionou em importantes universidades, como as de Paiva, Pádua, Bolonha e Pisa. Escreveu uma reconhecida coleção com comentários aos mestres mais influentes da lei. Estudou e lecionou, sobretudo direito civil, mas também teve formação em direito canônico.

Em 1492, foi enviado a Roma para saudar o novo papa Alexandre VI (1431-1503). O discurso naquela ocasião, a *Oratio ad congratulações Alexandrum VI*, foi impresso em dezembro do mesmo ano e reimpresso cinco vezes por Stephan Planck em 1493.

Em 6 de maio de 1494, a *Oratio em matrimonium maximiliani regis et Mariae Blancae reginae Romanorum* foi lida por ocasião das festas celebradas para a confirmação do casamento entre os Habsburgos e a casa de Sforza. Nos anos subsequentes, Giasone del Maino dividiu o tempo entre o ensino e os cuidados com as edições de seus comentários, que nasciam como resultado de cursos universitários. A partir de 1507, teve entre seus alunos um dos maiores expoentes da escola humanista: Andrea Alciato (1492-1550).

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Oratio habita as Alexandrum VI. Pro Mediolanesium princepe* foi impresso em Roma em 1493. Faz, portanto, parte das cinco reimpressões daquele ano.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**NAUCLERUS, Johannes. *De simonia*.**

Impresso em Tübingen, por John Otmar, em maio de 1500.

Johannes Nauclerus (1430-1510) nasceu em Württemberg e faleceu em Tübingen, na Alemanha. Foi um humanista, jurista e teólogo. Em uma carreira eclesiástica, foi chefe da igreja de Stuttgart, em 1460, e reitor do Colégio Santa Cruz, na mesma cidade. Tornou-se doutor em direito em 1450 e ministrou aulas na Universidade da Basileia entre 1464 e 1465. Em 1478, foi empossado como primeiro reitor da Universidade de Tübingen.

A obra *De Simonia* é um conjunto de textos religiosos escritos por Johannes Nauclerus, que discutem, segundo o direito canônico, a compra e a venda de cargos eclesiásticos e favores espirituais. Tal palavra faz referência a episódios bíblicos narrados nos Atos dos Apóstolos.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *De Simonia* foi impresso em Tübingen em 1500.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**NATALIBUS, Petrus de. *Catalogus sanctorum*.**

Impresso em Vicenza, por Rigo di Ca Zeno di Sant'Orso, em dezembro de 1493.

A hagiografia medieval constituiu-se como meio de elaboração e preservação da memória de santos e santas católicos. O gênero literário da hagiografia é uma espécie de biografia. O hagiólogo busca descrever a vida de algum santo, beato ou servo de Deus reconhecido pelas igrejas cristãs, sobretudo pela Igreja Católica. Muitas vezes, eram apresentados vários santos e santas em forma de catálogo.

As hagiografias medievais seguiam um padrão narrativo que buscava explicar a especialidade dos homens e mulheres tidos como exemplares. Em geral, apresentavam as dificuldades pelas quais passaram tais figuras, ou seja, os martírios, a resignação própria dos homens especiais, a ascensão à condição de destaque e os milagres realizados.

Como expressão de memória, as hagiografias medievais pretendiam servir à comunidade de fiéis com relação a santos e santas, pois o acesso às histórias de vidas santificadas impunha aos fiéis modelos de comportamento que deveriam reger suas vidas e a comunidade com relação à Igreja, pois a

hagiografia também era uma narrativa que adequava a vida do santo (ou da santa) às normas eclesiásticas. Assim, era também uma forma de educar o povo nos preceitos do cristianismo.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Catalogus sanctorum*, de Petrus de Natalibus (1370-1400), foi impresso em Vicenza em 1493.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **NICHOLAS de Osimo. *Supplementum Summae Pisanellae.***

Impresso em Veneza, por Francisco Renner e Nicolaus de Franckfordia, em 1474.

Nicholas de Osimo (1379-1453) foi um pregador e estudioso franciscano nascido na Península Itálica. Estudou leis e foi elevado ao grau de doutor em Bolonha. Depois disso, juntou-se aos Frades Menores Observantes do convento de São Paulo. Nicholas de Osimo contribuiu para a prosperidade dos Observantes, dos quais, em 1440, obteve a independência dos Conventuais, um privilégio pouco depois revogado. Além disso, foi nomeado visitador e superior da Palestina.

Nicholas de Osimo escreveu em latim e italiano uma série de tratados sobre a teologia moral, a vida espiritual e a Regra de São Francisco.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Nicholas de Osimo foi impresso em Veneza em 1474 e faz parte da Coleção Dona Thereza Christina Maria. Tal coleção pertencia à biblioteca particular do imperador dom Pedro II e foi doada por ele à Fundação Biblioteca Nacional após a proclamação da República em 1889. A pedido do imperador, os aproximadamente 100 mil itens doados — entre livros, publicações seriadas, mapas, partituras, desenhos, fotografias e manuscritos — receberam o nome de Coleção Dona Thereza Christina Maria em homenagem à imperatriz. Thereza Christina foi esposa de dom Pedro II e era princesa do Reino das Duas Sicílias, filha do rei Francisco I, que pertencia ao ramo italiano da Casa de Bourbon, e da infanta Maria Isabel da Espanha.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**NIDER, Johannes. *Praeceptorium divinae legis.***

Impresso por Ulrich Gering em Paris em junho de 1482.

Johannes Nider (1380-1438) foi um teólogo germânico nascido na Suábia. Entrou para a Ordem dos Pregadores em Colmar, mas foi depois enviado para Viena, onde iniciou os estudos filosóficos e, posteriormente, à Colônia, onde foi ordenado. Obteve grande reputação na Germânia como pregador e foi ativo no Concílio de Constança (1414-1418). Após completar um estudo dos conventos de sua ordem, na Itália, voltou para a Universidade de Viena, onde, em 1425, começou a lecionar como mestre em teologia.

No convento dominicano em Nuremberg, em 1427, sucessivamente serviu a seu mestre geral e a vigários dos conventos reformados da província alemã. Nessa função, ele manteve sua reputação inicial de reformador. Tornou-se conhecido como teólogo no Concílio da Basileia em 1431. Retomou suas palestras teológicas em Viena, em 1436, e foi eleito reitor da universidade duas vezes antes de sua morte.

Seu mais importante texto é *Formicarius*, um tratado sobre as questões filosóficas, teológicas e sociais da época. No livro V dos *Formicarius*, relacionado com bruxaria e satanismo, ele relatou as experiências de Peter de Greyerz, um inquisidor ativo no entorno de Berna entre 1390 e 1410. Os trabalhos de Nider sobre os contratos de comerciantes são considerados uma das primeiras obras impressas sobre economia.

O comentário de Johannes Nider acerca das leis divinas, da Fundação Biblioteca Nacional, foi impresso em Paris em 1482 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio decorrente do terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de

80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813871/or813871.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813871/or813871.pdf).

### **PIO II, papa. *Epistola de fortuna*.**

Impresso por Johannes Schurener em Roma em setembro de 1475.

Enea Silvio Bartolomeo Piccolomini (1405-1464), ou papa Pio II, nasceu na região de Siena, Itália, e faleceu nos Estados Papais, atual Vaticano. Filho de uma família nobre em decadência, com 18 anos foi enviado para estudar, inicialmente, na Universidade de Siena e, posteriormente, na Universidade da Florença, nas quais se dedicou aos estudos jurídicos e humanistas. Foi secretário do bispo de Fermo, tendo, assim, participado como leigo do Concílio da Basileia (1431). Entre outros cargos, foi conselheiro do imperador Frederico III (1415-1493), do Sacro Império Romano-germânico. Seguiu a carreira eclesiástica somente aos 42 anos, na qual teve rápida ascensão, sendo nomeado bispo de Trieste (1447), bispo de Siena (1450) e cardeal (1456). Enea Silvio Bartolomeo Piccolomini foi consagrado papa Pio II em 1458. Culto e amante das artes, foi autor de inúmeras obras, incluindo uma autobiografia e textos religiosos, bem como poesias e textos em prosa, como *De duobus amatibus historia* (*A história de dois amantes*), em 1444, antes de ascender ao pontificado.

A arte retórica medieval conjugava os mesmos preceitos do discurso oral na composição das epístolas. Em outras palavras, os princípios retóricos poderiam ser aplicados tanto para escrever quanto para falar, o que não era propriamente uma novidade com relação à Antiguidade. A grande peculiaridade dos tempos medievais, a partir do século XI, na Bolonha, foi a formulação de tratados escritos a respeito do gênero epistolar especificamente, ou seja, que abordavam a retórica em cartas, a *ars dictaminis*. Na Antiguidade, os manuais de retórica estavam mais preocupados com a oralidade quando falavam de cartas.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Epistola de fortuna* foi impresso em Roma em 1475.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PIO II, papa. *Epistolae in Cardinalatu editae*.**

Impresso em Roma, por Johannes Schurener, em julho de 1475.

Enea Silvio Bartolomeo Piccolomini (1405-1464), ou papa Pio II, nasceu na região de Siena, Itália, e faleceu nos Estados Papais, atual Vaticano. Filho de uma família nobre em decadência, com 18 anos foi enviado para estudar, inicialmente, na Universidade de Siena e, posteriormente, na Universidade da Florença, nas quais se dedicou aos estudos jurídicos e humanistas. Foi secretário do bispo de Fermo, tendo, assim, participado como leigo do Concílio da Basileia (1431). Entre outros cargos, foi conselheiro do imperador Frederico III (1415-1493), do Sacro Império Romano-germânico. Seguiu a carreira eclesiástica somente aos 42 anos, na qual teve rápida ascensão, sendo nomeado bispo de Trieste (1447), bispo de Siena (1450) e cardeal (1456). Enea Silvio Bartolomeo Piccolomini foi consagrado papa Pio II em 1458. Culto e amante das artes, foi autor de inúmeras obras, incluindo uma autobiografia e textos religiosos, bem como poesias e textos em prosa, como *De duobus amatibus historia* (*A história de dois amantes*), em 1444, antes de ascender ao pontificado.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Epistolae in Cardinalatu editae* foi impresso em Roma em 1475 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de

independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813913/or813913.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813913/or813913.pdf).

### **PIO II, papa. *Historia bohemica*.**

Impresso em Roma, por Johannes Nicolai Hanheymer e Johannes Schurener, em janeiro de 1475.

Enea Silvio Bartolomeo Piccolomini (1405-1464), ou papa Pio II, nasceu na região de Siena, Itália, e faleceu nos Estados Papais, atual Vaticano. Filho de uma família nobre em decadência, com 18 anos foi enviado para estudar, inicialmente, na Universidade de Siena e, posteriormente, na Universidade da Florença, nas quais se dedicou aos estudos jurídicos e humanistas. Foi secretário do bispo de Fermo, tendo, assim, participado como leigo do Concílio da Basileia (1431). Entre outros cargos, foi conselheiro do imperador Frederico III (1415-1493), do Sacro Império Romano-germânico. Seguiu a carreira eclesiástica somente aos 42 anos, na qual teve rápida ascensão, sendo nomeado bispo de Trieste (1447), bispo de Siena (1450) e cardeal (1456). Enea Silvio Bartolomeo Piccolomini foi consagrado papa Pio II em 1458. Culto e amante das artes, foi autor de inúmeras obras, incluindo uma autobiografia e textos religiosos, bem como poesias e textos em prosa, como *De duobus amatibus historia* (*A história de dois amantes*), em 1444, antes de ascender ao pontificado.

Historiador, geógrafo, analista político, diplomata, mediador e humanista foram alguns dos atributos que possibilitaram que o papa Pio II fosse responsável por desenvolver uma extensa obra literária. *Historia bohemica* é exemplar da versatilidade literária de Pio II. Fruto de levantamentos realizados durante sua passagem pela corte do imperador Frederico III, a obra apresenta aspectos histórico-geográficos do ambiente cortês, bem como físicos e morais de personalidades que transitavam na corte imperial.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Historia bohemica* fazia parte da coleção da Real Biblioteca, que teve origem com o rei dom José

(1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PLATINA. *Vitae pontificum.***

Impresso em Treviso, por Joanne Rosso Vercellense, em fevereiro de 1485.

Bartolomeo Sacchi (1421-1481), conhecido como Platina — por ser oriundo de Piadena (comuna italiana da região da Lombardia) e comumente referido em inglês como Bartolomeo Platina —, foi um escritor humanista do Renascimento italiano. Iniciou a carreira como soldado, mas estudou com filósofos humanistas bizantinos em Florença e com membros da família Médici. Por volta de 1462, mudou-se para Roma, onde ganhou o posto de escritor papal, sob o papado do humanista Pio II (1405-1464), tornando-se membro da Academia Romana de influência pagã, fundada por Pomponio Leto (1425-1498). Escreveu um famoso tratado de gastronomia intitulado *De honesta voluptate et valetudine*, considerado o primeiro livro impresso de receitas.

As funções de Platina foram reduzidas com a ascensão do papa anti-humanista Paulo II (1417-1471), que o prendeu e o submeteu a torturas no Castelo Sant'Angelo durante o inverno de 1464-1465. Em 1468, foi novamente confinado no Castelo Sant'Angelo devido a acusações de uma suposta conspiração

pagã por membros da Academia Romana de Pomponio, que envolveria planos para assassinar o papa. Com a eleição de novo papa humanista, Sisto IV (1414-1484), Platina voltou a ter cargos perante o papado, em 1475, quando recebeu a função de guardador da biblioteca papal. Com isso, foi concedida a ele a função de escrever uma história sobre a vida dos papas.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Platina foi impresso em Treviso em 1485 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PSEUDOAGUSTINUS. *Sermo super orationem dominicam.***

Impresso por Impressor da lenda de Albanus em Colônia em 1474.

*Pseudoaugustinus* é composto por uma coleção de sermões atribuídos a Agostinho de Hipona (354 d.C.-430 d.C.), Aurelius Augustinus Hipponensis ou santo Agostinho. Bispo de Hipona, atual Annaba, na Argélia, foi um dos primeiros teólogos e filósofos cristãos, tendo influenciado o desenvolvimento da cristandade e da filosofia ocidentais, bem como do pensamento medieval. É considerado um dos mais destacados teóricos do cristianismo e um dos formuladores da doutrina do pecado e da teoria da guerra justa. Com sua

autenticidade questionada, houve, no século XVII, um consenso acadêmico que apontou a falsificação do *Pseudoaugustinus*, que não teria sido escrito por ele, mas, sim, no século XIV, aparentemente com a intenção de promover a Ordem de santo Agostinho (Agostinianos).

A obra conhecida como *Pseudoaugustinus* trata de temas de interesse para religiosos e leigos, como esmolas, cristianismo e o livro de *Gênesis*. O texto aborda as orações ao Senhor e foi impresso em latim em Colônia em 1474.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PSEUDOAGUSTINUS. *Sermones ad heremitas*.**

Impresso em Sevilha, por Tres Compañeros Alemanes, em 1496.

*Pseudoaugustinus* é composto por uma coleção de sermões atribuídos a Agostinho de Hipona (354 d.C.-430 d.C.), Aurelius Augustinus Hipponensis ou santo Agostinho. Bispo de Hipona, atual Annaba, na Argélia, foi um dos primeiros teólogos e filósofos cristãos, tendo influenciado o desenvolvimento da cristandade e da filosofia ocidentais, bem como do pensamento medieval. É considerado um dos mais destacados teóricos do cristianismo e um dos formuladores da doutrina do pecado e da teoria da guerra justa. Com sua autenticidade questionada, houve, no século XVII, um consenso acadêmico que apontou a falsificação do *Pseudoaugustinus*, que não teria sido escrito por ele, mas, sim, no século XIV, aparentemente com a intenção de promover a Ordem de santo Agostinho (Agostinianos).

Por ter sido atribuída a santo Agostinho, a obra obteve um significativo êxito literário no fim da Idade Média, ocasião em que foi editada e reeditada. *Pseudoaugustinus* trata de temas de interesse para religiosos e leigos, como esmolas, cristianismo e o livro de *Gênesis*.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional dos *Sermones ad heremitas* foi impresso em castelhano, em 1496, na cidade de Sevilha.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813922/or813922.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813922/or813922.pdf).

**SAMUEL MAROCHITANUS. *Epistola contra judaeorum errores.***

Impresso por Lyskircher em Colônia em 1485.

Samuel Marochitanus foi um escritor judeu convertido ao cristianismo que viveu na cidade de Fez, atual Marrocos, na segunda metade do século XI.

A *Epistola contra judaeorum errores* teria influenciado alguns autores que questionavam as leis e a tradição judaica. O texto, inicialmente publicado em 1475, teve pelo menos nove edições em latim, cinco em alemão, uma em italiano, uma em castelhano, uma em inglês e uma em russo, nos anos posteriores.

Esse tipo de tratado antijudaico não foi propriamente uma novidade naquela época, uma vez que diversas políticas contra judeus ocorreram naquele período. O que se nota, contudo, é que o texto ganhou certa repercussão.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Epistola contra judaeorum errores* foi impresso na cidade de Colônia, em 1485, ou seja, dez anos após a primeira publicação.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**SÁNCHEZ DE ARÉVALO, Rodrigo. Bispo. *Historia Hispaniae compendiosa.***

Impresso por Ulrich Han em Roma em outubro de 1470.

Rodrigo Sánchez de Arévalo (1404-1470), ou Ruy Sánchez de Arévalo, foi um religioso, historiador, diplomata, teólogo e humanista castelhano. Nasceu em Santa María la Real de Nieva e faleceu em Roma. Foi embaixador dos reis Juan II (1405-1454) e Henrique IV (1425-1574), de Castela e Leão. Foi também nomeado bispo de Oviedo, em 1457, pelo papa Pio II (1405-1464), indo posteriormente para Roma, onde desenvolveu a carreira junto à Cúria.

*Historia Hispaniae compendiosa* é uma historiografia escrita por Rodrigo Sánchez de Arévalo e publicada pela primeira vez, em 1470, em Roma. A obra é dividida pelo autor em quatro partes. A primeira aborda as origens de Castela; a segunda trata do período dos godos; a terceira relata o período entre Pelayo (685-737) e Fernando III (1199-1252); e a quarta contempla o reinado de Alfonso X (1221-1284) até a época em que viveu o autor.

Esta obra é parte da coleção que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à

Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**SÁNCHEZ DE ARÉVALO, Rodrigo. *Bispo. Speculum vitae humanae*.** Impresso em Roma, por Konrad Sweynheym e Arnold Ponnatz, em 1468.

Rodrigo Sánchez de Arévalo (1404-1470), ou Ruy Sánchez de Arévalo, foi um religioso, historiador, diplomata, teólogo e humanista castelhano. Nasceu em Santa María la Real de Nieva e faleceu em Roma. Foi embaixador dos reis Juan II (1405-1454) e Enrique IV (1425-1574), de Castela e Leão. Foi também nomeado bispo de Oviedo, em 1457, pelo papa Pio II (1405-1464), indo posteriormente para Roma, onde desenvolveu a carreira junto à Cúria.

*Speculum vitae humanae* é um texto em prosa que discute o Estado e as artes, no qual o autor apresenta um conhecimento de escritores humanistas, como Francesco Petrarca (1304-1374). O texto tem sido considerado contrastante em relação à religiosidade eclesial presente em outras obras de Arévalo.

Esta obra é parte da coleção que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século

XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente. *Sacramental*.**

Impresso em 1488.

Clemente Sánchez de Vercial (137?-1426), ou Clemente Sánchez de Verbejal, foi um religioso leonês ou castelhano. Sabe-se muito pouco sobre sua vida além do fato de ter sido arqui-diácono de Valderas.

A obra *Sacramental* foi possivelmente escrita entre 1421 e 1423, com o objetivo de ensinar os sacerdotes que não eram instruídos na fé cristã, nem entendiam os sacramentos católicos. Foi por esse motivo que ele optou por publicar o conteúdo em castelhano e português, como forma de possibilitar a compreensão daqueles que, muitas vezes, não possuíam um conhecimento básico de latim. A obra foi inscrita no *Index Librorum Prohibitorum* (lista de textos considerados heréticos) antes do fim do Concílio de Trento (1545-1563), muito provavelmente por não ter sido impressa em latim. Foram ao menos 18 edições impressas em Castela e em Portugal, entre 1465 e 1551, 13 em castelhano, quatro em português e uma em catalão. Em português, são reconhecidas quatro edições — da primeira delas, de 1488, só é conhecido um exemplar, justamente o que se encontra na Fundação Biblioteca Nacional.

Esta obra fazia parte da Coleção J. A. Marques. A coleção é oriunda dos livros pertencentes a João Antônio Marques, bibliófilo fluminense residente em Portugal, que doou sua coleção de incunábulos, edições *princeps*, como-

nianas e outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial para a Fundação Biblioteca Nacional. O acervo de obras raras da instituição também recebe esse nome.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813980/or813980.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813980/or813980.pdf).

**SAVONAROLA, Girolamo. *Prediche sopra Ruth e Michea fatte dalla Pasqua all'Avvento dell'anno, em 1496.***

Impresso em Florença, por Antonio Tubini, Lorenzo di Alopa e Andrea Ghillandi, em 1499.

Girolamo Savonarola (1452-1498) foi um frade dominicano e pregador italiano, conhecido por suas profecias, pela destruição de obras de arte da cultura secular e pelas solicitações de reformas da Igreja Católica Romana. Estudou na Universidade de Ferrara, na qual se tornou mestre em Artes. Em 1475, ingressou, em Bolonha, no Convento de San Domenico, da Ordem dos Frades Pregadores, sendo ordenado sacerdote em 1476. Em 1478, foi encaminhado para o Convento Dominicano de Santa Maria degli Angeli em Ferrara. Essa transferência teria sido motivada por atritos com seus superiores em Bolonha, em razão de suas críticas ao declínio da austeridade do Convento e de sua oposição às mudanças nas regras referentes ao direito de propriedade da Ordem dos Frades Pregadores.

Em Ferrara, inicialmente, dedicou-se à instrução dos noviços e, posteriormente, escreveu obras sobre ética, filosofia e governança, além de textos devocionais e sermões. Realizou uma campanha para que Florença fosse transformada no centro do cristianismo, uma espécie de nova Jerusalém. Para alcançar esse intuito, iniciou, junto a seus seguidores, uma campanha “puritana” extremada. Em 1494, quando Charles VIII da França (1470-1498) invadiu Florença, Girolamo Savonarola aliou-se a ele e contribuiu para a expulsão dos Médici da região. Ele também desobedeceu e desafiou o papa Alexandre VI (1431-1503) quando este o convocou a Roma para explicar a razão de Florença se negar a lutar contra os franceses, motivo pelo qual foi excomungado em 1497. Preso, teria confessado, sob tortura, que havia mentido sobre suas profecias e visões. Foi enforcado e teve o corpo queimado em praça pública em 1498.

A obra *Prediche sopra Ruth e Michea fatte dalla Pasqua all'Avvento dell'anno, em 1496* faz parte dos sermões escritos por Girolamo Savonarola.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**SAVONAROLA, Girolamo. *Revelatio de Tribulationibus nostrorum temporum.***

Impresso em Paris, por Guidoem Mercatoris, em agosto de 1496.

Girolamo Savonarola (1452-1498) foi um frade dominicano e pregador italiano, conhecido por suas profecias, pela destruição de obras de arte da cultura secular e pelas solicitações de reformas da Igreja Católica Romana. Estudou na Universidade de Ferrara, na qual se tornou mestre em Artes. Em 1475, ingressou, em Bolonha, no Convento de San Domenico, da Ordem dos Frades Pregadores, sendo ordenado sacerdote em 1476. Em 1478, foi encaminhado para o Convento Dominicano de Santa Maria degli Angeli, em Ferrara. Essa transferência teria sido motivada por atritos com seus superiores em Bolonha, em razão de suas críticas ao declínio da austeridade do Convento e de sua oposição às mudanças nas regras referentes ao direito de propriedade da Ordem dos Frades Pregadores.

Em Ferrara, inicialmente, dedicou-se à instrução dos noviços e, posteriormente, escreveu obras sobre ética, filosofia e governança, além de textos devocionais e sermões. Realizou uma campanha para que Florença fosse transformada no centro do cristianismo, uma espécie de nova Jerusalém. Para alcançar esse intuito, iniciou, junto a seus seguidores, uma campanha “puritana” extremada. Em 1494, quando Charles VIII da França (1470-1498) invadiu Florença, Girolamo Savonarola aliou-se a ele e contribuiu para a expulsão dos Médici da região. Ele também desobedeceu e desafiou o papa Alexandre VI (1431-1503) quando este o convocou a Roma para explicar a razão de Florença se negar a lutar contra os franceses, motivo pelo qual foi excomungado em 1497. Preso, teria confessado, sob tortura, que havia mentido sobre suas profecias e visões. Foi enforcado e teve o corpo queimado em praça pública em 1498.

A obra *Revelatio de Tribulationibus nostrorum temporum* faz parte de um compêndio que trata das revelações deixadas aos servos de Deus por Jesus Cristo.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**SUMMENHARD, Conrad. *Oratio funebris pro Eberhardo, duce in Wurtemberg et Teck, habita Tübingae 1496.***

Impresso por Johannes Othomar em Tübingen em 1498.

Conrad Summenhard, ou Konrad Summenhart, foi um teólogo e professor germânico. São poucas as informações sobre sua vida, não se conhecendo precisamente sua data de nascimento, entre 1465 ou 1467, nem a de morte, em 1501, 1504 ou 1511. Porém, sabe-se que foi professor da Universidade de Tübingen, na qual se dedicou ao ensino da teologia, após estudos em Paris. Em 1498, foi reconhecido como doutor em teologia, tendo ainda ocupado os cargos de decano e reitor da mesma instituição.

O trabalho de Conrad Summenhard é fundamental do ponto de vista da antiga escolástica. Suas obras versam, também, sobre economia e propriedade, compra e venda de terras, bem como a teoria da usura. Ficou conhecido por negar a teoria do dízimo enquanto direito divino.

A escolástica (século IX ao século XV) buscou retomar alguns princípios filosóficos gregos. Naquele contexto, surgiu a teologia que buscava explicar racionalmente a existência de Deus, da alma, do céu e do inferno, e também as relações entre homem, razão e fé. Em outras palavras, a escolástica (ou escolasticismo) foi um tipo de pensamento relacionado às universidades medievais por volta do período entre 1100 e 1500. Para tanto, buscava conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, especialmente o da filosofia da Antiguidade Clássica, colocando uma forte ênfase na dialética para ampliar o conhecimento e resolver contradições fazendo uso da retórica e da gramática.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812075/or812075.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or812075/or812075.html).

**TOMÁS, de Aquino, São. *Commentaria super epistolas S. Pauli.***

Impresso em Veneza, por Bonetus Locatellus para Octavianus Scotus, em dezembro de 1498.

São Tomás de Aquino (1225-1274), também conhecido como Aquinas ou, em italiano, San Tommaso d'Aquino, foi um filósofo e teólogo cristão natural

de Rocca Secca, próximo a Aquino. Seus escritos foram de grande relevância para o desenvolvimento da doutrina cristã, tanto que é considerado patrono das universidades, faculdades e escolas católicas, além de ser atribuído a ele o título de Doutor da Igreja (*Angelicus Doctor*).

São Tomás de Aquino iniciou os estudos em Monte Cassino, com os monges beneditinos e, posteriormente, esteve na Universidade de Nápoles. Em 1244, ingressou na Ordem Dominicana. Foi enviado pelo mestre geral da ordem a Paris para dar continuidade a sua educação com Alberto Magno (1193-1280) e, entre 1248 e 1252, desenvolveu os estudos em Colônia. Passou grande parte da vida lecionando em Paris (1252-1259, 1269-1272) e na Península Itálica (1259-1269, 1272-1274). Seus escritos teológicos buscaram, em grande medida, aproximar a teologia cristã dos escritos do filósofo grego Aristóteles. Grande conhecedor dos escritos sagrados cristãos, Aquino escreveu comentários bíblicos, como o exemplar de incunábulo aqui apresentado. Provavelmente, São Tomás de Aquino começou a escrever esse comentário às epístolas de São Paulo no segundo período de docência em Paris entre 1269 e 1272.

O incunábulo foi impresso em Veneza em dezembro de 1498 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

## **TOMÁS, de Aquino, São. *Opuscula*.**

Impresso por Hermann Lichtenstein em Veneza em setembro de 1497.

São Tomás de Aquino (1225-1274), também conhecido como Aquinas ou, em italiano, San Tommaso d'Aquino, foi um filósofo e teólogo cristão natural de Rocca Secca, próximo a Aquino. Seus escritos foram de grande relevância para o desenvolvimento da doutrina cristã, tanto que é considerado patrono das universidades, faculdades e escolas católicas, além de ser atribuído a ele o título de Doutor da Igreja (*Angelicus Doctor*).

São Tomás de Aquino iniciou os estudos em Monte Cassino, com os monges beneditinos e, posteriormente, esteve na Universidade de Nápoles. Em 1244, ingressou na Ordem Dominicana. Foi enviado pelo mestre geral da ordem a Paris para dar continuidade a sua educação com Alberto Magno (1193-1280) e depois, entre 1248 e 1252, desenvolveu os estudos em Colônia. Passou grande parte da vida lecionando em Paris (1252-1259, 1269-1272) e na Península Itálica (1259-1269, 1272-1274). Seus escritos teológicos buscaram, em grande medida, aproximar a teologia cristã dos escritos do filósofo grego Aristóteles.

*Opuscula* pode ser compreendido como a reunião de pequenos ensaios do pensamento de São Tomás de Aquino ou breves comentários que visam a introduzir os estudos em determinados temas religiosos. Essas obras eram compostas, em grande medida, a pedido de religiosos com fins educacionais. Os dois mais conhecidos são *De ente et essentia* e *De principiis naturae*.

O incunábulo foi impresso em Veneza em setembro de 1497 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de

cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **TOMÁS, de Aquino, São. *Summa Theologica*.**

Impresso em Nuremberg, por Antonius Koberger, em janeiro de 1496.

São Tomás de Aquino (1225-1274), também conhecido como Aquinas ou, em italiano, San Tommaso d'Aquino, foi um filósofo e teólogo cristão natural de Rocca Secca, próximo a Aquino. Seus escritos foram de grande relevância para o desenvolvimento da doutrina cristã, tanto que é considerado patrono das universidades, faculdades e escolas católicas, além de ser atribuído a ele o título de Doutor da Igreja (*Angelicus Doctor*).

São Tomás de Aquino iniciou os estudos em Monte Cassino, com os monges beneditinos e, posteriormente, esteve na Universidade de Nápoles. Em 1244, ingressou na Ordem Dominicana. Foi enviado pelo mestre geral da ordem a Paris para dar continuidade a sua educação com Alberto Magno (1193-1280) e depois, entre 1248 e 1252, desenvolveu os estudos em Colônia. Passou grande parte da vida lecionando em Paris (1252-1259, 1269-1272) e na Península Itálica (1259-1269, 1272-1274). Seus escritos teológicos buscaram, em grande medida, aproximar a teologia cristã dos escritos do filósofo grego Aristóteles.

*Summa Theologica* é a principal obra inacabada de São Tomás de Aquino e referência para o pensamento tomista posterior. Provavelmente iniciada em 1266, foi nesta obra, dividida em três grandes partes, que Aquino escreveu sobre os conhecimentos do que é Deus em si (*Prima pars*), o movimento racional em direção a Deus (*Secunda pars*) e Cristo como caminhada para Deus (*Tertia pars*). O incunábulo pertencente à coleção da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Nuremberg em janeiro de 1496.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**TOMÁS, de Aquino, São. *Tractatus de corpore Christi.***

Impresso por Lyskirchen em Colônia em 1485.

São Tomás de Aquino (1225-1274), também conhecido como Aquinas ou, em italiano, San Tommaso d'Aquino, foi um filósofo e teólogo cristão natural de Rocca Secca, próximo a Aquino. Seus escritos foram de grande relevância para o desenvolvimento da doutrina cristã, tanto que é considerado patrono das universidades, faculdades e escolas católicas, além de ser atribuído a ele o título de Doutor da Igreja (*Angelicus Doctor*).

São Tomás de Aquino iniciou os estudos em Monte Cassino, com os monges beneditinos e, posteriormente, esteve na Universidade de Nápoles. Em 1244, ingressou na Ordem Dominicana. Foi enviado pelo mestre geral da ordem a Paris para dar continuidade a sua educação com Alberto Magno (1193-1280) e depois, entre 1248 e 1252, desenvolveu os estudos em Colônia. Passou grande parte da vida lecionando em Paris (1252-1259, 1269-1272) e na Península Itálica (1259-1269, 1272-1274). Seus escritos teológicos buscaram, em grande medida, aproximar a teologia cristã dos escritos do filósofo grego Aristóteles.

O incunábulo pertencente à coleção da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Colônia em janeiro de 1485.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**USUARD. *Martyrologium.***

Impresso em Veneza, por Johannes Emericus para Lucantonio de Giunta, em outubro de 1498.

Usuard foi um monge beneditino da Abadia de Saint-Germain-des-Prés em Paris. Não há muitas informações sobre seu nascimento, mas sabe-se que morreu por volta do ano de 875. Seu texto mais importante é *Martyrologium*, cujo prólogo foi oferecido ao imperador carolíngio Carlos (823-877), o Calvo, pois a obra teria sido realizada com o financiamento do monarca.

De sua vida, sabe-se que ele partiu em uma missão, em 858, na Península Ibérica, a fim de adquirir certas relíquias importantes, sendo o relato dessa jornada até hoje preservado. O *Martyrologium* é uma compilação de *Roman Martyrologium*.

A compilação era a forma da produção cronística medieval por excelência, que utilizava uma fonte principal e agregava a ela outros documentos que pudessem oferecer informações verdadeiras sobre o passado. Nesse tipo de composição, escritos como crônicas, cantares e tratados de diversas naturezas conservavam e ampliavam os saberes através da manutenção e da recuperação de modelos anteriores.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Martyrologium* de Usuard foi impresso em 1498 na cidade de Veneza e fazia parte da Coleção J. A. Marques. A coleção é oriunda dos livros pertencentes a João Antônio Marques, bibliófilo fluminense residente em Portugal, que doou sua coleção de incunábulos, edições *princeps*, camonianas e outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial para a Fundação Biblioteca Nacional. O acervo de obras raras da Biblioteca Nacional também recebe esse nome.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **VINCENT, de Beauvais. *Speculum historiale*.**

Impresso em Lyon, por Guillaume de Roy para Bartholomaeus Buyer, em julho de 1479.

O frade dominicano Vincent de Beauvais, ou Vincentius Bellovacensis, ou ainda Vincentius Burgundus (1190-1264), escreveu *Speculum maius*, uma das principais “enciclopédias” utilizadas durante a Idade Média. As informações sobre o autor não são muito precisas. Sabe-se que ele esteve na casa dos dominicanos de Paris entre 1215 e 1220 e, posteriormente, no convento dominicano fundado pelo rei da França Luís IX (1214-1270) em Beauvais, na Picardia. O monarca também teria financiado a produção de Vincent, adquirindo obras para embasar seus estudos e encomendando textos produzidos por ele.

*Speculum maius* (*Grande espelho*), de Vincent de Beauvais, compêndio do conhecimento da Idade Média, parece ter sido composto em três partes: *Speculum naturale*, *Speculum doctrinale* e o *Speculum historiale*. Todas as edições impressas, entretanto, incluem uma quarta parte, o *Speculum morale*, adicionada no século XIV.

O exemplar do *Speculum historiale* da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em francês na cidade de Lyon em 1479 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real

Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or814849/or814849.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or814849/or814849.pdf).

**WIREKER, Nigel. *Speculum stultorum*.**

Impresso em Colônia em 1499.

Nigel de Longchamps (1130-1200), também conhecido como Nigel Wireker, foi um poeta satírico inglês que escreveu em latim. Ficou conhecido por ser monge da Igreja de Cristo em Canterbury de 1186 a 1193. É autor de *Speculum stultorum* (*Espelho dos idiotas*), uma sátira no verso elegíaco latino sobre o clero e a sociedade em geral. O herói do poema é Burnellus ou Brunello, um idiota que vai em busca de um meio de prolongar sua cauda e se coloca em diversas peripécias. O poema foi bastante popular por séculos.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Speculum stultorum* foi impresso em Colônia em 1499 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada

por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.



# Textos laicos e/ou em vernáculo

Nesta parte, estão agrupados os textos produzidos, em sua maioria, de nobres para nobres, destacando-se os de viés humanista, medicinal e astronômico, bem como regulamentos de cidades e códigos de conduta. Ou seja, são textos com temáticas laicas, literaturas profanas e obras majoritariamente em língua vernácula e que foram produzidas, principalmente, nos anos finais da Idade Média, mais especificamente do século XII em diante. Para entender esse contexto de produção, é preciso pensar um pouco no universo laico medieval a partir do século XII.

Segundo o pesquisador Jacques Verger, mesmo em sociedades como a ocidental na Idade Média, em que a maioria da população era iletrada e a palavra oral era frequentemente acompanhada de um gestual codificado, notadamente preponderante como suporte da comunicação, o escrito, sob múltiplas formas, ocupava um lugar considerável, ainda que difuso. Sobre-tudo a partir dos séculos XII e XIII, quase nenhuma forma de vida religiosa, judiciária, administrativa e econômica, para não falar das relações correntes entre os indivíduos, as famílias ou os grupos sociais, pôde se manter sem o recurso da escrita, latina ou vernacular.<sup>94</sup>

Antes de abordar o contexto da produção escrita que começou a se estabelecer a partir do século XII no Ocidente medieval — pois é o período que mais interessa aqui, devido ao volume da produção de textos que será convertida em incunábulo a partir da segunda metade do século XV — cabe destacar, todavia, como descreveu o medievalista Jacques Le Goff, que, antes do século XII, houve tentativas de criação de um ambiente letrado. Exemplar é o caso dos reis franceses carolíngios que buscaram estabelecer uma base cultural em suas cortes. Carlos Magno (742-814), por exemplo, atraiu à sua corte os mais notáveis sábios, entre os quais Alcuíno de York, Paulo Diácono

---

94. Cf. VERGER, J. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: Edusc, 2001. p. 10.

e Pedro de Pisa. Já nos mosteiros de seus domínios, os copistas dedicavam-se à reprodução de manuscritos antigos, crônicas e livros religiosos. Carlos Magno incrementou o número de escolas nos mosteiros e abadias, estabelecendo assim o fornecimento de instrução aos leigos por parte da Igreja. Além disso, fundou em seu palácio a chamada Escola Palatina, que serviu de modelo a outras escolas, especialmente na França.<sup>95</sup>

A partir do século XII, e sobretudo no século XIII, os saberes passaram a ser produzidos fortemente em um novo ambiente: as cidades, que também enfrentaram consideráveis mudanças. Em vez de núcleos essencialmente voltados para o consumo, ou seja, onde se localizavam os mercados e as feiras, as cidades tornaram-se também centros de produção. Foi assim que a Idade Média assistiu ao desenvolvimento do artesanato. A cidade, segundo Le Goff, desempenhou dois papéis muito importantes. Em primeiro lugar, engendrou o surgimento de uma nova categoria social — a burguesia —, beneficiária das franquias e liberdades urbanas. Em segundo lugar, foi nas cidades que se desenvolveu uma instituição fundamental, muito diferente da que existia na Antiguidade: a escola. Ou melhor, o que aparece no século XII são as escolas urbanas, que seriam chamadas hoje de escolas primárias e secundárias. Essas escolas tiveram um papel destacado na escolarização das crianças, inclusive das meninas. Para Le Goff, a importância do letramento está relacionada com o comércio, isto é, a escrita deixa o ambiente eclesiástico para se tornar, também, uma necessidade da vida urbana. Le Goff exemplifica que o mercador medieval era um homem que lia, escrevia e calculava, mas também um homem que viajava e se informava. Foi dessa forma que as cidades se tornaram o berço da alfabetização e da instrução, dada a nova categoria social que nelas se estabeleceu.<sup>96</sup>

O fortalecimento das cidades, sem dúvida, provocou a metamorfose das escolas monásticas e episcopais, nas quais se ministrava, em latim, o ensino superior. O pesquisador Jacques Verger, no livro *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII* e no verbete *Universidade*, do *Dicionário temático do Ocidente medieval*,<sup>97</sup> organizado por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, argumenta que a universidade é uma das grandes criações da Idade

---

95. LE GOFF, J. A tentativa de organização germânica. In: LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005. p. 43-44.

96. Cf. idem. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; passim.

97. VERGER, J. Universidade. In: LE GOFF, J.; SCHIMITT, J. C. *Dicionário temático de história Medieval*. Bauru: Edusp, 2002. p. 573-588. v. I.

Média. É uma instituição caracterizada pelo caráter corporativo e destinada ao que se entende atualmente como ensino superior.<sup>98</sup>

Verger considera as universidades como instituições “originais” em seu formato e construídas por volta de 1200, mas, nem por isso, elas deixam de ser herdeiras de outras tradições de ensino anteriores.<sup>99</sup> Para ele, “a escola antiga, pública e laica, acabou por desaparecer nos primeiros decênios do século VI na Gália, Espanha e Itália”.<sup>100</sup> No lugar delas, o ensino passou lentamente para as mãos eclesiásticas, em escolas localizadas em catedrais e mosteiros e comandadas por bispos ou abades. Nesse contexto, além da abrangência circunscrita do público-alvo e dos conteúdos modestos em alguns locais, destacam-se duas características principais com relação ao ensino: primeiramente, a Igreja estabeleceu seu quase monopólio sobre o ensino — “os concílios provinciais e nacionais declararam obrigatório para todos os bispos e titulares das principais paróquias organizar uma escola”.<sup>101</sup> Já no mundo monástico, tornou-se tradição, “a partir do século VII, dotar os mosteiros de uma, ou até duas escolas (a escola interna para monges, a escola externa para ouvintes seculares)”.<sup>102</sup> Em segundo lugar, foram elaborados os métodos e programas dessas escolas. Segundo Verger, tais métodos e programas foram concebidos diretamente da tradição patristica do *De doctrina christiana*, de santo Agostinho, na qual ele buscou demonstrar como alguns elementos do saber antigo poderiam servir aos fins cristãos — como nos casos do entendimento da Revelação e da explicação das verdades da fé. O ensino nas escolas cristãs deveria, portanto, partir de uma iniciação às “artes liberais” dos pedagogos antigos, especialmente às artes literárias do *trivium* (gramática, retórica, dialética), para culminar na leitura comentada da Santa Escritura (*sacra pagina*). Por outro lado, as disciplinas “mecânicas” ou “lucrativas”, devido ao duplo preconceito (dos antigos com relação ao trabalho manual e do cristianismo contra o dinheiro e a matéria), eram banidas da escola, deixadas para os leigos pecadores e “iletrados” (*illetteratus* quer dizer aquele que ignora o latim, que não estudou as artes liberais).<sup>103</sup>

Por volta de 1100, algumas mudanças passaram a ocorrer: as escolas monásticas foram diminuindo e as escolas urbanas começaram a aumentar em número. Além disso, nos lugares mais isolados, os eclesiásticos dedicaram-se

---

98. Ibid., p. 573.

99. Ibid., p. 573.

100. Ibid., p. 573.

101. Ibid., p. 573.

102. Ibid., p. 574.

103. Ibid., p. 574.

a abrir escolas em troca de remuneração. Assim, o público foi alargando-se e alguns filhos de nobres, sem pretensão clerical, passaram a frequentar esses ambientes. Para Verger, tais transformações institucionais produziram uma mudança de mentalidades, pois “todos os que, desejando fazer carreira ou por simples curiosidade intelectual, queriam aprimorar seus estudos, não hesitavam em pôr-se a caminho da escola”.<sup>104</sup> O autor chama a atenção também para a mudança metodológica, iniciada nas escolas parisienses, seguindo mestres como Pedro Abelardo (1079-1142), que fomentou o primado da dialética. A dialética tinha a dupla função de introduzir no ensino problemas propriamente filosóficos e de propor um método universal de explicação dos textos e de exposição da doutrina pelo modelo da “sentença” e da “questão”. Abelardo, o primeiro a fazê-lo para estudar o texto sagrado, substituiu o comentário místico tradicional pela dialética a fim de chegar a uma formulação tão racional quanto possível das verdades da fé cristã, o que recebeu o nome de “teologia”. Os mestres parisienses do século XII aderiram ao método, o que possibilitou integrar no campo dos conhecimentos escolares disciplinas até então desdenhadas, como o direito e a medicina.<sup>105</sup> Porém, diante dessas novas possibilidades, a Igreja criou, para preservar a condução escolar, o sistema de “licença” em 1179, isto é, uma autorização para ensinar concedida pelo bispo ou por seu representante.

Jacques Verger destaca dois modelos de universidade em seus primórdios: o da Universidade de Paris e a de Bolonha. Em Paris, na primeira década do século XIII, surgiu a *Universitas magistrorum et scholarium parisiensium*, agrupamento voluntário, mas reconhecido pelo papa. O rei da França, por sua vez, concedeu e reconheceu que a jovem universidade dependia exclusivamente da jurisdição eclesiástica. Os privilégios outorgados à universidade asseguraram-lhe grande autonomia interna, colocando-a sob a tutela relativamente distante e indulgente do papado. Em torno de 1260, a Universidade de Paris tinha conquistado seu perfil institucional mais definitivo. Segundo Verger,

no início, ela era uma federação de escolas, cada mestre mantendo autoridade sobre seus alunos. Mas essas escolas foram reagrupadas, por disciplina, em faculdades: faculdade preparatória de artes, faculdades superiores de medicina, de direito canônico (o direito civil, demasiado profano, foi banido das escolas parisienses a partir de 1219) e teologia.<sup>106</sup>

---

104. Ibid., p. 575.

105. Ibid., p. 575-576.

106. Ibid., p. 577.

Note-se que

cabia às faculdades o papel de organizar uniformemente os estudos e de zelar pela ortodoxia do ensino. De longe a mais numerosa, recebendo estudantes mais jovens, a faculdade de artes tinha uma organização particular: os mestres dividiam-se segundo sua proveniência geográfica (França, Picardia, Normandia, Inglaterra).<sup>107</sup>

Em torno de 1250, uma figura foi criada para gerenciar a universidade: o reitor. Segundo Verger, “esse cargo prestigioso dava ao seu titular, no entanto, uma autoridade limitada, pois era eleito por apenas três meses”.<sup>108</sup> Além disso, na primeira metade do século XIII, foram agregados à Universidade de Paris

um certo número de conventos e de priorados de estudos pertencentes às Ordens Mendicantes (dominicanos, em 1217; franciscanos, em 1219) ou monásticas (cistercienses, em 1245; cluniacenses, em torno de 1260), desejosos de proporcionar a seus estudantes uma formação e diplomas universitários em Teologia.<sup>109</sup>

Outro dado importante foi que, nesse mesmo período, foram formados em Paris “os primeiros colégios (colégio da Sorbonne em 1257); inicialmente simples estabelecimentos de hospedagem criados por piedosos fundadores para acolher estudantes pobres”.<sup>110</sup> Entretanto, tais colégios

tornaram-se, pouco a pouco, comunidades autônomas, com personalidade própria e vida intelectual específica, o que se tornou possível pela instituição de ensinamentos internos aos colégios e, sobretudo, pela instalação neles das primeiras bibliotecas universitárias.<sup>111</sup>

Bem diferente foi a organização de outra grande universidade medieval, a de Bolonha, cujo estabelecimento foi contemporâneo à da Universidade de Paris. Nela, comparativamente, para Verger,

---

107. *Ibid.*, p. 577.

108. *Ibid.*, p. 577.

109. *Ibid.*, p. 577.

110. *Ibid.*, p. 577.

111. *Ibid.*, p. 577.

a disciplina soberana era o direito (direito civil e direito canônico); houve também escolas de artes (ensinando, principalmente, gramática e retórica) e de medicina, que se agregaram à universidade ao longo do século XIII, mas só tiveram sua autonomia reconhecida pelos juristas no final do século.<sup>112</sup>

Já a faculdade de Teologia foi criada em 1364 e comandada pelas Ordens Mendicantes. Além disso, as Universidades de Bolonha “não foram como em Paris uma federação de escolas”.<sup>113</sup> Apesar dos primeiros agrupamentos de estudantes serem documentados desde o fim do século XII, a “Comuna de Bolonha tentou em vão frear a emergência dessas associações autônomas”.<sup>114</sup> Apoiadas pelo papado,

as diversas nações de estudantes acabaram por se reunir, no início do século XIII, em duas ‘universidades’: a dos italianos ou citramontanos e a dos estrangeiros ou ultramontanos; à frente de cada uma, encontrava-se um reitor eleito anualmente.<sup>115</sup>

Vale destacar que a universidade continuou sendo privilégio de poucos, mas, para Verger, proporcionava promoção individual. É verdade que os estudos e os livros custavam caro e, a menos que se pertencesse a uma ordem religiosa ou a um colégio, eram necessários recursos para empreender e levar a bom termo os estudos universitários. Nesse contexto, também, começou a emergir, em contraponto aos reis guerreiros dos primeiros séculos medievais, a ideia de reis sábios, que não somente impulsionavam o saber em suas cortes, mas eram letrados e, muitas vezes, escritores. Para Jacques Le Goff, esse novo ideal de rei letrado, culto e mesmo erudito caminhou paralelamente à transformação das realezas em Estado administrativo e burocrático. Uma nova relação de forças estabeleceu-se entre os três poderes da Igreja, da realeza e do conhecimento, decorrente do fortalecimento das universidades. Para Le Goff, é a trilogia *sacerdotium, regum e studium*. Entretanto, se os reis adquiriram certa cultura, esta voltava cada vez mais à prática de línguas vernáculas e cada vez menos ao latim, cujo uso passava a se circunscrever ao mundo dos clérigos.<sup>116</sup>

---

112. Ibid., p. 578.

113. Ibid., p. 578.

114. Ibid., p. 578.

115. Ibid., p. 578.

116. LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005; passim.

No âmbito cultural mais amplo, os historiadores Jacques Le Goff e Jérôme Baschet têm defendido que podem ser identificados vários renascimentos ao longo da Idade Média, como o carolíngio e o do século XII.<sup>117</sup> Este último significou, segundo o medievalista brasileiro Hilário Franco Júnior, a recuperação e a revalorização da cultura greco-latina, mas também, ao mesmo tempo, a reemergência de uma cultura folclórica pré-romana.<sup>118</sup> Jacques Le Goff chamou esse processo de “reação folclórica”. Isto é, para forjar sua identidade coletiva, a recém-formada camada dos cavaleiros recorreu às tradições folclóricas. Essa pequena nobreza procurava fazer frente às antigas linhagens, que desde a época carolíngia tinham adotado a cultura clerical.<sup>119</sup> Exemplos são as composições baseadas na conhecida “matéria da Bretanha”, ou seja, lendas e contos folclóricos célticos reapropriados. A primeira delas desenvolveu-se em torno da figura do rei Artur e de seus cavaleiros da Távola Redonda. Além disso, havia a lírica trovadoresca, nascida em princípios do século XII, que exaltava o amor tanto em seu aspecto espiritual quanto no erotismo.<sup>120</sup>

Já o renascimento humanista dos séculos XIV, XV e XVI, cujo repertório foi base de diversos incunábulo presentes na coleção da Fundação Biblioteca Nacional, foi desenvolvido em ambientes burgueses e urbanos como resposta a inquietudes culturais não satisfeitas pela cultura clerical e pelo método escolástico. Mais especificamente, no contexto das repúblicas italianas, desenvolveu-se um movimento literário, cultural, artístico e ideológico nos últimos decênios do século XIV e nos primeiros anos do século XVI, chamado de Humanismo. Tal movimento caracterizou-se por uma volta ao estudo da Antiguidade Clássica, em oposição à filosofia escolástica, à lógica e à teologia dominantes nas universidades do norte da Europa, principalmente Paris e Oxford. Não se tratava somente de uma volta admirada ao passado clássico: há uma mudança substancial na concepção da vida do homem como algo não simplesmente fugaz, um mero trânsito, senão como uma etapa destinada a deixar memória e, em consequência, uma diferente forma de entender a morte como uma dolorosa ruptura com o mundo.<sup>121</sup> Segundo Jack Goody, “os primeiros humanistas italianos dos séculos XIV e XV, como Petrarca, que foi

---

117. *Ibid.*; passim. BASCHET, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

118. FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 109.

119. *Ibid.*, p. 109.

120. LE GOFF, J. *op. cit.*; passim.

121. GOODY, J. *Renascimentos: um ou muitos?* São Paulo: Unesp, 2011; passim.

educado em Bolonha, evocavam constantemente uma ‘era dourada’ das letras dos tempos antigos; ‘*les temps revient*’, levando à procura de manuscritos antigos”.<sup>122</sup> Aqueles tempos

mostrariam não apenas a maneira apropriada para escrever em latim, ou de representar, mas também a maneira correta de viver, não rejeitando o mundo, mas fazendo parte dele: vida ativa (da cidade), em vez da vida contemplativa (do mosteiro).<sup>123</sup>

Os resumos que seguem tais momentos ficam bem evidentes na produção escrita. Considera-se, assim, que o Humanismo italiano esteve bastante relacionado com a produção impressa dos livros do século XV. Pode-se dizer que a impressão de textos foi uma forma comum de divulgar e acessar os textos humanistas. Outro fator a se observar é a presença de um grande número de oficinas de impressores em territórios italianos, o que indica o ambiente propício para a produção, o consumo e a divulgação de saberes.

### **ABIOSI, Giovanni. *Dialogus in astrologiae*.**

Impresso em Veneza, por Franciscus Lapidica, em outubro de 1494.

Giovanni Battista Abiosi (século XV) foi um matemático, médico e astrônomo italiano, autor de *Dialogus in astrologiae*. A produção sobre astrologia ou astronomia, conhecimentos que caminhavam juntos na Idade Média, era uma modalidade bastante conhecida do século XV e vários homens abastados dedicaram-se a seus estudos.

O entendimento de astronomia esteve, no início da Idade Média, bastante alinhado aos modelos do grego Cláudio Ptolomeu (90 d.C.-168 d.C.). Assim, grande parte dos tratados medievais de astronomia limitava-se a comentar os textos astronômicos gregos.

Com a expansão islâmica, muitas obras dos gregos foram traduzidas e estudadas. A partir do século IX, a astronomia islâmica teve grande desenvolvimento

---

122. Ibid., p. 15.

123. Ibid., p. 15.

e, graças a ela, foram desenvolvidos diversos instrumentos que ampliaram as observações astronômicas.

Surgiram, em meados da Idade Média, as universidades, que se dedicavam ao ensino das profissões liberais (teologia, direito canônico e medicina) e incluíam em seus sistemas as disciplinas conhecidas como propedêuticas: o *trivium* (gramática, retórica e lógica) e o *quadrivium* (geometria, aritmética, música e astronomia). Tal fato proporcionou um considerável desenvolvimento cultural e intelectual de temas que não se limitavam aos motivos religiosos.

Nesse sentido, os estudos de astronomia também ganharam desenvolvimento e tornaram-se mais avançados e recorrentes. Deve-se levar em conta que era comum a consulta dos movimentos dos astros para tomar decisões políticas e entender eventos importantes, o que criava um repertório de estudos para atender a necessidades dos governos.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Dialogus in astrologiae*, de Giovanni Abiosi, foi impresso em Veneza em 1494.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **AFONSO X, rei de Castela e Leão. *Tabulae astronomicae*.**

Impresso em Veneza, por Johannis Hamman de Landoia, em novembro de 1492.

Afonso X (1221-1284), o sábio ou o astrólogo, foi rei de Castela e Leão entre 1252 e 1284. Foi reconhecidamente um grande sábio de seu tempo, tendo produzido e encomendado diversas obras de notório saber, sendo sua corte conhecida pela pujança cultural. Tornou-se renomado, também, pela guerra contra os mouros e pela expansão do reino de Castela.

Durante seu reinado, Afonso X impulsionou a economia, sobretudo o pastoreio e a agricultura, e fomentou o povoamento de terras tomadas aos mouros, como os reinos de Múrcia e Baixa Andaluzia. Além disso, foi um reconhecido legislador, com a produção, em castelhano, de *Fuero real de Castela e das siete partidas*. Escreveu obras de história como *A primeira crônica geral de Espanha* e cantigas de amor e de maldizer. Uma de suas obras mais conhecidas são *As cantigas de Santa Maria*, cancionero sacro acerca dos prodígios da Virgem Maria com 430 composições musicadas. Já *El libro del saber de astronomia* é um texto astronômico baseado nos conhecimentos ptolomaicos. A elaboração dessa obra contou com o trabalho de diversos estudiosos da época, que viviam sob a proteção de Afonso X. Para a sua elaboração, o rei construiu um

observatório astronômico. A partir daí, foram compostas as *Tabelas afonsinas*, com as posições astronômicas dos planetas, baseadas nos cálculos dos árabes.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Tabelas afonsinas* foi impresso com caracteres góticos em Veneza em 1492 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or153928/or153928.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or153928/or153928.pdf).

### **BARBARO, Ermolao. *Castigationes Plinianaes*.**

Impresso por Eucharius Silber em Roma entre 1492 e 1493.

Ermolao Barbaro (1454-493), o Jovem, era oriundo de uma família veneziana influente nos círculos literários da época e contribuiu para reformular o ensino da filosofia aristotélica na Universidade de Pádua, na qual estudou e lecionou. Um dos objetivos desse humanista italiano era simplificar a tradução de textos gregos para o latim e fazer anotações e comentários de obras de autores clássicos como Aristóteles, Plínio, o Velho, e Plínio, o Jovem.

Em *Castigationes Plinianaes*, teceu comentários sobre a obra *História natural*, de Plínio, o Velho, famoso escritor romano que morreu durante a erupção do Vesúvio em 79 d.C.

O retorno aos clássicos, no período de Ermolao Barbaro, estava relacionado com o próprio movimento humanista italiano dos séculos XIV, XV e XVI, que buscava nos textos antigos repostas que a cultura clerical não era mais capaz de contemplar. Assim, tal movimento caracterizou-se como uma volta ao estudo da Antiguidade Clássica, em oposição à filosofia escolástica, à lógica e à teologia dominantes nas universidades do norte da Europa. Não se tratava somente de uma volta ao passado clássico, mas sim de uma mudança substancial na concepção da vida do homem como algo não simplesmente fugaz, um mero trânsito para se chegar ao ideal de vida no paraíso.

O exemplar desse incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional foi publicado em Roma entre 1492 e 1493.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**BARBARO, Ermolao. *Oratio ad Fridericum III imperatorem et Maximilianum I regem romanorum.***

Impresso em Veneza, por Antonius de Strata, em agosto de 1480.

Ermolao Barbaro (1454-1493), o Jovem, era oriundo de uma família veneziana influente nos círculos literários da época e contribuiu para reformular o ensino da filosofia aristotélica na Universidade de Pádua, na qual estudou e lecionou. Um dos objetivos desse humanista italiano era simplificar a tradução de textos gregos para o latim e fazer anotações e comentários de obras de autores clássicos como Aristóteles, Plínio, o Velho, e Plínio, o Jovem.

Em *Castigationes Plinianaes*, teceu comentários sobre a obra *História natural*, de Plínio, o Velho, famoso escritor romano que morreu durante a erupção do Vesúvio em 79 d.C.

O retorno aos clássicos, no período de Ermolao Barbaro, estava relacionado com o próprio movimento humanista italiano dos séculos XIV, XV e XVI, que buscava nos textos antigos repostas que a cultura clerical não era mais capaz de contemplar. Assim, tal movimento caracterizou-se como uma volta ao estudo da Antiguidade Clássica, em oposição à filosofia escolástica, à lógica e à teologia dominantes nas universidades do norte da Europa. Não se tratava somente de uma volta ao passado clássico, mas sim de uma mudança

substancial na concepção da vida do homem como algo não simplesmente fugaz, um mero trânsito para se chegar ao ideal de vida no paraíso.

Nesse sentido, o texto produzido por Ermolao Barbaro acerca dos imperadores do Sacro Império Romano-germânico, Frederico III (1415-1493) e Maximiliano I (1459-1519) — futuro imperador ainda na época do texto —, em forma de oração, era um tipo bastante comum do período, em que homens notáveis escreviam textos em forma de sagração e valorização dos monarcas reinantes ou que iriam ascender ao poder. A coleção de incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional possui vários exemplares desse gênero de texto. Este exemplar foi impresso em Veneza em 1480.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or795698/or795698.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or795698/or795698.html).

### **BARTHOLOMAEUS Anglicus. *De proprietatibus rerum.***

Exemplar 1: impresso em Lyon, por Nikolaus Philippi e Markus Reinhard, em julho de 1480. Latim.

Exemplar 2: impresso em Tolosa, por Heinrich Mayer, em setembro de 1494. Castelhana.

Muito pouco se sabe sobre a vida de Bartholomaeus Anglicus (século XIII). Provavelmente nasceu na Inglaterra, realizou os estudos em Oxford e foi professor de teologia em Paris, onde, possivelmente, idealizou sua mais famosa obra: *De proprietatibus rerum*.

A obra pertencente à coleção de incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional foi elaborada no período entre 1230 e 1250 pelo autor franciscano. O texto era empregado como material de ensino durante o período medieval devido à grande quantidade e à diversidade de suas informações e dividia-se em 19 partes, nas quais são apresentados desde temas teológicos e filosóficos, até conteúdos de zoologia, astronomia, geologia, geografia e biologia. Essa fusão de temas deixa bastante claro que o Humanismo não é um rompimento com o pensamento clerical anterior, apenas uma busca de nova forma de pensar os mesmos assuntos.

Estes exemplares de incunábulo foram impressos tanto em língua latina quanto castelhana e faziam parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção

teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812074/or812074.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or812074/or812074.pdf).

### **BOCCACCIO, Giovanni. *De casibus virorum illustrium*.**

Impresso em Sevilha, por Meinhard Ungut e Stanislau Polonus, em dezembro de 1495.

O humanista Giovanni Boccaccio (1313-1375), filho de um importante mercador florentino, passou grande parte da juventude em Nápoles, onde iniciou os estudos na área do Direito, retornando depois de 1340 a Florença, sua possível cidade natal. Após seu retorno, passou a se dedicar às atividades literárias e oficiais nas embaixadas da Romanha, Milão, Nápoles e Avignon. Sua principal obra é *Decameron*, reunião de cem histórias seculares que exploram variadas temáticas, em grande parte sexuais, ambientadas em um contexto de peste, nas quais a natureza humana se expressa em tom de realismo. Posteriormente, seus textos passaram a ser, em grande medida, influenciados pelos escritos do famoso humanista italiano Francesco Petrarca

(1304-1374), a quem destina uma das biografias presentes na obra *De casibus virorum illustrium*.

Os debates intelectuais, as transformações no pensamento e as novas formas de piedade, além das demandas de reforma constituem uma parte das mudanças de atitude na concepção do homem e a visão do mundo do que podemos denominar Humanismo. Longe do conceito humanista como fenômeno renascentista, antagônico ao medieval, o Humanismo é tão medieval quanto os séculos XIV e XV, embora seu interesse, sua orientação e seu âmbito de desenvolvimento sejam diferentes de conceitos chamados de medievais.

Boccaccio iniciou, possivelmente, a escrita de *De casibus virorum illustrium* em 1355 e visava a fornecer provas dos caprichos da fortuna através da biografia moral de 56 personagens.

O incunábulo dessa obra pertencente à Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Sevilha em dezembro de 1495, em língua castelhana.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **BOÉCIO. *De consolatione philosophie*.**

Impresso em Sevilha, por Meinhard Ungut e Stanislaus Polonus, em 1497.

Boécio (48? d.C.-52? d.C.) — Anitius Manlius Torquatus Severinus Boethius, em latim — foi um romano de origem senatorial, pertencente a uma família de influência política, cultural e administrativa do reino ostrogodo de Teodorico (454 d.C.-526 d.C.). Foi educado, provavelmente, em escolas neoplatônicas atenienses e alexandrinas, o que permitiu que adquirisse grande conhecimento das obras de Platão e Aristóteles. Além disso, era grande conhecedor dos tratadistas posteriores, dedicados aos estudos da aritmética, música, geometria e astronomia.

A obra mais conhecida de Boécio é *De consolatione philosophie*, escrita em 523 d.C., durante sua prisão ocasionada por uma acusação de alta traição e que culminou em sua morte no ano seguinte. Nesse texto, o autor retrata um diálogo entre ele e a filosofia, que, por sua vez, traça a transitoriedade das matérias terrenas e a superioridade das coisas da mente.

Com claras influências neoplatônicas, este incunábulo compõe o acervo da Fundação Biblioteca Nacional e foi impresso em castelhano na cidade de Sevilha em 1497. O exemplar pertenceu à coleção da Real Biblioteca, que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma

biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **BOSSIUS, Donatus. *Chronica*.**

Impresso por Antonio Zoratus em Milão em 1492.

Nos primeiros séculos da Idade Média, a crônica caracterizou-se por ser mais abreviada, pela preocupação em datar os eventos e por dar continuidade à crônica de Eusébio de Cesareia, iniciada no livro de Gênesis e complementada pelas narrativas dos reinados vigentes. A partir do século XII, a crônica deixa de ser uma simples sequência da história de Eusébio e torna-se uma obra cada vez mais independente. *Chronica*, de Donatus Bossius (1436-1500), é um exemplo de crônica universal que aborda a história desde a Criação até seu próprio tempo. Foi por meio da compilação de textos antigos que se iniciou a escrita da história, e é importante pensar como era elaborado um texto de caráter compilatório. O que um compilador fazia era escolher a fonte principal e acrescentar-lhe breves passagens de outras fontes ou, ao contrário, combinar em partes iguais vários relatos anteriores. Portanto, era necessária uma certa erudição por parte do compilador para saber qual a melhor escolha e a melhor forma de arrematar o texto. Vale lembrar ainda que a ideia de um nome próprio garantindo propriedade jurídica autoral, junto com a ideia de

plágio, surge somente no século XIX, mas a presença de um autor assegurando a unidade a uma obra começa a emergir por volta do século XVI com os processos inquisitoriais, quando se passou a procurar e a punir responsáveis pela escrita. Portanto, os atos compilatórios não eram considerados plágio na época medieval, mas uma prática de erudição. Assim, no tipo cronístico, o autor tinha como base textos anteriores, aos quais acrescentava documentos sobre o momento contemporâneo, dando continuidade aos escritos.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Chronica*, de Donatus Bossius, foi impresso em Milão em 1492 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **BRANT, Sebastian. *Narrenschiff*. Latim.**

Exemplar 1: impresso por Johann Bergamann na Basileia em 1497.

Exemplar 2: impresso por Johann Bergamann na Basileia em 1497.

Sebastian Brant, ou Sebastian Brandt (1458-1521), foi um humanista e escritor germânico de sátiras. Nasceu em Estrasburgo, atualmente território francês, e iniciou os estudos de Filosofia na Universidade da Basileia,

mudando, posteriormente, para o curso de Direito. A partir de 1484, passou a lecionar na mesma universidade. Embora fosse conservador em suas ideias religiosas, não se furtava em criticar as idiossincrasias da Igreja nas suas obras. Foi a poesia neolatina que inicialmente atraiu os olhares para a produção intelectual de Sebastian Brant. Ele, insatisfeito com seu público limitado, resolveu traduzir sua poesia, bem como as outras obras, para o alemão. Além das sátiras, sua produção intelectual inclui obras sobre o direito civil e o direito canônico.

*Narrenschiff*, inicialmente publicado em 1494, é considerada por muitos a obra-prima de Sebastian Brant. Esse texto é uma sátira que critica os vícios de seu tempo, em que um barco cheio de tolos, incluindo o capitão e a tripulação, vai parar no paraíso dos tolos.

Essa obra pertence à coleção que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813107/or813107.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813107/or813107.pdf).

**CHAMPIER, Symphorien. *Janua logicae et physicae.***

Impresso em Lyon, por Guillaume Balsarim, em outubro de 1498.

Symphorien Champier (1472-1535) foi um médico francês. Nascido em Saint-Symphorien, formou-se em Medicina pela Universidade de Montpellier e, posteriormente, passou um período na Itália acompanhando o duque de Lorraine, de quem foi médico pessoal. Depois disso, fixou-se em Lyon, na França, onde fundou o Colégio de Médicos de Lyon, tendo contribuído ainda com a *L'École des Médecins* de Lyon. Além disso, estudou medicina árabe e ciência grega. Publicou diversas obras nas quais desconstruía a medicina árabe, que seria, segundo ele, uma falsificação da ciência grega. Symphorien Champier também se notabilizou pela ferrenha oposição ao ocultismo renascentista.

A obra *Janua logicae et physicae*, que trata da filosofia da natureza humana, fazia parte da coleção J. A. Marques. Tal coleção é oriunda dos livros pertencentes a João Antônio Marques, bibliófilo fluminense residente em Portugal, que doou sua coleção de incunábulo, edições *princeps*, camonianas e outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial para a Fundação Biblioteca Nacional. O acervo de obras raras da Biblioteca Nacional também recebe esse nome.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**CHRONIC. *Venediger.***

Impresso em 1500.

Um gênero representativo dos primeiros séculos medievais foi a crônica universal, uma elaboração consagrada com o bispo Eusébio de Cesareia no século IV. Para ele, também existiam duas formas de registro do passado: a crônica e a história. Embora sua definição de história seja quase a mesma dos antigos, sua concepção de crônica testemunhou um progresso com relação aos anais, que mencionavam os eventos ano a ano sem uma narrativa elaborada. A história seria mais ampla, já a crônica seria um relato mais abreviado, com grande preocupação em dar a continuação do tempo. Eusébio não só define os termos como também transita pelos dois modelos em *História eclesiástica* e em *Crônica universal*. A crônica universal, modelo que depois de Eusébio de Cesareia tornou-se tradicional, começa pela narração do livro de Gênesis e

aborda a história de um povo unido em uma só igreja. Nesse tipo recorrente, o cronista tinha a possibilidade de incluir a história do seu próprio tempo no conjunto histórico universal numa continuidade linear.

Foi por meio da compilação de textos antigos que se iniciou a escrita da história. É importante pensar como era elaborado um texto de caráter compilatório. O que um compilador fazia era escolher a fonte principal e acrescentar-lhe breves passagens de outras fontes ou, ao contrário, combinar em partes iguais vários relatos anteriores. Portanto, era necessária uma certa erudição por parte do compilador para saber qual a melhor escolha e a melhor forma de arrematar o texto. Vale lembrar, ainda, que a ideia de um nome próprio garantindo propriedade jurídica autoral, junto com a ideia de plágio, surge somente no século XIX, mas a presença de um autor assegurando unidade a uma obra começa a emergir por volta do século XVI com os processos inquisitoriais, quando se passou a procurar e a punir responsáveis pela escrita. Portanto, os atos compilatórios não eram considerados plágio na época medieval, mas uma prática de erudição. Assim, no tipo cronístico, o autor tinha como base textos anteriores, aos quais acrescentava documentos sobre o momento contemporâneo, dando continuidade aos escritos.

O exemplar de *Venediger* da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em 1500, porém não se sabe o impressor nem o local.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **COLOMBO, Cristóvão. *Carta* (18 de fevereiro de 1493).**

Impresso em Roma, por Stephan Planck, em abril de 1493.

Cristóvão Colombo (1451-1506) foi um navegador genovês que se tornou conhecido por ser o primeiro a apresentar informações verossímeis sobre a existência do continente americano. Cabe ressaltar que existem muitos fatos desconhecidos — objeto de especulação — em sua biografia. Colombo viveu alguns anos no arquipélago da Madeira, em Portugal, onde casou com Filipa Moniz e desenvolveu uma teoria de que era possível alcançar o Oriente navegando pelo Ocidente, sempre pelo hemisfério norte. Após apresentar o projeto a dom João II, o Príncipe Perfeito, de Portugal, que recusou a oferta, Colombo procurou, em 1486, em Castela, os reis Fernando II (1452-1516) de Aragão e Isabel I (1451-1504), de Castela, os Reis Católicos, que também dispensaram seus serviços. Foi somente em 1492 que convenceu a rainha Isabel a financiar

seu projeto. Partiu da Europa em 3 de agosto de 1492, tendo chegado em 12 de outubro do mesmo ano ao Novo Mundo.

A carta do navegador Cristóvão Colombo foi escrita pouco após seu retorno do Novo Mundo e aborda as primeiras informações daquele que, futuramente, veio a ser conhecido como continente americano. Foi traduzida e impressa em diferentes países europeus. A *Carta*, de Cristóvão Colombo, pertence à coleção Benedicto Ottoni (Coleção B. Otonni), formada por 12.600 obras sobre o Brasil colonial e o Brasil independente reunidas pelo colecionador e bibliófilo José Carlos Rodrigues (1844-1923). Em 1911, foi doada à Biblioteca Nacional pelo industrial Júlio Benedicto Ottoni, que a comprou em uma venda pública. Considera-se a Coleção B. Otonni a segunda maior doação recebida pela Biblioteca Nacional, ficando atrás apenas da que foi realizada por dom Pedro II em seu exílio.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or717303/or717303.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or717303/or717303.pdf).

### **CONTRA falsas Francorum litteras pro defensione honoris serenissimi. Romanorum regis.**

Impresso por Dominicus Rocociola em Modena em maio de 1492.

A obra *Contra falsas Francorum litteras pro defensione honoris serenissimi. Romanorum regis* está relacionada com as disputas civis e eclesiásticas de domínios de poder — dos homens e o de Deus (representado pela Igreja). Tais teorias estão embasadas em tratados políticos, mas também em vertentes filosóficas de entendimento do mundo.

A escrita em forma de epístolas foi bastante comum no período medieval, em que eram proferidas informações bastante aprofundadas em defesa ou refutação de algo. Muitas vezes, o conteúdo era para ser debatido com um interlocutor individual ou destinado a um público mais amplo (o povo de reino ou membros de conselhos, por exemplo) como forma de marcar uma posição política ou influenciar em uma tomada de decisão. Cabe mencionar que o gênero epistolar tem ressonância nos escritos bíblicos — como as cartas aos apóstolos. Isso tornava esse tipo de comunicação bastante recorrente no ocidente medieval.

Considera-se que a Idade Média se apropriou e adaptou a retórica clássica. Sua adaptação mais notável nas epístolas medievais é a formatação das cinco partes, uma clara analogia às partes principais da oratória propostas por Cícero: saudação, introdução, narração, petição e conclusão. A arte retórica medieval conjugava os mesmos preceitos do discurso oral na composição das epístolas; em outras palavras, os princípios retóricos poderiam ser aplicados tanto para escrever quanto para falar. O que não foi propriamente uma novidade com relação à Antiguidade, a partir do século XI, na Bolonha, era a formulação de tratados escritos a respeito do gênero epistolar especificamente, ou seja, que abordavam a retórica em cartas, a *ars dictaminis*. Na Antiguidade, os manuais de retórica estavam mais preocupados com a oralidade e, quando falavam de cartas, estavam associadas à oralidade.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra *Contra falsas Francorum litteras pro defensione honoris serenissimi. Romanorum regis* foi impresso em Modena em 1492.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **EYB, Albrecht von. *Margarita poetica.***

Impresso em Veneza, por Theodorus de Ragazonibus, em fevereiro de 1487.

Albrecht von Eyb (1420-1475) nasceu em Burgoberbach, atual Alemanha. Após iniciar os estudos em Erfurt, aprofundou-se em humanidades nas Universidades de Pavia, Pádua e Bolonha, com ênfase em direito canônico e civil. Ainda na Península Itálica, tornou-se camerlengo do papa Pio II (1405-1464). Mais tarde, em território germânico, tornou-se arqui-diácono de Würzburg.

A *Margarita poetica*, de Albrecht von Eyb, foi publicada pela primeira vez em Nuremberg. Nessa obra, uma coletânea de passagens em prosa e verso, o autor resumiu os mais importantes preceitos da retórica, bem como apresentou os principais autores latinos que teorizaram sobre o tema. Dessa forma, pretendia alcançar os leitores desejosos por conhecer a arte da retórica, relevante para as principais atividades profissionais e para a vida das pessoas da época. Esse interesse decorria da necessidade de as pessoas terem maior fluidez na palavra, tanto nas relações pessoais quanto nas profissionais.

Esta obra pertence à coleção que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755.

A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**FEDELE, Cassandra. *Oratio pro Bertucio Lamberto*.**

Exemplar 1: impresso em Nuremberg, por Pierre Wagner, em novembro de 1489.

Exemplar 2: impresso em Modena, por Domenico Rochizola, em 1494.

Cassandra Fedele (1465-1558) foi uma estudiosa italiana das últimas décadas do Quatrocentos. Segundo seus escritos, seu pai era membro da aristocracia veneziana e incentivou a educação da filha. Quando alcançou grau avançado em grego e latim, aos 12 anos, foi enviada para o monge Gasparino Borro a fim de receber conhecimentos em literatura clássica, filosofia, ciências e dialética. Em 1487, alcançou sucesso na Península Itálica e no exterior quando fez um discurso em louvor das artes e das ciências em Pádua. Seu discurso, *Oratio pro Bertucio Lamberto*, foi publicado em Modena (1487), Veneza (1488) e Nuremberg (1489).

Fedele obteve reconhecimento por meio de sua escrita e de suas habilidades de oratória. Além das cartas e orações (um volume com 123 cartas e três orações foi publicado em Pádua em 1636), acredita-se que ela também escreveu poesia latina. Participou, com humanistas influentes, de debates públicos sobre assuntos filosóficos e teológicos, sendo também convidada para falar

no senado veneziano sobre o tema da educação superior para as mulheres. Em uma carta a Lorenzo de Médici (1449-1492), o humanista e poeta Angelo Poliziano (1454-1494) elogiou-a por sua excelência em latim e italiano, bem como por sua beleza. O sucesso de Fedele, no entanto, foi de curta duração. Os pontos altos de suas atividades acadêmicas ocorreram entre as idades de 22 e 33 anos, pouco antes de seu casamento. Depois que se casou, escreveu algumas letras e foi convidada apenas uma vez, em 1556, para entregar um discurso público em honra da rainha da Polônia, Bona Sforza (1494-1558), quando ela esteve em Veneza.

Os exemplares da Fundação Biblioteca Nacional de *Oratio pro Bertucio Lamberto* foram impressos em Nuremberg e Modena, respectivamente, em 1489 e em 1494.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**FORESTI, Jacobo Filippo, da Bergamo. *Supplementum chronicarum.***

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Bernardino Benalio, em agosto de 1483.  
Exemplar 2: impresso em Veneza, por Bernardino Benalio, em dezembro de 1486.

Um gênero representativo dos primeiros séculos medievais foi a crônica universal, uma elaboração consagrada com o bispo Eusébio de Cesareia (263 d.C.-339 d.C.) no século IV. Eusébio responde pelos primeiros relatos de que se tem notícia acerca da história do cristianismo primitivo. Para ele, existiam duas formas de registro do passado: a crônica e a história. Embora sua definição de história seja quase a mesma dos antigos, um relato mais acabado, sua concepção de crônica testemunhou um progresso com relação aos anais, que mencionavam os eventos ano a ano sem uma narrativa elaborada. A história seria mais ampla, já a crônica seria um relato mais abreviado, com grande preocupação em dar a continuação do tempo. Eusébio não só definiu os termos como também transitou pelos dois modelos em *História eclesiástica* e em *Crônica universal*.

*Crônica universal*, modelo que depois de Eusébio de Cesareia tornou-se tradicional, começa pela narração do livro de Gênesis e aborda a história de um povo unido em uma só igreja. Nesse tipo recorrente, o cronista tinha a possibilidade de incluir a história de seu próprio tempo no conjunto histórico universal em uma continuidade linear.

A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares de incunábulo do *Supplementum chronicarum*, de Jacobo Filippo Foresti (1434-1520), impressos em Veneza em 1483 e 1486. O exemplar de 1483 fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812068/or812068.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or812068/or812068.pdf).

**GEOGIJEVIC, Bartolomej. *Tractus de ritu et moribus Turcorum*.**

Impresso por Johan Koelhoff em Colônia em 1488.

Escrito, provavelmente, por um dominicano, o *Tractus de ritu et moribus Turcorum* é um tratado acerca dos ritos e costumes dos reinos turcos. Esse tipo de obra foi bastante comum na Europa medieval, sobretudo na época da Baixa Idade Média, com o avanço dos turcos em relação ao Ocidente e com a intensificação das viagens ao Oriente, principalmente das ordens mendicantes como os dominicanos.

O exemplar do *Tractus de ritu et moribus Turcorum* foi impresso em Colônia em 1488 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **GOMEZ DE CIUDAD REAL, Fernando. *Centon epistolario*.**

Impresso em Burgos, por Juan de Reiasu, em 1499.

Esse autor tem caráter apócrifo. Em uma suposta autobiografia, ele teria nascido em 1408 e morrido em 1457 e exercido a profissão de médico junto à corte de Juan II (1405-1454) de Castela. Defende-se, todavia, que Fernando Gomez de Ciudad Real é apenas uma personagem fictícia, elaborada por algum estudioso do século XVII ou XVIII.

Entende-se que a obra *Centon epistolario*, associada a ele, é também apócrifa e que, devido aos caracteres góticos, foi considerada um incunábulo. Dezenas de catálogos incorporam tal texto e tal autor ao catálogo de incunábulo, embora a obra tenha sido forjada em séculos posteriores. Considera-se, portanto, que o *Centon epistolario* é apenas um pseudoincunábulo.

Essa obra fazia parte da coleção da Fundação Biblioteca Nacional, que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma

biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **JOANNES de Hesse. *Itinerarius*.**

Impresso por Richard Paffroet em Deventer em 1499.

Esse incunábulo aborda as jornadas de Johannes de Hesse (século XIV) para terras distantes em 1389. É um escrito similar ao de Jean de Mandeville, pois Hesse trabalhava com narrativas lidas, porém amarradas na história como se ele mesmo tivesse visto. Assim, descreveu mundos fantásticos de canibais, pigmeus, unicórnios e os Jardins do Paraíso. Como em Mandeville, o *Itinerarius*, de Hesse, é um lugar de desenvolvimento da viagem literária, mais do que a viagem física. O trajeto tem como objetivo atingir a cidade de Jerusalém, o que era bastante comum nos relatos desse tipo. No trajeto, vários outros locais são percorridos, trazendo nas descrições lugares e histórias fantásticos.

O texto se assemelha ao relato *Viagens de Jean de Mandeville*, que foi supostamente escrito por um nobre cavaleiro inglês por volta de 1356 ou 1357 que se tornou uma das obras de informação geográfica e de leitura popular mais divulgadas na Europa entre o fim do século XIV e os séculos XV e XVI, sendo possível contabilizar aproximadamente 250 manuscritos produzidos em várias línguas europeias. O sucesso do texto e do gênero deveu-se, prova-

velmente, ao fato de que ele satisfazia a um público diverso, tanto aqueles que tinham curiosidade por saber coisas novas sobre o Oriente, quanto outros interessados nos conhecimentos geográficos. O relato veiculava uma imagem do mundo que pode ser considerada representativa da que era partilhada entre os homens cultos europeus do século XIV.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Itinerarius* foi impresso, em 1499, na cidade de Deventer.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **LUCENA, Luis Ramírez de. *Repetición de amores y arte de ajedres.***

Impresso em Salamanca, por Leonardo Hutz e Lope Sanz, em 1494-1495.

Luis Ramírez de Lucena (1465-1530), vulgarmente referido como Lucena, foi um enxadrista e teórico espanhol, autor do mais antigo livro impresso sobre enxadrismo (técnica de jogo de xadrez): *Repetición de amores y arte de ajedres*, publicado em Salamanca entre 1494 e 1495.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional, portanto, é de uma das primeiras versões impressas do livro e fez parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813649\\_50/or813649\\_50.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813649_50/or813649_50.pdf).

**MONTANO, Nicola Apponi de Cola. *Oratio e lucenses*.**

Impresso em Roma, por Stephan Planck, em 1480.

Nicola Apponi de Cola Montano nasceu na primeira metade do século XV, em Gaggio Montano, na Bolonha — daí o nome Montano. Começam a surgir informações mais precisas sobre ele quando chegou a Milão por volta de 1456. Lá, teve contato com literatos da cidade e ocupou cargos relacionados com a linguagem e as letras latinas, o que o obrigava a escrever e proferir discursos. Um de seus discursos mais famosos e bastante divulgado foi *Oratio e lucenses*, no qual criticou a política de Lorenzo de Médici. A oração foi repetidamente impressa em 1480, mas, de acordo com Montano, sem seu consentimento e com alterações no texto. Nas orações, são tecidos insultos contra Florença e Lorenzo de Médici que, nas palavras de Cola Montano, assume o disfarce de um tirano sinistro e diabólico. Em oposição à figura de Lorenzo, cheio de virtude e magnanimidade, está a figura de Fernando de Aragão, que provavelmente encomendou a oração. Considera-se que a Idade Média se apropriou e adaptou a retórica clássica. Sua adaptação mais notável nas epístolas medievais foi a formatação das cinco partes, uma clara analogia às partes principais da oratória propostas por Cícero: saudação, introdução, narração, petição e conclusão. A arte retórica medieval conjugava os mesmos preceitos do discurso oral na composição das epístolas; em outras palavras, os princípios retóricos poderiam ser aplicados tanto para escrever quanto para falar. O que não foi propriamente uma novidade com relação à Antiguidade, a partir do século XI, na Bolonha, foi a formulação de tratados escritos a respeito do gênero epistolar especificamente, ou seja, que abordavam a retórica em cartas, a *ars dictaminis*. Na Antiguidade, os manuais de retórica estavam mais preocupados com a oralidade e, quando falavam de cartas, elas estavam associadas à oralidade.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de *Oratio e lucenses* foi impresso em Roma em 1480 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organi-

zação de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **MONTE, Lambertus de. *Copulata super VIII. Libros physicorum Aristotelis.***

Impresso por Heinrich Quentell em Colônia em 1490.

Lambertus de Monte (1430-1499), ou Lambertus de Monte Domini, nasceu em Heerenberg, atual Holanda. Em 1450, foi levado pelo tio, Gerhardus de Monte, para a Universidade de Colônia, na qual se tornou mestre em Artes em 1454. Entre 1455 e 1473, lecionou artes naquela instituição, quando se tornou doutor em Teologia e passou a trabalhar na mesma faculdade, onde ficou até sua morte. Adepto da escola tomista, ou filosofia escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274), foi um grande comentarista de Aristóteles, escrevendo, entre outras obras, *Physics*, *De anima* e *Logica nova*, impressas em Colônia.

Na *Copulata super VIII. Libros physicorum Aristotelis*, Lambertus de Monte trata das teorias no campo da física desenvolvidas pelo filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.). Essas teorias versam sobre a relação entre os quatro elementos (terra, fogo, água e ar), suas dinâmicas e como elas impactam a Terra.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Lambertus de Monte foi impresso em Colônia por volta de 1490.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or808868/or808868.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or808868/or808868.pdf).

**NEBRIJA, Antonio de. *Introductorium in cosmographiam Pomponii Melae*.**

Impresso por Nebrissensis em Salamanca em 1498.

Antonio de Nebrija (1444-1522), cujo verdadeiro nome era Antonio Martínez de Cala y Jarava, foi um autor espanhol que, entre outras obras, escreveu a primeira gramática em castelhano. Nebrija passou a infância na terra natal, Lebrija, na província de Sevilha, onde iniciou os primeiros estudos das letras latinas. Já adolescente, desenvolveu seus estudos em Salamanca e, posteriormente, com 19 anos, em Bolonha. Foi esse período na Península Itálica que lhe possibilitou aprofundar os estudos e se tornar o principal divulgador dos ideais humanistas em Castela. Entre as obras desse autor, cabe destacar, além da *Introductorium in cosmographiam Pomponii Melae* (1498): *Tabla de la diversidad de los días y de las horas* (1517), *Tabla de la diversidad de los días y horas y partes de hora en las ciudades, villas y lugares de España y otros de Europa* (1517) e *Reglas de orthographía en la lengua castellana* (1517).

A introdução em cosmografia dizia respeito a uma produção comum no período e à produção de informações geográficas. Em um primeiro momento, a geografia foi traduzida para o latim como “cosmografia” (com uma etimologia incorreta), pois não havia uma palavra em latim correspondente (se existia, era muito pouco utilizada). Desse modo, os primeiros códices latinos receberam o nome de *Cosmografia*, e mais tarde foram traduzidos corretamente com o nome *Geografia*.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Nebrija foi impresso em Salamanca em 1498.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**ORTIZ, Alonso. *Cinco tratados*.**

Impresso em Sevilha, por Tres Compañeros Alemanes, em 1493.

Alonso Ortiz (séculos XV-XVI) foi cônego da catedral de Toledo e letrado importante da corte dos Reis Católicos. Sua produção abrangeu diversos tratados que foram impressos em 1493. Registrou, nesses textos, as preocupações e os assuntos relacionados com o mundo monárquico, como a educação dos reis e as questões sucessórias.

A obra *Cinco tratados*, foi impressa pela primeira vez em Sevilha em 1493. O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional é justamente dessa primeira impressão. Como Ortiz acompanhava a rotina e os deslocamentos dos reis, foi testemunha ocular da maioria das situações que narrou.

Cabe pensar, assim, que os cinco tratados, embora com enfoques diferentes (ferimentos do rei dom Fernando; consolação da princesa Isabel; oração para os reis; defesa da proeminência de Toledo e tratado do falecimento de dom João) possuem uma unidade própria e foram publicados com autorização da monarquia. Contudo, cada um deles também pode ser considerado gênero temático tratadístico e modalidade de discursos diferentes. Isso é ainda mais notório pela presença de um prólogo em cada um dos tratados, mesmo tendo sido impressos em conjunto. A ordem dos tratados segue uma sequência cronológica.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional dos *Cinco tratados* foi impresso em Sevilha em 1493.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital0546/bndigital0546.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0546/bndigital0546.pdf).

**PALENCIA, Alfonso de. *Vocabulario universal en latín y en romance*.**

Impresso por Companeros Alemanes em Sevilha em 1490.

Alfonso de Palencia (1423-492) foi um humanista castelhano. Estudou com o historiador e “diplomata” Alfonso de Cartagena (1384-1456) e foi secretário de latim e cronista dos reis castelhanos entre 1456 e 1474. Sua história sobre o governo de Henrique IV (1425-1474) de Castela é considerada um documento de referência para o estudo desse reinado. Nela, há uma visão crítica ao rei no

que diz respeito ao favoritismo de algumas personalidades e ao trato moderado com os mouros. Como latinista, não é de se estranhar que ele tenha também elaborado estudos gramaticais sobre o vocabulário latino.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Vocabulario universal en latín y en romance* foi impresso em Sevilha em 1490 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PEROTTI, Niccolò. *Rudimenta grammatices*.**

Impresso em Roma, por Wendelinus de Wila, em setembro de 1475.

Niccolò Perotti (1429-1480) foi um humanista italiano que se dedicou à escrita de uma gramática latina. Com formação vinculada à Universidade de Pádua, também lecionou na Universidade de Bolonha. A obra *Rudimenta grammatices* é uma gramática voltada ao ensino escolar e tornou-se bastante popular em seu tempo.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Rudimenta grammatices* foi impresso em Roma em 1475 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a

organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunáveis, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813879/or813879.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813879/or813879.html).

### **PETRARCA, Francesco. *Obras. Latim.***

Impresso por Johann Amerbach na Basileia em 1496.

Francesco Petrarca (1304-1374) foi um intelectual, poeta e humanista italiano. Nascido em Arezzo, é considerado um dos precursores do Renascimento italiano e inventor do soneto (poema com 14 versos). Em Avignon, na França, cidade onde passou parte de sua vida, estudou gramática, dialética e retórica. Iniciou, ainda, estudos jurídicos na Universidade de Montpellier e os concluiu na Universidade de Bolonha. Pesquisou os manuscritos dos autores clássicos como Cícero, Virgílio e Horácio, e dedicou-se ao estudo dos poetas da Antiguidade. É tido por muitos como o criador do movimento humanista.

Autor versátil, produziu diferentes obras, entre as quais se destacam poemas épicos e obras históricas e filosóficas, além de mais de 300 sonetos. Foi

também o inspirador do Petrarquismo, movimento poético que se desenvolveu entre os séculos XV e XVII.

Os debates intelectuais, as transformações no pensamento e as novas formas de piedade e as demandas de reforma constituem uma parte das mudanças de atitude na concepção do homem e a visão do mundo daqueles que podem ser denominados humanistas. O Humanismo italiano foi um movimento literário, cultural, artístico e ideológico que se desenvolveu em ambientes urbanos e burgueses, nas comunas italianas entre os últimos decênios do século XIV e também nos primeiros anos do século XVI, caracterizando-se como uma volta ao estudo da Antiguidade clássica, em oposição à filosofia escolástica, à lógica e à teologia dominantes nas universidades do norte da Europa, principalmente Paris e Oxford.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**PETRARCA, Francesco. *Li sonetti con canzoni di Misser Francesco Petrarca con la interpretatione di Francesco Philelpho.***

Impresso em Veneza, por Peregrinus de Pasqualibus, em junho de 1486.

Francesco Petrarca (1303-1374) foi um intelectual, poeta e humanista italiano. Nascido em Arezzo, é considerado um dos precursores do Renascimento italiano e inventor do soneto (poema com 14 versos). Em Avignon, na França, cidade onde passou parte de sua vida, estudou gramática, dialética e retórica. Iniciou, ainda, estudos jurídicos na Universidade de Montpellier e os concluiu na Universidade de Bolonha. Pesquisou os manuscritos dos autores clássicos como Cícero, Virgílio e Horácio, e dedicou-se ao estudo dos poetas da Antiguidade. É tido por muitos como o criador do movimento humanista.

Autor versátil, produziu diferentes obras, entre as quais se destacam poemas épicos e obras históricas e filosóficas, além de mais de 300 sonetos. Foi também o inspirador do Petrarquismo, movimento poético que se desenvolveu entre os séculos XV e XVII.

A obra *Li sonetti con canzoni di Misser Francesco Petrarca con la interpretatione di Francesco Philelpho* fazia parte da coleção da Real Biblioteca, que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes

da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**PETRARCA, Francesco. *Trionfi col commento di Bernardo Glicino*.**

Impresso em Veneza, por Peregrinus de Pasqualibus, em abril de 1488.

Francesco Petrarca (1303-1374) foi um intelectual, poeta e humanista italiano. Nascido em Arezzo, é considerado um dos precursores do Renascimento italiano e inventor do soneto (poema com 14 versos). Em Avignon, na França, cidade onde passou parte de sua vida, estudou gramática, dialética e retórica. Iniciou, ainda, estudos jurídicos na Universidade de Montpellier e os concluiu na Universidade de Bolonha. Pesquisou os manuscritos dos autores clássicos como Cícero, Virgílio e Horácio, e dedicou-se ao estudo dos poetas da Antiguidade. É tido por muitos como o criador do movimento humanista.

Autor versátil, produziu diferentes obras, entre as quais se destacam poemas épicos e obras históricas e filosóficas, além de mais de 300 sonetos. Foi também o inspirador do Petrarquismo, movimento poético que se desenvolveu entre os séculos XV e XVII.

A obra *Trionfi col comento di Bernardo Glicino* fazia parte da coleção da Real Biblioteca, que teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se,

em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **PETRUS de Abano. *Exposito problematum Aristotelis.***

Impresso em Veneza, por Johannes Herbort, em fevereiro de 1482.

Petrus de Abano, Pietro d'Abano ou Petrus Aponensis (1250-1315), foi professor de medicina, astrônomo e filósofo italiano. Nasceu em Abano Terme e faleceu em Parma. Acusado de heresia e ateísmo, foi absolvido em 1306, porém, novamente acusado em 1315, falecendo na prisão durante a instrução do processo. Após viver na Grécia, em Constantinopla, entre 1270 e 1290, e em Paris, cidade onde conquistou o título de doutor em Filosofia e Medicina, estabeleceu-se em Pádua. Obteve significativo reconhecimento como autor da obra *Conciliator differentiarum, quae entre philosophos et medicos versantur*.

*Exposito problematum Aristotelis*, bem como toda a produção de Petrus de Abano, é um compêndio de tratados que abordam temas que variam entre medicina, astronomia e filosofia. Seus tratados apresentam comentários, traduções e revisões que os distinguem das obras produzidas por outros autores. Seu texto aborda problemas filosóficos da existência e da ética, e chegou até nós graças à intermediação dos árabes, que ajudaram a preservar e a traduzir grande parte dos textos da Antiguidade Clássica conhecidos hoje.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional de Petrus de Abano foi impresso em Veneza em 1482.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *De hominis dignitate oratio*.**

Impresso em Bolonha, por Benedictus Hectoris, em 1495-1496.

Giovanni Pico Della Mirandola (1463-1494) foi um erudito, filósofo e humanista italiano que nasceu em Mirandola e faleceu em Florença. De família nobre, filho dos condes de Concórdia e Mirandola, impressionou desde a infância por sua memória e seus dons artísticos. Em 1477, com 14 anos, foi enviado para a universidade para estudar direito canônico com o objetivo de seguir a carreira eclesiástica. Insatisfeito com os estudos jurídicos, optou por se dedicar à filosofia e à teologia. Estudou nas Universidades de Ferrara e Pádua, e também na Universidade de Paris. Tornou-se, ainda, fluente em latim, grego, hebraico, árabe e sírio. Após obter aproximadamente 70 manuscritos atribuídos ao sacerdote judeu Esdras, dedicou-se ao estudo da Cabala e do Talmude, em combinação com estudos filosóficos. Fundamentadas em Platão, suas principais obras associam religião e filosofia.

*De hominis dignitate oratio* é, talvez, ao lado de *900 teses*, a obra mais conhecida de Giovanni Pico Della Mirandola. Sua primeira edição data, provavelmente, de 1486, quando o autor tinha 23 anos. O *Discurso sobre a dignidade do homem* seria a introdução para as *900 teses*. Nessa obra, Mirandola acreditava ter decifrado as bases do conhecimento da humanidade, combinando princípios do neoplatonismo, hermetismo e cabalismo, além de lógica, matemática e física.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do texto de Giovanni Pico Della Mirandola foi impresso em Bolonha por volta de 1495.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

**POLIZIANO, Angelo. *Obras*.**

Impresso em Veneza, por Aldus Manutius, em julho de 1498.

Angelo Ambrogini (1454-1494), também conhecido como Poliziano, foi um humanista, dramaturgo e poeta de Florença. É considerado um dos artistas que reviveram o latim no período renascentista. Traduziu passagens da *Ilíada* e utilizou seu poema “Manto”, escrito em 1480, como introdução a seus estudos sobre Virgílio. A alcunha com a qual ficou conhecido, Poliziano, deriva de seu local de nascimento, Montepulciano, em latim (*Mons Politianus*).

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional das *Obras*, de Angelo Poliziano, foi impresso em Veneza em 1498 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813946/or813946.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813946/or813946.htm).

### **REGIMEN *sanitatis Salernitanum*.**

Impresso por Henrich Mayer em Toulouse em 1495.

O *Regimen sanitatis Salernitanum* é um livro de medicina dos tempos medievais. Foi composto em forma de um poema em versos hexâmetros e esteve relacionado com a Escola Médica de Salernitana.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional foi impresso em Toulouse em 1495 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No

início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **SCHEDER, Hartmann. *Liber chronicarum*.**

Exemplar 1: impresso em Nuremberg, por Anton Koberger, em julho de 1493. Latim.

Exemplar 2: impresso em Nuremberg, por Anton Koberger, em 1493. Alemão.

O incunábulo de Hartmann Schedel (1440-1514) é conhecido como *Crônica de Nuremberg*. Esta obra, diferentemente das demais descritas aqui, não passou pelo processo de impressão de textos manuscritos. Ela já foi divulgada pela primeira vez como obra impressa, ou seja, nasceu como impresso e não manuscrito. Sua primeira impressão foi em latim em 12 de junho de 1493 e depois traduzida para o alemão. A *Crônica de Nuremberg* é o maior livro ilustrado de sua época — com 1.809 xilogravuras produzidas por meio de 645 blocos — e um dos mais difundidos também (hoje, são contabilizados 1.250 exemplares da obra em incunábulos). Hartmann Schedel foi médico, humanista, bibliófilo e um dos pioneiros da cartografia impressa. A obra aborda a história do mundo, dividindo-a em sete momentos, e consiste em uma *História universal* compilada de fontes mais antigas e contemporâneas.

O empresário de Nuremberg, Sebald Schreyer, e seu cunhado, Sebastião Kammermeister, financiaram a produção do livro. Michael Wolgemut e o genro, Wilhelm Pleydenwurff, executaram as ilustrações por volta de 1490, época em que sua oficina alcançou o apogeu artístico. As vistas das cidades,

algumas reais, outras inventadas ou copiadas de modelos mais antigos, são de interesse tanto artístico quanto topográfico.

A Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares de incunábulos de *Liber chronicarum* produzidos em Nuremberg em 1493. O exemplar em alemão fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **SÍCULO, Lucio Marineo. *De Hispaniae laudibus.***

Impresso em Burgos, por Friedrich Biel, em 1497.

Lucio Marineo Sículo (1460-1533) foi um historiador e humanista siciliano que passou a maior parte da vida no reino de Castela. Foi professor de línguas e literatura grega e latina em Palermo e lecionou por 12 anos na Universidade de Salamanca. Seus escritos foram referência do chamado Renascimento espanhol.

Além de ter funções de capelão e cronista na corte do rei dom Fernando II de Aragão (1452-1516), o Católico, foi responsável também pela educação de filhos de nobres cortesãos. Como cronista, escreveu *De Hispaniae laudibus*, publicado em Burgos em 1496, primeira versão do *De rebus*

*Hispaniae memorabilibus*, que dizia respeito à vida dos Reis Católicos. Produziu, ainda, uma extensa coleção de cartas humanistas em latim: *Epistolarum familiarum*.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *De Hispaniae laudibus* foi impresso em Burgos em 1497, portanto, um ano depois da primeira versão, e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infante, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813731/or813731.html#page/1/mode/lup](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813731/or813731.html#page/1/mode/lup).

**TORTELLIUS, Johannes. *Orthographia dictionum et graecis tractarum*.** Impresso em Vicenza, por Stephanus Koblinger, em 1479.

Johannes Tortellius (1400-1466), ou Giovanni Torte, foi um humanista italiano. Seus primeiros contatos com a cultura humanística ocorreram em Florença, durante a infância. Em 1433, foi nomeado professor em Florença e, em 1445, tornou-se doutor em teologia em Bolonha. Foi bibliotecário papal e nomeado abade do mosteiro de São Sebastião em Alatri.

Tortelli era amigo de Lorenzo Valla, um dos pioneiros no estudo da língua latina. Sua principal obra foi dedicada ao papa Nicolau V (1397-1455), o *Commentariorum grammaticorum de orthographia dictionum et graecis tractarum opus*, no qual elaborou uma lista de palavras em latim com a origem do grego, idioma pelo qual tinha particular interesse. No prefácio, expôs sua visão de uma reforma em latim. Ele também escreveu um pequeno tratado médico denominado *Medicina et medicis*.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da obra de Johannes Tortellius foi impresso em Vicenza em 1479 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulos, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **VAGAD, Gualberto Fabricius de. *Crónica de Aragon.***

Impresso por Pablo Hurus em Saragoça em 1499.

Um gênero representativo dos primeiros séculos medievais foi a crônica universal, uma elaboração consagrada com o bispo Eusébio de Cesareia, no século IV. Para ele, também existiam duas formas de registro do passado: a crônica e a história. Embora sua definição de história seja quase a mesma dos antigos, um relato mais acabado, sua concepção de crônica testemunhou um

progresso com relação aos anais, que mencionavam os eventos ano a ano, sem uma narrativa elaborada. A história seria mais ampla, já a crônica seria um relato mais abreviado, com grande preocupação em dar a continuação do tempo. Eusébio não só definiu os termos como também transitou pelos dois modelos em *História eclesiástica* e em *Crônica universal*. A crônica universal, modelo que depois de Eusébio de Cesareia tornou-se tradicional, começa pela narração do livro de Gênesis e aborda a história de um povo unido em uma só igreja. Nesse tipo recorrente, o cronista tinha a possibilidade de incluir a história de seu próprio tempo no conjunto histórico universal em uma continuidade linear.

Foi por meio da compilação de textos antigos que se iniciou a escrita da história, e é importante pensar como era elaborado um texto de caráter compilatório. O que um compilador fazia era escolher a fonte principal e acrescentar-lhe breves passagens de outras fontes ou, ao contrário, combinar em partes iguais vários relatos anteriores. Portanto, era necessária uma certa erudição por parte do compilador para saber qual a melhor escolha e a melhor forma de arrematar o texto. Assim, no tipo cronístico, o autor tinha como base textos anteriores, nos quais acrescentava documentos sobre o momento contemporâneo, dando continuidade aos escritos.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional da *Crônica de Aragon*, de Gualberto Fabricius de Vagad (século XV), impresso em Saragoça em 1499, fez parte da biblioteca de dom A. Canovas del Castillo e pertenceu à coleção de Benedicto Ottoni (1811-1896). Ottoni foi um importante engenheiro, professor de matemática, membro da Marinha e político do Brasil entre o fim do Império e o início da República. Foi responsável pela construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que ligava a Serra do Mar a São Paulo e a Minas Gerais, e publicou livros diversos sobre matemática e geometria. Além disso, como fazia parte do interesse dos letrados de seu tempo, o estudo dos clássicos não passou despercebido por ele.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

### **VOCABULARIUS *utriusque juris*.**

Impresso em Veneza, por Bernardinus de Tridino, em 1498.

O texto anônimo *Vocabularius utriusque juris* trata-se do código legal popular que teve sua primeira publicação em 1475. O primeiro manuscrito de tal código legal é datado, provavelmente, de 1424.

O exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do *Vocabularius utriusque juris* foi impresso na cidade de Veneza em 1498 e fazia parte da coleção da Real Biblioteca. Esta coleção teve origem com o rei dom José (1714-1777), que ordenou a organização de uma biblioteca real em substituição à Real Biblioteca, destruída por um incêndio no terremoto de Lisboa em 1755. A nova coleção foi montada por meio de compras, doações e tomadas, como o caso das obras provenientes da Companhia de Jesus. No início do século XIX, seu acervo aproximava-se, em quantidade, dos 70 mil itens que possuía antes do terremoto — entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros. Tal acervo veio para o Brasil, entre 1810 e 1811, com a mudança da família real, junto com a Livraria do Infantado, que possuía obras destinadas ao uso dos príncipes. Em 1814, a Biblioteca Nacional, então localizada no Convento do Carmo, passou a servir ao público em geral, deixando de ser apenas a biblioteca dos monarcas. No retorno à Europa, em 1821, dom João VI (1767-1826) levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. No processo de independência, a coleção de cerca de 80 mil volumes foi arrolada pela soma de 800 contos de réis, junto com a indenização devida à família real portuguesa pelos bens deixados no Brasil. Para pagar tal indenização, realizou-se um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas com a Inglaterra.

**Área de guarda:** acervo de Obras Raras.

# Outros exemplares de incunábulos da Fundação Biblioteca Nacional

Os exemplares listados a seguir não se encaixaram na proposta de classificação apresentada ou não foram encontradas informações fidedignas suficientes para categorizá-los.

**NANQUIER, Simon (século XVI). *De lubrico temporis currículo, deq[ue] hominis miseria.***

Impresso em Paris, por Nicolaus Depres para Denis Roce, em 1500.

**PHILIPPUS A. MONTE CALERIO. *Dominicale.***

Impresso em Milão, por Ulrich Scinzenzeler, em 1498 (Coleção J. A. Marques).

**BEGENCKNUS, Kayserlicher Maiestat.**

Impresso por Johan von Winterburg em Viena em setembro de 1493.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or812072/or812072.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or812072/or812072.pdf).

**ANIANUS, fl. 1300. *Compotus cum comento.***

Impresso em Lyon, por Jean de Vingle, em 26 de julho de 1498.

**AVICENA (980-1037). *De anima. Latim.***

Impresso por Antonius Carcanus em Pavia em 1485.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital0964/bndigital0964.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0964/bndigital0964.pdf).

**GUILLAUME de Deguileville (século XIV). *Le Pèlerinage de l'âme.***

Impresso em Paris, por Antoine Verard, em abril de 1499.

**IBN EZRA, Abraham bem Meir (1092-1167). *De nativitatibus. Latim.***

Impresso por Erhard Ratdolt em Veneza em dezembro de 1484.

**IBN SERAPION, Yúhãnnã (século IX). *Liber aggregatus in medicinis simplicibus. Latim.***

Impresso em Milão, por Antonius Zarotus, em agosto de 1473 (Real Biblioteca).

**INSTITUTIONES.**

Exemplar 1: impresso por Michael Wenssler na Basileia em julho de 1478.

Exemplar 2: impresso em Veneza, por Nicolaus de Benedictis e sócios, em 1481 (*Sunderland copy*).

**MAGISTRIS, Joannes de (século XV). *Summularum Petri Hispani glossulae.***

Impresso por Heinrich Mayer em Toulouse em abril de 1488.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or814475/or814475.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or814475/or814475.html).

**MANCINELLI, Antoni (1452-1505). *De varia constructione thesaurus.***

Impresso por Stephan Planck em Roma em dezembro de 1490 (Real Biblioteca).

**MARCHESINUS, Johannes. *Mamotrectus.***

Exemplar 1: impresso em Veneza, por Franciscus Renner de Heilbronn e Nikolaus de Frankfurt, em 1476.

Exemplar 2: impresso em Milão, por Leonhard Pachel e Ulrich Scinzenzeler, em agosto de 1481.

Exemplar 3: impresso em Veneza, por Bonetus Locatellus e custeado por Octaviano Scotus, em junho de 1492 (Coleção J. A. Marques).

**MARCIAL. *Epigrammata cum comento Domitii Calderini.***

Exemplar 1: impresso por Philippe de Lauania em Milão em 1478.

Exemplar 2: impresso em Veneza em 1480 (*Sunderland Library*).

**MEJIA, Fernando. *Nobiliario.***

Impresso em Sevilha, por Pedro Brun y Juan Gentil, em junho de 1492 (Real Biblioteca).

**PERGULENSIS, Paulus. *Compendium logicae.***

Impresso em Veneza, por Johannes Emericus, em fevereiro de 1495 (Real Biblioteca).

**PORCIA, Jacopo di, conde (século XV). *De reipublicae Venetae administratione.***

Impresso por Gerardus Lisa em Treviso em 1477.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or814826/or814826.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or814826/or814826.html).

**POSITIONES *circa libros phisicorum et De anima Aristotelis.***

Impresso por Heinrich Quentell em Colônia em maio de 1494.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital0963/bndigital0963.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0963/bndigital0963.pdf).

**REGINALDETUS, Petrus. *Speculum finalis retributionis.***

Impresso em Lyon, por Johannem Trechsel, em 1494 (Real Biblioteca).

**REGIOMONTANUS, Joannes (1436-1476). *Calendarium.***

Impresso em Veneza, por Erhard Ratdolt, em 1485.

**ROLEVINCK, Werner (1425-1502). *Fasciculus temporum.***

Impresso por Erhard Ratdolt em Veneza em novembro de 1480.

Obra digitalizada disponível para acesso em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813919/or813919.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813919/or813919.pdf).

**SCOT, Michael (1175-1234). *Physionomia*.**

Impresso em 1477.

**TIBERINUS, Johannes Mathias. *Relatio de Simone puero tridentino*.**

Impresso em Santo'oro, por Johannes do Rheno, em 1475.

**BRACCIOLINI, Poggio (1380-1459). *Historiae florentini populi*. Parte 2. Italiano.**

Impresso por Jacobus Rubeus em Veneza em março de 1476.

**GIUSTINIANI, Bernardo (1408-1489). *Historia de origine urbis Venetiarum*.**

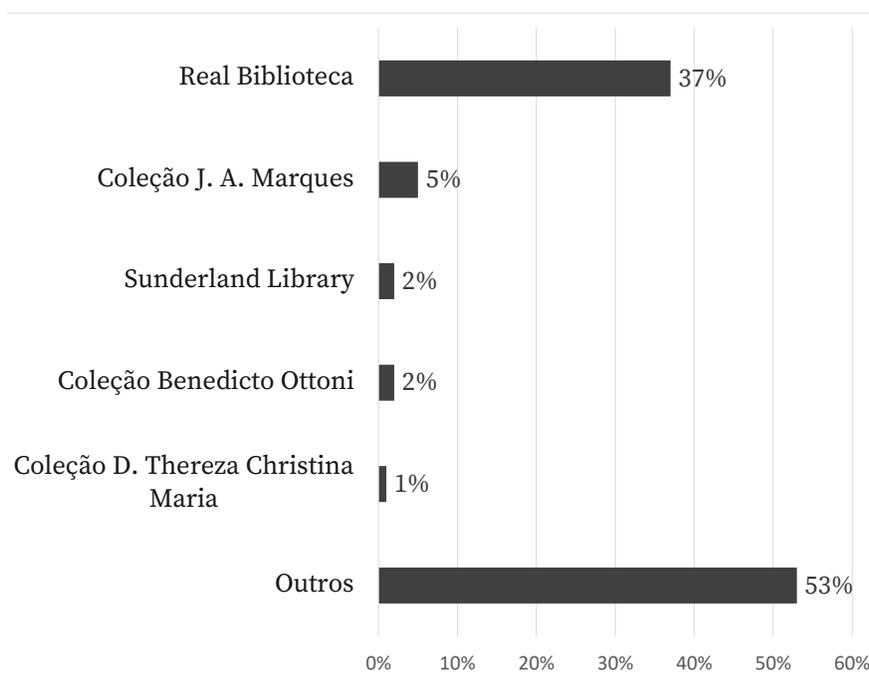
Impresso em Veneza, por Bernardinus de Benalis, em 1492.

**ZONENZONI, Raffaele (1431-1485). *Carmen concitatorium ad principes christianos em Turcum*.**

Impresso por Adamus de Ambergau em Veneza em 1475.

# Gráfico das aquisições de incunábulos da Fundação Biblioteca Nacional

Origem da aquisição de incunábulos da FBN  
(216 exemplares)



Fonte: a autora.



**TEMISTIO. Paraphrasis in Posteriorum Ilibros Aristoteles. p. 1.**

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or815286/or815286.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or815286/or815286.pdf).



N.º 1990 de Hain.  
(Col., II. Zell). c. 1470.

Incipit sermo beati Augustini episcopi super  
orationem dominicam ;

Vomam domino gubernante iam estis  
in via regia constituti. et prope est dies  
quo ad celestis regis veluti consistorū  
venatis. moneo vos carissimi. vt pre-  
legittimam patri a deo offerendam ante discatis  
Nam quia fastidiosa mens hominū. a ignara cele-  
stium. nec inuenire poterat. quē admodū deū di-  
gine precaret. ipse vero dominus. et mgē nē osten-  
dit. et docuit per se quidem sãctos apostolos. per il-  
los autem nos. quomodo debeat orare. Sic inq̃  
ens orabitis. Pater nē qui es in celis. sãctificetur  
nomen tuū. adueniat regnū tuū. fiat volūtas tua.  
sicut in celo et in terra. a cetera. O vr̃e celestis ora-  
tio. que tota est oracō. Nam singula ṽba si put sũt  
latus tractare voluerim⁹. dies ante q̃ sermo de fi-  
ciet. attamen breuiter percurram⁹ dicar̃. Pater  
nē qui es in celis. Sic incipiendo. bonitate dei et g̃-  
ciam p̃testamur. Nā quādo nos terrestres. a mi-  
seri m̃t̃alles. a mutiles serui auderem⁹ vultū le-  
uantes. dicere p̃ ñr̃m̃h̃ ip̃ep̃ suū nobis ṽngem̃.  
h̃ac fiduciā p̃stul̃. sicut scriptū est. Quotquot  
eum receperunt. dedit eis. et testatē filios dei fieri  
h̃is qui credunt in nomine eius. Accepta igitur  
pt̃ate vocamus deum patrem. p̃ p̃r̃ fidem sp̃iritū



843. 882 A.A  
08.07.92

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona. *De vita beata*. p. 2.

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813882/or813882.html#page/2/mode/1up](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813882/or813882.html#page/2/mode/1up).

AD MAGNANIMVM ET ILLVSTREM AC VIRTVTIS  
CVLTOREM RODERICVM PEMENTELLVM BENA  
VENTI COMITEM CLARISSIMVM LVCII MARINEI  
SICVLI PRAEFATIO.



Magnam ac præcipuam hominum curam atq; diligenciam esse debere Roderice comes illustris: ut erga maiores deq; se bene meritos animum habeant non ingratum: & sapientes sanctissime docent: & ratio ipsa virtutum omnium genitrix rectissime commonet. Quid enim antiquius: quid proprius: quid deniq; sanctius esse potest homini politico presertim & non indocto: quam dare operam: ut suum a nemine iure desiderari possit officium: quod si quis aut ingratitude: aut negligentia pretermittat: is quidem non humana solum: uerum etiam diuina uiolare iura non immerito existimatur. Siquidem crimen uel maximum est: nec a religione nostra magis alienum: nec homini minus conueniens: nec rationi quicquam contrarium magis uideri potest: quam non & obsequium præstare maioribus: & de se bene merentibus non satisfacere: uel si satisfieri non possit: habere tamen satisfaciendi uoluntatem. Per pauci enim mortales in alios uel honores uel officia conferret: nisi eos ipsos de quibus benemerentur: si minus gratiam relaturos: saltem non ingratos fore putaret. Ingratitudinis ergo culpa quam ego non secus ac scelus impium summumq; nefas semper existimaui comes insignis ne quadoq; mihi iure obiici posset: omni cura summoq; studio semper uitare contendi. ideoq; cum olim salmanticam uersus proficiens ad te salutatum benauentum diuertissem: tuq; me pro carminibus quibus tuas magnificas ædes & illustres decantaueram tua munificencia singulari & immensa animi tui liberalitate non nisi donatum magno munere dimisissis: tum quidem statim mihi tua uel maxima uirtute perspecta cogitare cæpi: qua in re animum meum non ingratum posse agnoscere. Quum te igitur adire statuissem: mecum muneris aliquid afferre tanquam parthorum regem salutaturus uehementer optabam. Cæterum cum me omnia munerum genera deficerent: quæ enim & auro cæterisque rebus quæ a magnis uiris ac diuitibus largiri solent carebam: quæ licet habuissem te tamen iis habundare non ignorabam) ad litterarum munus quod mihi labor & ingenium comparauerat confugere coactus sum: Ratus te pro animi tui magnitudine laudem æternam & immortalitatis dona pluris facturum: quam illa omnia uana & fortunæ omnibus telis obiecta. Scripsimus itaq; opus de hispaniæ laudibus: quod tuo uel amplissimo nomini dicatum tibi magnanime comes offerimus, Quod si tibi non tua præ-

Mos salutandi rege apud parthos

CARTAGENA, Alonso de. Bispo de Burgos. *Doctrinal de los caballeros.*

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813731/or813731.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813731/or813731.pdf).

AD RODERICVM PEMENTELLVM COMITEM BENAVENTANVM VIRVM MAGNANIMVM ET ILLVSTREM LVCII MARINEI SICVLI DE HISPANIAE LAVDIBVS LIBER PRIMVS INCIPIT.



Hispaniæ sitū: & quæ in eo memoratu digna sūt scribere incipiam: rem sane laboriosam ac difficilem: & cui nostrum impar igeniū: est enim perplexum & impeditū opus: omnique facundia maius. Cōstat namq; tot tantisque rebus fere: quot quateq; in hispania tota terra marique gignuntur. Quod & si non multū scribentis oratione: satis tamen ipsa rerū plurimarū cognitiōe ac varietate (quæ legentis animū & audientium aures mulcere solet) iuuare poterit. Nam nō ea solum quæ hispaniæ tellus suapte natura producit scripturi sumus: sed a primis hispaniæ incolis ad nostra usq; tempora regum seriæ & successio: nem: uiro rumq; facta illustria sūmatim perstringemus: multarūq; insignium ciuitatum & oppidorum memoriam delibantes: in quibus Salmanti: cæ almæ urbis & eius illustri academix laudes ingentes (ut par est) pluribus uerbis referemus. Hanc ob rem operi nostro futuro de hispaniæ laudibus nomen indidimus. Sed iam ipsam hispaniæ descriptionem aggrediamur: eiusq; nomina primum declaremus.

De hispaniæ nominibus.



Hispaniæ igitur europæ regio prima in solis occasu ab hispano herculis successore nomen accepisse fertur: & si a quibusdā ab hispali ciuitate Bethicæ prouinciæ nuncupata existimetur. Eadem quoq; hiberia primum ab hiberio amne dicta est: postea uero hesperia ab hespero stella: uel (ut alii opinantur) ab hespero Atlantis fratre: a quo etiam ut ignatius inquit fratris arma fugiente italia hesperie nomen accepit. ex quo consueuerūt scriptores cum hispaniam dixissent hesperiam addere ultimam differentix causam: ut horatius qui cum hesperia hospes ab ultima. Et Cicero ad lentulum. Recordare enim quibus laudationē ex ultimis terris miseris. Lucanus. At procul extremis terrarum cæsar in oris martem sæuus agit. Quod & hispano quoq; sermone comprobari potest. Sinum enim quædam hispaniæ quæ lusitaniæ pars contingit extremū uulgo dicitur. Quod & si serui<sup>9</sup> uirgilianū illud hesperia i magna si qua ē ea gloria signat: ad hispaniæ discretionē exponit: quasi innuens hispaniā italia minorem: Virgilium tamen græcos imitatum qui italia magnam græciam dixerunt ad italiae laudē illud retulisse arbitror. Celtiberia quoq;

a iiii

Hispanus  
Hispalis  
Hiberia  
Hesperia  
Iginus

Horatius  
Cicero  
Lucanus

Seruius

Celtiberia

In ep[istola] s[an]c[t]i ieronimi ad paulinu[m] p[ro]bitu[m]  
 r[ati]o[n]e om[n]i[u]m d[omi]ne h[ab]ere lib[er]o ca. p[ri]mu[m].  
**R**ater ambrosius tua  
 michi munuscula p[re]s-  
 ens. venit simul et  
 suavissimas l[ite]ras: q[ui] a  
 p[ri]ncipio. amicitia[m] h[ab]e-  
 dem. p[ro]bare iam h[ab]et:  
 et v[er]ens amicitie no-  
 ua p[ro]ferbant. V[er]o veni illa necessitudo e-  
 et xpi glunno conplara: q[ui]m non v[er]itas rei  
 familiaris non p[er]na. tantu[m] co[m]poni non  
 subdola a palp[er]is adu[er]s[us] si rei timor. et  
 diuina[m] scrip[tur]a[m] studia a soliat. E[st] eg[re]g[us]  
 in v[er]eris h[is]toris. quos d[omi]n[u]s iustitiae p[ro]u-  
 rias nonos ad h[ab]ere p[ro]p[ri]os. mana iustitiae  
 eos quos ex libris nouerat: cor am q[ui] vide-  
 rent. Sic pitagoras memphicos v[er]at.  
 sic plato egypti. a archita tarentu[m]. eam-  
 q[ui]s ora p[ro]ph[et]ie. que quondam magna a g[ra]tia  
 dicebantur. laboriosissime p[er]agunt: ut qui  
 attemis magister erat. a potes. cuiusq[ue] do-  
 ct[ri]nas ab ademe ep[ist]olista p[ro]nabant.  
 fiet p[er]grinus atq[ue] discip[ul]us. males aliena  
 verecunde discere. q[ui] sua impudenter ingerit.  
 Demq[ue] cum l[ite]ras quasi toto orbe fugientes  
 p[ro]p[ri]e capnis a pirans et venudatis. ty-  
 rano crudelissimo parat. ductus captiuus  
 vincit[us] a feruus. tan q[ui] philosphulma-  
 tor emente se fuit. Ad tyru[m] h[ab]uit. laecos elo-  
 quente fonte manant. de v[er]imis h[is]p[er]ie  
 galharisq[ue] fimb[er]is. quos d[omi]n[u]s venisse nobiles  
 legimus: a quos ad d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]e sui roma  
 non traxerat: v[er]ius homis fama p[ro]ducit.  
 Habuit illa etas maudini om[n]i[u]m seculi.  
 celebrandisq[ue] miraculis: v[er]o v[er]bem tantam  
 ingres[us]: aliud extra v[er]be quereret. Apol-  
 lonius h[ic] ille magus v[er]o vulgus loquit[ur]  
 siue ph[is]us. ut pitagonei tradit. mirant p[ro]-  
 las. p[ro]transit caucasia. alb[er]nos. setbas.  
 massagetis. epulensissima medie regna pe-  
 netrant: et ad extremis latissimo phison  
 ammetissimulo puenit. ad bragmanas. v[er]-  
 byp[er]eam in throno sedent. aurea a de ta-  
 rali fonte potant: inter paucos discipulos.  
 de natura de morib[us]. ac de curia dicit. a h[ic]  
 ru[m] audiret d[omi]n[u]s. Inde p[er] elamital. babi-  
 lomos. chaldeos. medos. assyrios. parthos.

hyros. phenioces. arabes. palestinos. reu[er]s[us]  
 ad alexandria[m] p[ro]xit ad ebiopia[m]: v[er]o g[ra]-  
 gnosofistas. a famosissima solis mensas  
 videret in sablo. Inuenit ille vir v[er]itas q[ui]  
 disceret: a semper p[ro]ficiens. semp se melior  
 fieret. Scripsit super hoc plenissime octo  
 voluminibus. philostratus. II  
**Q**uid loquitur de seculi hominibus. cum  
 ap[osto]lus paulus. vas electio[n]is. a ma-  
 gister genit[us]. qui de o[ra]ta t[er]ra in se h[ab]it[us]  
 us loquebat[ur] dicit. an exp[er]iment[um] querit  
 quis in me loquit[ur] x[rist]us: post damalciu[m]  
 arabi. atq[ue] iustit[us]. ascendit ierusalem  
 v[er]o videt petru[m]. a m[ag]ist[er] apud eu[m] dicit quide-  
 ci: Hoc enim iustitio ebdomadis a ogdo a  
 dia. futurus genit[us] p[ro]dicat[ur] iustit[us] car.  
 h[ab]it[us] post anos quor[um] decem assumpt[us]  
 barnaba et tyro. exp[er]im[en]t[um] cu[m] ap[osto]lo eu[angel]i-  
 h[ic] h[ic] forte in vacui currit aut eucurrisset.  
 Habet nescio quid latens energie. v[er]o  
 vocis actus: a in aures discipuli de aut[em]  
 ore iustit[us] foras sonat. Vnde r[ati]o eldome  
 eu[m] roci exularet. a legere illa dem ostens  
 oio qua aduersus eu[m] habuerat. amantio  
 euchs atq[ue] laudabo: iustit[us] air. Quid si  
 ip[s]am audissent bestia. sua v[er]ba resonantes  
 III  
**E**cce hoc dico. q[ui] sit aliquid in  
 me esse. q[ui] vel possis a me audire vel  
 v[er]bis discere: sed quo ardore n[ost]ro a discendi  
 studiu[m]. etiam a v[er]bis nobis p[er] p[ro]bitu[m] debe-  
 at. Ingeniu[m] doct[ri]e. a sine doctore laudabi-  
 le est. Non quid inuenias: s[ed] quod queris  
 co[n]sideramus. V[er]o ista cetera a ad form[am] audiu  
 factis: etiam si amicus a p[ro]fite essent ma-  
 nus: tamen v[er]itate toni est que q[ui]d e[st] potest.  
 Paulus ap[osto]lus ad pedes gramalehs. lege  
 mopsi et p[ro]phetas dicit se gloria[m]: ut ar-  
 manis sp[irit]u[m] rehs. postea docet co[n]sideret.  
 Anna enim nostre iusticie non carnalia fut-  
 sed potenna deo. ad destructionem munico-  
 num. a cogitaciones destruentes. a om[n]es de-  
 titudinem extollent[ur]. se aduersus scias dei:  
 et captiuantes om[n]es intellectu ad obedien-  
 dum x[rist]o: a pan subingare om[n]es molechi-  
 entia. Chimoteu scribit ab infanta sacris  
 l[ite]ris erudiu[m] et hozit[ur] ad studiu[m] lectio[n]is:  
 ne negligat q[ui] q[ui] data sit ei p[ro]p[ri]e  
 manus p[ro]bit[us]. Tyro p[ro]p[ri]e in t[er]ra



Biblia de Mogúncia. p. 3.

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813929/or813929.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813929/or813929.pdf).



Columbus Letter

We certify that the copy of  
Epistola C. Columbi bound up  
with this, is the identical copy  
which was attached to the  
certificate signed by the  
Bibliotecario of the Biblioteca  
Comunale di Perugia, and  
that we detached it ourselves  
for the purpose of binding it.

The above mentioned certificate  
is now bound separately.

Robt. Kirker

**COLOMBO, Cristóvão. Carta de 18 de fevereiro de 1493. p. 3.  
(texto manuscrito)**

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/  
div\\_obrasraras/or717303/or717303.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or717303/or717303.pdf).



# Referências

## Dicionários, manuais e *sites* que embasaram os resumos

AZEVEDO, C. M. (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 4 v.

AZEVEDO, C. M. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002. 3 v.

BIBLIOTECA *de autores cristianos*. Disponível em: <http://bac-editorial.es/es/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). Disponível em: <http://www.bnportugal.gov.pt/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *História e antologia da literatura portuguesa* (século XIII ao XVI). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984-2003.

GALLICA. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

LE GOFF, J. (dir.). *Homens e mulheres da Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

\_\_\_\_\_; SCHMITT, J.-C. (coord.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusp; São Paulo: Imprensa Nacional do Estado, 2002. 2 v.

MACHADO, J. B. (dir.). *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015. 4 v.

SANTA SÉ, A. Disponível em: <http://www.vatican.va/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TIPOGRAFIA: *origens, formas, usos das letras [índice de temas]*. Disponível em: <http://tipografos.net/indice.html>. Acesso em: 17 nov. 2020.

## Obras gerais consultadas

ABREU, R. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (org.). *Antropologia e patrimônio cultural – diálogos e desafios contemporâneos*. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-287. v. 1.

ÁLVAREZ, F. B. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)* (col. História Moderna, n. 5). Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

ANDRADE, R. M. N. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação – o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. *Memória e Patrimônio*. Assis: Unesp – FCLAs – Cedap, v. 4, n. 2, p. 17-34, jun. 2009. p. 19. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ANSELMO, A. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

BASCHET, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006; passim.

BISSIO, B. *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BLOCKMANS, W.; HOPPENBROUWERS, P. *Introdução à Europa medieval (300-1550)*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BONNASSIE, P. *Dicionário de história medieval*. Lisboa: Dom Quixote, 1985.

BRAGA, T. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1892-1902. 4 v.

BROWN, P. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.

BUESCU, A. I. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem. *Penélope: Estudos*, n. 21, 1999, p. 14. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655613>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CALVENTE, T. J. La margarita poética de Albrecht von Eyb: una exitosa miscelánea olvidada. *Revista de poética medieval*, n. 7, 2001. p. 133-157.

CARVALHO, J. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1949.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre prática e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA, v. 5, n. 11, 1991. p. 173-191.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietações*. Porto Alegre: E. Universidade/Ufegs, 2002.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

DOMINGUES, I. *O grau zero do conhecimento: problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, 1991.

DUCELLIER, A.; KAPLAN, M.; MARTIN, B. *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão*. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

EISENSTEIN, E. L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FERNÁNDEZ-ORDÓNEZ, I. La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos. Nuevo panorama. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 18-19, (1993-94), p. 101-132. Disponível em: [http://www.uam.es/personal\\_pdi/filoyletras/ifo/proyectos/publicaciones/5\\_a.pdf](http://www.uam.es/personal_pdi/filoyletras/ifo/proyectos/publicaciones/5_a.pdf). Acesso em: 22 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANÇA, S. S. L. *O reino dos cronistas medievais* (século XV). São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRYDE, E. B. The revival of a 'scientific' and erudite renaissance. In: *Humanism and Renaissance historiography*. Londres: The Hambledon Press, 1983.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. *Crítérios de raridade [e] catálogo coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN: séculos XV e XVI*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

\_\_\_\_\_. *Catálogo de Incunábulo*s. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

\_\_\_\_\_. *Catálogo de Incunábulo*s. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1998.

GAIA, D. V. (trad.); CARRIÉ, J. M. *Elitismo cultural e 'democratização da cultura' no Império Romano Tardio*. Conferência de abertura do XI Ceam e I Geam/Leir da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus. Franca. Agosto de 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v29n1/27.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GNILKA, J. *Bíblia e Alcorão: o que os une, o que os separa*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 56-57.

GOMES, F. J. S. Peregrinatio e stabilitas: monaquismo e cristandade ocidental do século VI ao VIII. *Textos de História*, v. 9, n. 1/2, 2001. p. 85-86. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27817/23915>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GOODY, J. *Renascimentos: um ou muitos?* São Paulo: Unesp, 2011.

GOUGUENHEIM, S. *Aristóteles y el Islam*. Las raíces griegas de la Europa Cristiana. Madrid: Gredos, 2009.

GUENÉE, B. Chancelleries et monasteries. La mémoire de la France au Moyen Âge. In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*, v. I. Paris: Editions Gallimard, 1997. 3 v.

GUREVITCH, A. *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Caminho, 1991.

HUIZINGA, J. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

LE GOFF, J. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

\_\_\_\_\_. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_; SCHIMITT, J. C. *Dicionário temático de história medieval*. Bauru: Edusp, 2002. v. I.

MARTINS, I. L. D. *João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

MICHELAN, K. B. *Um rei em três versões: a construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses*. São Paulo: Unesp, 2011.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo Iphan. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MURPHY, J. *La retórica en la Edad Media*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

NORA, Pierre. *Histoire et culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier, 1991.

\_\_\_\_\_. História. In: LE GOFF, J.; SCHIMITT, J. *Dicionário temático do Ocidente medieval*, v. I. Bauru: Edusp, 2002. 2 v.

ORCÁTEQUI, C.; SARASA, E. *La historia en la Edad Media*. Historiografia e historiadores em Europa Occidental: siglos V-XIII. Madrid: Cátedra, 1991.

PINHEIRO, A. V. Glossário de codicologia e documentação. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 170-171, 1995. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_1995\\_00115.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1995_00115.pdf). Acesso em: 20 jan. 2016.

PINHEIRO, M. C. B. de S. G. *O espaço, a matéria e o desenho: os suportes do desenho*. [Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Prática e Teoria

do Desenho Faculdade de Belas-artes da Universidade do Porto], 2007, p. 44. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7308/2/Maria%20Pinheiro%20%20Dissertao%20MPTD%202007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

RANDLES, W. G. L. *Da Terra plana ao globo terrestre: uma mutação epistemológica rápida (1480-1520)*. Campinas: Papirus, 1994.

REDONDO, F. G. *Historia de la prosa de los reyes católicos: el umbral del Renacimiento*. Tomo I. Madrid: Cátedra Crítica y estudios literários, 2012.

RIBEIRO, C. A.; MADUREIRA, M. (coord.). *O gênero do texto medieval*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

RICOUER, P. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. *Em Questão*. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/54754>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SAMPAIO, A. F. de. *História da literatura portuguesa ilustrada*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Gráfica Editorial, 1929.

SARAIVA, A. J. *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1950. v. I.

SCHMIDT, J. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Lisboa: Edições 70, 1985.

SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VAUCHEZ, A. *A espiritualidade na Idade Média ocidental. Século VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995.

VAZ, H. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

VERGER, J. *Homens de saber na Idade Média*. Bauru: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os livros da Idade Média*. Disponível em: <http://www.escriitoriodolivro.com.br/historias/idademedia.php>. Acesso em: 22 abr. 2019.

VEYNE, P. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1983.

\_\_\_\_\_. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. *Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHITE, H. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

WILTON, C. *Da cantiga de seguir no cancioneiro peninsular da Idade Média*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1977.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz. A “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *La medida del mundo: representación del espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 1994.

Composição em Minion Variable Concept e Source Serif Variable

Capa em papel cartão Duo Design 300 g/m<sup>2</sup>

Miolo em papel Pólen Soft 80 g/m<sup>2</sup>; e couché matte 150 g/m<sup>2</sup>



Pode-se pensar, como propôs o historiador Pierre Nora, o acervo de incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional como um lugar de memória. Para Nora, são considerados lugares de memória “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações”. Ou seja, os locais que apresentam referências que marcaram uma “Era” e que possibilitam o resgate do passado pelo presente, mesmo que esfacelado. O historiador argumenta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Dessa forma, a conservação do acervo de incunábulo da Fundação Biblioteca Nacional diz respeito ao que historicamente foi sendo considerado digno de memória e de preservação. Ou melhor, o acervo serve para cruzar tempos históricos, pensando como que o passado dos primeiros impressos foi sendo valorizado ao longo dos séculos.

Kátia Brasilino Michelan



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA  
MINISTÉRIO DO TURISMO

